



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**CALINE MENDES DE ARAÚJO**

**O PAPEL DO ESTADO E DOS MORADORES NO PROCESSO DE  
CONSOLIDAÇÃO DA COMUNIDADE DA ROSA MÍSTICA, CAMPINA GRANDE /  
PB.**

**RECIFE – PE / 2014**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**CALINE MENDES DE ARAÚJO**

**O PAPEL DO ESTADO E DOS MORADORES NO PROCESSO DE  
CONSOLIDAÇÃO DA COMUNIDADE DA ROSA MÍSTICA, CAMPINA GRANDE /  
PB.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Jan Bitoun

Co-orientador: Prof. Dr. Luiz Eugênio Pereira Carvalho

**RECIFE – PE / 2014**

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

A663p Araújo, Caline Mendes de.  
O papel do Estado e dos moradores no processo de consolidação da Comunidade da Rosa Mística, Campina Grande/PB / Caline Mendes de Araújo. – Recife: O autor, 2014.  
137 f. il. ; 30cm.

Orientador: Prof. Dr. Jan Bitoun.  
Coorientador: Prof. Dr. Luiz Eugênio Pereira Carvalho.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2014.  
Inclui referências.

1. Geografia. 2. Urbanização. 3. Comunidade urbana – Desenvolvimento – Campina Grande (PB). 4. Estado. I. Bitoun, Jan (Orientador). II. Carvalho, Luiz Eugênio Pereira (Coorientador). III. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS - DCG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PP GEO**



**CALINE MENDES DE ARAÚJO**

**O PAPEL DO ESTADO E DOS MORADORES NO PROCESSO DE  
CONSOLIDAÇÃO DA COMUNIDADE DA ROSA MÍSTICA, CAMPINA  
GRANDE/PB.**

Dissertação aprovada, em 13/02/2014, pela comissão examinadora:

---

Prof. Dr. Jan Bitoun  
(1º examinador – orientador – PP GEO/UFPE)

---

Profa. Dra. Livia Izabel Bezerra de Miranda  
(2º examinador – UFCG)

---

Prof. Dr. Antonio Albuquerque da Costa  
(3º examinador – UEPB)

**RECIFE – PE  
2014**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico aos meus pais.

A ciência é uma função da vida. Justifica-se apenas como órgão adequado à nossa sobrevivência. Uma ciência que se divorciou da vida perdeu sua legitimidade (Rubem Alves).

## AGRADECIMENTOS

Registro minha eterna gratidão aos que contribuíram de alguma maneira, para que o estudo pudesse ser realizado e sem os quais as chances de êxito teriam sido bem menores. Assim, agradeço demasiadamente:

A Deus, por todas as bênçãos conseguidas, não só durante o mestrado, mas durante a minha vida;

À toda minha família pela torcida e carinho, em especial ao meu pai, Severino Marcolino de Araújo, à minha mãe Creunilda Mendes de Araújo, e à minha irmã, Camila Mendes de Araújo, por terem me acompanhado, auxiliado e incentivado durante o mestrado e, principalmente, pelo amor dedicado ao longo da minha existência;

Ao meu orientador, professor Jan Bitoun, pelos ensinamentos singulares e por todos os momentos em que estivemos juntos em discussões acadêmicas, nas quais me senti imersa na ciência geográfica de maneira mais profunda;

Ao meu co-orientador, professor Luiz Eugênio Pereira Carvalho, por todos os ensinamentos, pela paciência e atenção com que me tratou durante a pesquisa e as orientações;

A todos os moradores, moradoras, comerciantes e funcionários públicos da Rosa Mística (Buraco da Jia), ou do entorno, pela presteza, atenção e carinho com que me trataram e me forneceram as informações solicitadas, auxiliando diretamente para o bom andamento da pesquisa;

Aos funcionários da Prefeitura Municipal de Campina Grande (Defesa Civil, Secretaria de Planejamento, Cadastro Imobiliário Municipal, Procuradoria do Município, Câmara Municipal) e ao I Cartório da cidade, pelas informações prestadas;

Aos meus ex professores da Universidade Estadual da Paraíba, especialmente ao professor Arthur Tavares Valverde, que considero um amigo e principal incentivador dessa conquista; à professora Maria Margarida Magalhães, pelo carinho e pelas contribuições dadas ao estudo; ao professor Alexandre Ramos, pelo incentivo; à professora Marília Quirino pelos ensinamentos; ao professor Lincoln da Silva Diniz, por todo incentivo e torcida;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, à coordenação e à secretaria do programa (em especial a Eduardo Veras) e aos colegas da turma de mestrado/2012, além daqueles com os quais cursei disciplinas;

Às minhas irmãs de coração, Aline Mendes Oliveira e Ana Cláudia de Mello Silva, sem as quais a caminhada do mestrado e em Recife teriam sido muito mais difíceis, pois o amor e apoio delas me fizeram mais forte;

A TODOS os meus amigos que colaboraram de maneira direta ou indireta para a realização dessa conquista, em particular Ana Cláudia Araújo Diniz, Josefa Célia Rodrigues, Jório Cabral Júnior, Luiz Arthur Pereira Saraiva, Roberta Ferreira, Bruno Barbosa de Araújo, Ruiteir Sansão, pois o apoio e incentivo de vocês foram minha âncora em diversos momentos;

Aos amigos que fiz na cidade de Recife e aos quais serei eternamente grata pelo apoio e amizade. Cito: Esdras Tavares, meu compadre, amigo e confidente, com quem vivenciei momentos de sincera amizade, apreço e respeito; Alexandre Sabino, meu parceiro de estudos e momentos de diversão que passei a admirar enquanto pessoa e profissional; Naiana Santana, minha companheira de moradia, com quem dividi inúmeras experiências e muitas gargalhadas; Renata Barbosa, conterrânea e colega de turma, que compartilhou comigo muitas experiências comuns durante o mestrado, e com quem passei a conviver, conhecer melhor e admirar durante essa fase; Geislam Lima, colega de turma, com quem pude contar desde antes do início do mestrado, e com quem também pude vivenciar algumas experiências; David Tavares, colega de turma, pessoa com a qual pude ter algumas experiências acadêmicas e com quem aprendi bastante sobre a cidade do Recife; e também à Geórgia Cristina, Cássia Pernambuco e Daniele Cristine, que me ajudaram demasiadamente quando da minha chegada ao Recife;

Aos professores Antônio Albuquerque da Costa e Lívia Izabel Bezerra Miranda, que aceitaram o convite para compor a banca e, de forma gentil e comprometida, contribuíram para a melhoria dessa dissertação;

À CAPES, pelo apoio financeiro.

*A todos, meus sinceros e cordiais agradecimentos.*

## RESUMO

Os problemas de moradia e a constituição de comunidades autoconstruídas por famílias de baixa renda existem há muito tempo também em cidades de porte intermediário, como Campina Grande, Paraíba. Uma dessas comunidades surgida na década de 1940 é o Buraco da Jia (hoje também conhecida como Rosa Mística), que constitui o recorte espacial desta pesquisa. O presente estudo tem como objetivo compreender qual o papel dos moradores (hoje cerca de 250 famílias) e do Estado na consolidação dessa área, analisando, para tanto, o processo de produção daquele espaço desde sua origem até a atualidade. Algumas estratégias metodológicas auxiliaram no desenvolvimento deste estudo, a saber: entrevistas com moradores da comunidade e funcionários de órgãos da Prefeitura Municipal de Campina Grande, levantamento de documentos e de dados em secretarias do município, sobretudo na Secretaria de Planejamento (SEPLAN) e no I Cartório da cidade, registros fotográficos, mapeamentos e observações *in loco*. O estudo demonstrou que, ao longo do tempo, o Estado apresentou atuações diversas, caracterizadas como contínuas, no que se refere às ausências, e como descontínuas, no que diz respeito às intervenções. Já com relação aos moradores, pode-se verificar que a sua atuação foi contínua no tempo, agindo no processo de (re)produção do espaço, fazendo com que uma área antes precária passasse a ter melhores condições de sobrevivência. Esta pesquisa demonstrou também a importância de outros agentes nesse processo, a exemplo da Igreja Católica, que atuou e ainda atua naquele espaço. Diante disso, considera-se que as atuações desses agentes deram origem a um espaço heterogêneo, no qual foi possível identificar a presença de, pelo menos, cinco tipos espaciais, definidos segundo algumas variáveis como tempo de existência, status jurídico da terra, tipos de moradia, mobilidade social. Assim, os tipos identificados foram: 1º) A ocupação inicial; 2º) As ocupações anexadas à inicial, na década de 1980; 3º) O conjunto habitacional; 4º) As ocupações ilegais das décadas de 1980 e 1990; e 5º) As ocupações ilegais da década de 2000.

**Palavras chave:** Rosa Mística, Campina Grande, espaço, Estado, comunidade.

## ABSTRACT

The housing problems and the constitution of self-built communities by low-income families have been there for a long time also in cities of intermediate size, e.g., Campina Grande, Paraíba. One of the communities that arose in 1940 is the Buraco da Jia (also known as Rosa Mistica nowadays), which constitutes the studied area of this research. The present study aims to understand what the residents' roles are (around 250 families, nowadays) and the State's role in the consolidation process of this space until the current days. Some methodological strategies have helped in the development of this study, which are: interviews with community residents and employees from agencies of Campina Grande city hall, documents and data collection in the municipality departments, especially in the Department of Planning (SEPLAN), and in the notary's office of the city, photographic records, mappings and observations and *in loco*. The study demonstrated that, over time, the State has acted in various ways, alternating absence, occasional interventions, and sectorial actions characterized by clientelism and paternalism. On the other hand, with respect to the locals, it can be seen that its performance was continuous in time, causing that area to be constituted as their space. This research also demonstrated the importance of other agents in this process, e.g., the Catholic Church, which acted and still acts in that space. Therefore, it is considered that the actions of these agents gave rise to a heterogeneous space, in which was possible to identify the presence of, at least, five spatial types according to criteria, such as length of existence, legal status of the land, housing types, social mobility. The identified types were: 1) The initial occupation; 2) The occupations attached to the initial, in the 1980s; 3) The housing complex; 4) The illegal occupations in the 1980s and 1990s, and 5) the illegal occupations of the 2000s.

**Key words:** Rosa Mistica, Campina Grande, space, State, community.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01	— Trecho não canalizado do Riacho das Piabas (ao norte).	35
Fotografia 02	— Trecho não canalizado do Riacho das Piabas (ao norte).	35
Fotografia 03	— Trecho canalizado do Riacho das Piabas (ao norte).	36
Fotografia 04	— Santuário “Maria da Rosa Mística”.	61
Fotografia 05	— Missas realizadas na Capela “Maria da Rosa Mística”.	62
Fotografia 06	— Imagem da fachada original das casas doadas pela prefeitura nos anos de 1980.	67
Fotografia 07	— Casas construídas na década de 1980 pela prefeitura (e reformadas posteriormente pelos moradores).	69
Fotografia 08	— Parte não canalizada do riacho.	76
Fotografia 09	— Ocupações da década de 2000.	82
Fotografia 10	— Casas construídas no curso do Canal das Piabas e derrubadas pelas chuvas ocorridas no 1º semestre de 2011.	87
Fotografia 11	— Travessa Severino Verônica.	113
Fotografia 12	— Rua Pastor Raul de Souza Costa.	114
Fotografia 13	— Fachadas atuais das moradias entregues pelo Estado na década de 1980.	115
Fotografia 14	— Casas atualmente reformadas no tipo 4.	117
Fotografia 15	— Casas localizadas na Área de Preservação Permanente.	119
Fotografia 16	— Casas localizadas na Área de Preservação Permanente.	119
Fotografia 17	— Unidade Básica de Saúde da Família – Conceição I.	122
Fotografia 18	— Unidade Básica de Saúde da Família – Conceição II.	122
Fotografia 19	— Unidade de polícia solidária da Conceição.	124
Fotografia 20	— Clube de mães Nossa Senhora da Conceição.	125
Fotografia 21	— Quadra de Esportes Hilton Motta.	126
Fotografia 22	— Centro de Atividades Newton Rique.	126
Fotografia 23	— Rua Francisco Afonso de Albuquerque.	127

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01	—	Primeiros dados documentais encontrados sobre o objeto desse estudo.	25
Figura 02	—	O planalto de Campina Grande (Aspectos de relevo, drenagem e da prática do desenho urbano).	33
Figura 03	—	Imagem de satélite da Comunidade da Rosa Mística (delimitação aproximada), destacando-se a textura urbana e, ao centro, o Riacho das Piabas.	34
Figura 04	—	Favelas de Campina Grande, PB – 1984.	64
Figura 05	—	Parte da carta de “Urbanização da Favela Buraco da Jia – Loteamento Proposto”.	72
Figura 06	—	Imagem atual do polígono que antes era chamado de “Favela Buraco da Jia” (Década de 2000).	73
Figura 07	—	Laudo de avaliação das casas desapropriadas, 1988.	74
Figura 08	—	Delimitação dos tipos espaciais da Rosa Mística.	111

## LISTA DE MAPAS

Mapa 01	—	Carta de Campina Grande – 1945 (localização aproximada da Rosa Mística)	26
Mapa 02	—	Localização de Campina Grande (e da Rosa Mística).	30
Mapa 03	—	Curso do Riacho das Piabas até o Açude Velho, na cidade de Campina Grande direção N/S (destacando a Rosa Mística).	38
Mapa 04	—	Carta de Campina Grande -1980.	90
Mapa 05	—	Localização da Rosa Mística na cidade de Campina Grande, PB.	108
Mapa 06	—	Delimitação da Rosa Mística (em verde), destacando os bairros onde a comunidade está inserida (grafados em vermelho).	109
Mapa 07	—	Delimitação dos tipos espaciais da Rosa Mística.	111

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1 ÀS ORIGENS DO "BURACO DA JIA": FUNDAÇÃO E PRIMEIRO CRESCIMENTO (1940-1980).....</b>	<b>20</b>
1.1 Apontamentos teórico-metodológicos: configuração territorial, produção e (re) produção do espaço.....	20
1.2 Campina Grande na expansão da urbanização brasileira e a situação do Buraco da Jia nesse contexto.....	24
1.3 Sítio geográfico e bairro: análise das inter-relações sociedade-natureza na constituição do Buraco da Jia.....	33
1.4 O Buraco da Jia vai ganhando novos contornos: loteamentos, construção das primeiras casas e novas ocupações anexadas.....	42
<b>2 PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA ROSA MÍSTICA (a partir da década de 1980).....</b>	<b>54</b>
2.1 Apontamentos teórico-metodológicos: o Estado mediador na questão da habitação.....	55
2.2 Primeira intervenção do Estado: construção de casas, relocação e estabelecimento dos moradores nas novas casas.....	60
2.3 Projeto de urbanização: parte da infraestrutura é realizada na ocupação inicial.....	71
2.4 Surge a primeira “favela”: processo de ocupação e reprodução contínua das ocupações irregulares pós intervenções do Estado.....	88
<b>3 ROSA MÍSTICA CONTEMPORÂNEA: A DIVERSIDADE SOCIOESPACIAL DE UMA COMUNIDADE URBANA.....</b>	<b>102</b>
3.1 Apontamentos teórico-metodológicos: o cotidiano numa comunidade consolidada e diversificada.....	102
3.2 A Rosa Mística hoje: os tipos espaciais.....	107
3.3 Outros aspectos da consolidação: serviços e comércios da Rosa Mística.....	121
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>128</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	

## INTRODUÇÃO.

A Rosa Mística é uma comunidade urbana que está localizada na Zona Norte de Campina Grande - PB, surgiu na década de 1940, através do processo de loteamento e ocupação, por parte dos proprietários dos terrenos e de famílias provenientes de municípios circunvizinhos, respectivamente. Através do loteamento dessa área particular, a comunidade foi sendo construída pelas pessoas que, movidas pelo êxodo rural e em razão dos preços baixos dos terrenos do local, entre outros motivos, chegavam ali para residir. Na década de 1980, o espaço sofreu um processo de intervenção na sua infraestrutura em uma ação da Prefeitura Municipal. Foi nessa época que o então Buraco da Jia passa a ser chamado, também, de Rosa Mística.

Levando em consideração tais aspetos, o presente estudo partiu de algumas perguntas norteadoras, a saber: 1 - Qual o papel do Estado e da população local no processo de consolidação da comunidade da Rosa Mística?; 1.1 - Como se originou a comunidade da Rosa Mística no contexto urbano de Campina Grande (década de 1940)?; 1.2 - Quais fatores contribuíram para o seu processo de consolidação? 1.3 - Como ocorreu esse processo de consolidação da Rosa Mística em relação aos aspectos jurídicos, políticos e socioespaciais?

Diante dessas questões, a pesquisa apresenta a seguinte proposição como hipótese geral: A ação de diversos agentes (moradores, Estado, entre outros), em diferentes momentos, foi preponderante para o processo de consolidação desigual que ocorreu na comunidade da Rosa Mística. Com relação às hipóteses específicas afirma-se que: a consolidação da comunidade da Rosa Mística se fez sem a intervenção de processos jurídicos litigiosos, tendo como um dos principais agentes dessa dinâmica algumas figuras chave do cenário político da cidade; o processo de consolidação da comunidade deu origem a uma melhora na vida de parte dos seus moradores, sobretudo no que se refere aos aspectos infraestruturais e habitacionais, embora haja, ainda, muita precariedade em alguns setores da comunidade; com a consolidação da Rosa Mística, seu processo de urbanização e a mudança de sua antiga nomenclatura, parte dos moradores passou a dispor de uma maior mobilidade social.

Constitui-se, portanto, como objetivo geral deste estudo compreender o papel desempenhado pelo Estado e pelos moradores da comunidade, bem como a importância de outros acontecimentos, a exemplo da atuação da Igreja, no processo de consolidação da Rosa Mística, que surge de forma precária no cenário urbano de Campina Grande nos anos de 1940.

São objetivos específicos desta pesquisa: 1º) identificar as condições jurídicas e políticas que permitiram que a população continuasse residindo na comunidade desde os anos

de 1940 até os dias atuais; 2º) analisar as melhorias na infraestrutura e nas habitações da comunidade ao longo do tempo; 3º) debater as implicações da mobilidade social, ou seja, das melhorias das condições financeiras dos moradores, comprovadas pelo aumento do poder de compra, acesso a certos serviços na área de educação e de saúde, entre outros, para os moradores da Rosa Mística.

Para atingir esses objetivos, algumas estratégias particulares de pesquisa tornaram-se necessárias. Como procedimento geral pode-se citar: realização de entrevistas com alguns grupos de moradores (a: os mais idosos/antigos do local, que participaram/presenciaram o processo; b: as donas de casa, que puderam expor sobre as transformações dos espaços privados, ou seja, das suas residências; c: jovens, buscando fazer breves análises comparativas, a respeito das condições de sobrevivência pretéritas e atuais das pessoas, a partir da relação da vida desses jovens com o histórico de vida dos seus pais, avós, entre outros), realização de entrevistas com lideranças comunitárias e funcionários de órgãos públicos, como postos de saúde e policial, e ainda levantamento bibliográfico (e de dados) e documentos de planejamento urbano da cidade de Campina Grande em órgãos e instituições públicas (PSF's, SAB's, Defesa Civil, secretarias do município), bem como a observação *in loco*, mapeamentos e registros fotográficos.

A estratégia apresentada pode se desdobrou em duas outras, que são: 1ª) Para identificar e refletir sobre o papel do Estado na consolidação da comunidade foram realizadas entrevistas com os moradores buscando compreender como o Estado vem atuando na comunidade, tendo em vista que:

A memória individual pode contribuir [...] para a recuperação da memória das cidades. A partir dela, ou de seus registros, pode-se enveredar pelas lembranças das pessoas e atingir momentos urbanos que já passaram e formas espaciais que já desapareceram. A importância desse resgate para a identidade de um lugar é inquestionável e é por isso que as “histórias orais” e as “memórias de velhos” vêm hoje se difundindo bastante no Brasil (BOSI, 1987; COSTA, 1993; MEIHY, 1996). (ABREU, 2011, p. 25).

Os relatos dos moradores da Rosa Mística constituíram apoio fundamental ao desenvolvimento desse estudo, uma vez que os arquivos públicos da cidade dispõem de dados escassos e incompletos sobre o local. 2ª) Buscou-se ainda informações (projetos, fotografias, reportagens) em jornais locais e secretarias do município, a exemplo da Secretaria de Planejamento, onde foi solicitado o projeto de urbanização da comunidade, fundamental para entender o que foi feito e como ocorreu a atuação do Estado naquele espaço e a implicação desses fatos na vida dos moradores, a fim de analisar como o Estado atuou nesse processo de consolidação da Rosa Mística. Foram realizadas também pesquisas em jornais locais/estaduais

de reportagens/informações que pudessem retratar de alguma forma a participação da população no processo de construção do espaço.

Dentre as estratégias específicas podem-se elencar as seguintes: 1<sup>a</sup>) Para realização da análise das condições jurídicas e políticas que permitiram que a população continuasse residindo na comunidade desde os anos de 1940 até os dias atuais, foi feito um levantamento de dados em órgãos públicos, como a Secretaria de Planejamento, cuja documentação encontrada auxiliou no entendimento da dinâmica da Rosa Mística nas décadas passadas, sobretudo a de 1980. Foram realizadas entrevistas com 35 moradores da comunidade, entre idosos, donas de casa, comerciantes e jovens, além de algumas pessoas de fora da comunidade como funcionários públicos de escolas e postos de saúde e policial, agentes de saúde e diretores escolares, buscando compreender, a partir da visão deles, a dinâmica (social, política, jurídica, entre outras) da Rosa Mística, desde a sua origem, passando pelo processo de urbanização e chegando aos dias atuais. Foram realizadas ainda pesquisas cartoriais, no Primeiro Cartório da cidade, que auxiliaram sobremaneira a compreensão sobre os aspectos jurídicos que permeiam aquele espaço, no que diz respeito às questões fundiárias; 2<sup>a</sup>) Para analisar as melhorias na infraestrutura e nas habitações da comunidade ao longo do tempo foram feitas entrevistas com moradores (sobretudo as donas de casa que, além de serem fundamentais para a compreensão do processo de transformações das suas casas, presenciaram esse processo com relação aos demais moradores e conseqüentemente sentiram de perto as mudanças ocorridas), comerciantes e lideranças comunitárias, bem como foram realizados registros fotográficos daquele espaço. Registros fotográficos antigos não foram encontrados nos acervos dos órgãos municipais. Por fim, foram analisados documentos de planejamento da cidade e o projeto de urbanização da comunidade e foram feitas também observações *in loco*, objetivando uma melhor inserção na realidade cotidiana daquele espaço; 3<sup>a</sup>) Para buscar entender as implicações da mobilidade social dos moradores no processo de consolidação da Rosa Mística, foram realizadas entrevistas com alguns deles (sobretudo os jovens, que poderiam demonstrar, através das suas experiências, se realmente houve uma melhora da mobilidade social daqueles indivíduos, comparando, por exemplo, suas experiências com a dos seus “antepassados”), bem como com funcionários públicos que mantêm uma aproximação com a população local (agentes de saúde, professores, entre outros).

Sobre a relevância deste estudo é importante afirmar que a discussão sobre espaços cuja dimensão física não é tão expressiva, ou seja, as micro escalas ou ainda os bairros, favelas e vilas, se dá, ainda, de maneira muito pontual nos estudos geográficos. Diante desse

contexto, e tendo em vista que a dinâmica de uma cidade de porte intermediário como Campina Grande se apresenta de maneira distinta das grandes cidades, em relação aos aspectos políticos, sociais e econômicos, por exemplo, surgiu a necessidade de um debate a respeito da comunidade da Rosa Mística, visando não apenas refletir sobre aquele espaço, mas também contribuir, de alguma maneira, com a discussão a respeito de espaços com configurações semelhantes.

A respeito do desenvolvimento da pesquisa, pode-se afirmar que, além da dificuldade de acesso a documentações no âmbito governamental, outro problema que pode ser destacado deu-se no contexto da relação espaço-tempo, considerando a dificuldade de encontrar materiais referentes a épocas passadas. A busca por documentos, fotografias, é uma tentativa nem sempre exitosa, tendo em vista o passar do tempo, além do fato de que aqueles moradores que viveram ali há mais tempo não dispunham de tecnologia na época para tais registros e/ou já não estão mais vivendo ali.

Diante do que foi dito, é possível afirmar que, para além dos entraves, existem fatores que contribuíram de forma fundamental para o andamento da pesquisa, a exemplo das discussões teóricas no âmbito da Geografia ou de áreas afins que auxiliam no entendimento da dinâmica que se estabelece na comunidade da Rosa Mística. Nesse sentido, literaturas de áreas correlatas, a exemplo da Sociologia, foram imprescindíveis à realização da pesquisa.

A discussão a respeito da categoria de espaço (e sobre produção do espaço) é demasiadamente ampla nos estudos geográficos e foi fundamental ao entendimento do objeto estudado. Autores como Henri Lefebvre (2001; 2008), Milton Santos (1993; 1985; 2008; 2009a, 2009b), Roberto Lobato Corrêa (1987; 1993; 2011), Ana Fani Alessandri Carlos (2007; 2011), Ruy Moreira (2007) e Helena Lúcia Zagury Tourinho (2011) foram imprescindíveis ao debate. Assim como o foram Boaventura de Souza Santos (2008), Flávio Villaça (1986), Marcelo Lopes de Souza (2004; 2008; 2011), Ermínia Maricato (1997; 2003a; 2003b; 2008), Arlete Moysés Rodrigues (2003) e Raquel Rolnik (2006) na discussão sobre o conceito de Estado. No tocante ao conceito de comunidade, tomou-se como referenciais teóricos principais autores da Sociologia como Louis Wirth (1973), R. M. Macliver e Charles H. Page (1973), além de Zygmunt Bauman (2003). Reserva-se ainda um espaço para discussão a respeito da noção de escala, utilizando-se, para tal fim, as contribuições teóricas de Maria Encarnação Beltrão Sposito (2009), como também do já citado autor Milton Santos (2009a) e Iná Elias de Castro (1995). Por fim, José Pastore (1979) e Michel de Certeau (1994) foram os referenciais teóricos eleitos para discutir a respeito da mobilidade social e do cotidiano, respectivamente.

Na construção do texto, que está dividido em três capítulos, optou-se por realizar as discussões teóricas capítulo a capítulo, ao invés de reservar uma parte da pesquisa para fazer essas considerações.

No primeiro capítulo, intitulado “Às origens do “Buraco da Jia”: fundação e primeiro crescimento (1940-1980)”, faz-se inicialmente uma discussão teórica a respeito da categoria de espaço; a seguir, é feita uma análise sobre o contexto da cidade de Campina Grande na qual viria nascer o Buraco da Jia; e, finalmente, é realizada uma discussão sobre a origem, processo de loteamento e primeiro crescimento da área.

Na segunda parte da pesquisa, cujo título é “Processo de consolidação da Rosa Mística (a partir 1980)”, é feita uma abordagem teórica inicial sobre o Estado, relacionando-o às questões habitacionais; em seguida, é realizada uma análise a respeito do papel do Estado no processo de consolidação daquele espaço a partir da análise do projeto de urbanização; e, por fim, é discutido o surgimento e crescimento das ocupações irregulares no entorno da ocupação inicial.

No terceiro capítulo, denominado “Rosa Mística contemporânea: a diversidade socioespacial de uma comunidade urbana”, se discute a situação atual da Rosa Mística. Nesse sentido, é feita inicialmente uma discussão teórica sobre cotidiano, comunidade e mobilidade social. Posteriormente, é realizada uma análise da configuração espacial da Rosa Mística (levando em consideração a formação dos tipos espaciais) para, em seguida, se discutir os principais comércios e serviços existentes no local.

## **1. ÀS ORIGENS DO BURACO DA JIA: FUNDAÇÃO E PRIMEIRO CRESCIMENTO (1940-1980).**

Neste capítulo será discutido o surgimento e crescimento da área onde se formou o chamado “Buraco da Jia” (posteriormente será explicada a origem dessa expressão). Busca-se apontar os principais acontecimentos nesse espaço, do início da década de 1940 até meados da década de 1980, quando novas ocupações foram anexadas à inicial e outros fatos importantes ocorreram (os quais serão discutidos no capítulo 2).

Este capítulo da pesquisa é essencial à compreensão dos próximos, uma vez que auxilia no entendimento de como se configurava no passado um espaço hoje transformado, fato que pode ser constatado quando se analisa as relações estabelecidas no referido sítio, observando-se que o espaço sofreu transformações não só nas suas formas, mas também nos seus conteúdos, atestando que “as formas geográficas contêm frações do social, elas não são apenas formas, mas *formas-conteúdos*” (SANTOS, 1985, p. 02).

Busca-se, portanto, realizar uma discussão acerca das transformações das formas ao longo do tempo, além de analisar como se deram as relações sociais mediante os processos espaciais, entendidos aqui como “[...] forças através das quais o movimento de transformação da estrutura social, o processo, se efetiva espacialmente, refazendo a espacialidade da sociedade” (CORRÊA, 1993, p. 36). Será feita uma discussão sobre os moradores pioneiros da área e o processo de ocupação e construção das primeiras residências, buscando a *posteriori* entender o que de fato mudou naquele espaço, apontando-se os principais agentes responsáveis por essas transformações.

Desvendados os primeiros moradores do local e o seu papel nesse processo, será feita uma discussão a respeito dos demais agentes sociais apontados como fundamentais na história e na formação do “Buraco da Jia”, considerando que “processos sociais e agentes sociais são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento” (CORRÊA, 2011, p. 44). Por fim, discute-se brevemente a respeito das ocupações que foram anexadas à inicial na década de 1980.

### **1.1 Apontamentos teórico-metodológicos: configuração territorial, produção e (re)produção do espaço.**

Nesse primeiro momento será necessária uma discussão teórica referente ao conceito de espaço e sobre (re) produção do espaço, bem como dos processos que lhes são inerentes,

buscando lançar mão das contribuições de alguns autores para um melhor entendimento da realidade. Nas palavras de Milton Santos, espaço é:

[...] reunião dialética de fixos e de fluxos; [...] conjunto contraditório, formado por uma configuração territorial e por relações de produção, relações sociais; e, finalmente, o que vai presidir à reflexão de hoje, o espaço formado por um sistema de objetos e um sistema de ações (SANTOS, M., 2008, p. 105).

O conceito de espaço apresentado pelo autor é bastante útil ao presente estudo, uma vez que a maior parte dos espaços é formada pelos dois elementos fundamentais discutidos pelo autor (sistemas de objetos e sistemas de ações), ou seja, é impossível entender o espaço sem levar em conta os seus aspectos materiais e sociais, suas formas e suas relações. Segundo Santos,

O espaço não pode ser apenas formado pelas coisas [...] O espaço é tudo isso mais a sociedade. [...] Assim, temos, paralelamente, de um lado, um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua *configuração geográfica* ou *configuração espacial* e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é a paisagem; de outro lado, o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é todos os processos sociais representativos de uma sociedade, em um dado momento (SANTOS, 1985, p. 1-2, grifos do autor).

Pode-se afirmar que o espaço é formado por sua materialidade e pelas relações que se inserem e dão vida a essas formas, não se podendo relegar um ou outro desses requisitos do espaço por entender que eles são interconexos. É importante também pensar o espaço a partir da sua relação com o tempo, entendendo a dissociabilidade entre ambos e reconhecendo que cada espaço é resultado de constantes processos de (re) produções. Nesse contexto, “[...] não só o espaço é um espaço produzido, mas é igualmente reproduzido” (MOREIRA, 2007, p. 88). Pode-se inferir que o espaço é produzido e reproduzido de forma incessante pelos agentes que fazem parte dele. Não há como entender o espaço e suas relações sem entender essa dinamicidade. De acordo com Santos (2009a), os agentes sociais reproduzem o espaço em virtude das suas intencionalidades. Ou seja, o espaço (re) produzido ao longo do tempo pelos homens não o foi por um acaso, mas porque esses sujeitos são dotados de intenções, que representam o contexto no qual os indivíduos estão inseridos. Em síntese, os homens (re) produzem o espaço para atender a objetivos específicos de ordem social, econômica, entre outras.

O espaço é, assim, resultado de uma série de processos, e, além de resultado, é também meio e condição (CARLOS, 2011) para que esses processos sejam possíveis. Nesse caso não se deve entender o espaço apenas como palco da ação humana, mas também como elemento fundamental e indispensável a essa ação. Entender ainda o espaço enquanto “uma

instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica” (SANTOS, 1985, p. 12) auxilia-nos a compreender que o mesmo se trata de “algo” dinâmico e múltiplo e que, por isso, a sua compreensão é fundamental ao entendimento do urbano.

Dentro dessa discussão, após travar um importante debate acerca da noção de estrutura e de sistema, Tourinho (2011) apresenta e discute a categoria de espaço. A autora analisa o espaço a partir de uma das perspectivas trabalhadas por Santos (2009a).

O espaço é uma realidade objetiva, em permanente processo de transformação (SANTOS, 1985), não devendo ser considerado apenas como o palco e/ou o produto das ações humanas, nem como um conjunto de relações abstratas. Ao mesmo tempo em que reflete ações passadas e presentes da sociedade, o espaço as condiciona e influencia (TOURINHO, 2011, p. 82-83).

As transformações elencadas pela autora mostram a dinâmica do espaço, além de apontar também para o aspecto de dinamicidade presente nos agentes que são responsáveis por várias das transformações ocorridas no espaço que muda de acordo com as intervenções, necessidades e intenções desses agentes. Para Corrêa, a produção do espaço:

É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotado de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade (CORRÊA, 2011, p. 2011).

Não há como entender certas dinâmicas espaciais sem compreender a sua constituição, quais os aspectos que lhe são peculiares, qual o papel desses agentes produtores do espaço e quais os contornos tomados por esse espaço a partir das intervenções desses sujeitos ao longo do tempo. “É preciso considerar que os múltiplos sistemas de objetos e de ação podem se alterar e ser alterados de maneiras distintas, no tempo e no espaço” (TOURINHO, 2011, p. 87). Assim, os espaços transformaram-se e continuam se transformando com o passar do tempo, visto que “o espaço está em evolução permanente” (SANTOS, 1985, p. 28).

As maneiras através das quais se dão essas mudanças são diversas e podem acontecer através dos moradores, do Estado, da Igreja, em partes ou em todo o espaço, em contextos cotidianos ou eleitorais. Enfim, as maneiras são diversas, mas o “resultado” é o mesmo: a transformação constante do espaço. O texto de Tourinho ainda chama atenção para um elemento indispensável de análise, o tempo. A respeito da relação espaço-tempo, a autora afirma que “aqui, hoje é possível, se encontrar convivendo, em um mesmo pedaço de território, diferentes sistemas espaciais com diferentes temporalidades, repercutindo nas

formas de vida possíveis naquela área” (TOURINHO, 2011, p. 85). Dessa maneira, os fatores do passado, do tempo, se relacionam diretamente com o espaço, que se constitui um múltiplo formado do ontem e do hoje. Nesse sentido, Santos (1985, p. 36) entende que “o espaço, considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras, sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade”. De forma geral, o espaço pode ser visto como um múltiplo de acontecimentos e realidades que se definem ao longo do tempo e interagem nos dias atuais. Entretanto, não se pode pensar o espaço como “um receptáculo da história, mas como condição de sua realização qualificada” (SANTOS, 2009a, p. 126).

A formação do espaço, portanto, se dá no decorrer dos processos históricos através de agentes sociais que “fazem e refazem a cidade [...]” (CORRÊA, 1993, p. 12). De acordo com esse autor, esses agentes são: “(a) os proprietários dos meios de produção; (b) os proprietários fundiários; (c) os promotores imobiliários; (d) o Estado; e (e) os grupos sociais excluídos” (CORRÊA, 1993, p. 12). De acordo com Corrêa (2011 p. 43-45),

Os agentes sociais da produção do espaço estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista. Refletem, assim, necessidades e possibilidades sociais, criadas por processos e mecanismos que muitos deles criaram. E são os agentes que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, seja a rede urbana, seja o espaço intraurbano. Afirma-se que processos sociais e agentes sociais são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento. [...] A terra urbana pode ser objeto de interesse de promotores imobiliários, de empresas industriais, do Estado e de outros agentes. Práticas espaciais como a esterilização da terra, fragmentação e remembramento, assim como loteamentos descontínuos na periferia, podem ser comuns a diferentes agentes sociais. O espaço produzido refletirá essas estratégias e práticas espaciais.

Os agentes atuam segundo escalas espaço-temporais específicas e dão origem aos processos de produção do espaço, que “significa também e sobretudo criação. Criação de obras (tempos e espaços incluídos) pelo e para os homens nas e pelas quais possam realizar e reconhecer a trajetória de formação do humano” (LEFEBVRE, 2008, p. 08). A materialização dos processos é papel desses agentes e suas ações acontecem de acordo com seus interesses.

O exemplo que se pode citar é a ação do Estado que, no processo de produção do espaço, atua de forma distinta em localidades específicas, fato que pode ser constatado ao se observar as cidades brasileiras, frutos de vários processos através dos quais espaços receberam atenção diferenciada por parte do poder público. A produção espacial que caracterizou o país durante muito tempo se refere a um processo no qual o Estado esteve “ausente” para parcelas da população, se esquivando de problemas como moradia, pobreza, entre outros, ao mesmo tempo em que esteve presente ao dispor de outros grupos mais ricos e

poderosos. Essa dinâmica se caracteriza como uma estratégia do Estado que se ausenta desses espaços ao tempo que prioriza outros no seu contexto de intervenções.

Em meio a um contexto de pobreza, em muitas cidades do Brasil, a exemplo de Campina Grande, verificou-se um importante e desigual processo de urbanização, conforme Silva expõe:

A experiência mostra que a urbanização de Campina Grande é socialmente seletiva e economicamente concentrada, como lógica consequência de uma estrutura social e política que privilegia os interesses e demandas das camadas de altas rendas (SILVA, 1987, p.63).

Enquanto os espaços habitados por parte da população privilegiada recebiam investimentos, eram transformados, outros eram esquecidos ou passavam por intervenções pontuais e insatisfatórias, como foi o caso de muitos espaços urbanos “periféricos”. Em Campina Grande essas intervenções também se deram de maneira bastante pontual no tempo e no espaço e alguns desses espaços só receberam alguma ação do poder público após a década de 1980.

## **1.2 Campina Grande na expansão da urbanização brasileira e a situação do “Buraco da Jia” nesse contexto.**

Antes de discutir sobre Campina Grande e especificamente o Buraco da Jia, cabe uma reflexão sobre a noção de escala e sobre os recortes analíticos e sua importância para compreensão das pequenas e médias cidades a partir de Sposito (2008). A autora fala de alguns recortes, dentre os quais o “Dentro/Fora”, que busca a interação entre escalas, entendendo que não há fenômenos isolados, mas que eles se relacionam com outros contextos, outras escalas. Sposito (2009, p. 30) expõe: “[...] não dá para isolar, quer dizer, é preciso trabalhar com o fora daquilo”.

De acordo com Santos (1985, p. 27): “[...] como as relações entre as partes são mediadas pelo todo, assim também o são as relações entre os elementos do espaço”. Dessa forma, não há como tratar isoladamente as partes e muito menos considerá-las sem ter em vista o todo. Assim, a aproximação entre escalas é fundamental, evitando-se que os fenômenos sejam estudados de forma isolada, pois macro e micro escalas precisam ser pensadas conjuntamente. Entender o que se passa dentro de um contexto a partir de outras escalas e vice-versa é uma reflexão importante e necessária à compreensão da realidade. Além de discutir sobre esses recortes analíticos, Sposito (2009) propõe pares de articulação com vistas a contribuir para o desenho de estudos sobre cidades pequenas e médias, entre eles o

“Rural e Urbano”. Esse par de articulação torna-se fundamental para entender a cidade, sobretudo quando o estudo se volta aos seus aspectos históricos, visto que, geralmente, a cidade é resultado de processos históricos que transformaram um espaço rural em espaço urbano a partir de múltiplas interações entre os agentes produtores do espaço.

Em tempo, diante do cenário apresentado, é pertinente afirmar que a escolha da década de 1940 (período que se caracterizou também como uma fase de transição de um espaço rural para uma área predominantemente urbana), como ponto de partida da análise do presente estudo não se fez arbitrariamente, mas porque datam dessa década os documentos mais antigos aos quais se teve acesso durante a pesquisa (figura 01).

Figura 01 - Primeiros dados documentais encontrados sobre o objeto desse estudo.

N. DE ORDEM	DATA	Circunscrição	Denominação ou rua e n.	Característicos e Confrontações
22145	25-3-946	Campina Grande	Louzeiro	Partes na casa de esquina de tijolos e telhas e na casa de fachada de tijolos e telhas, com o acanamento, situadas no sítio do lugar de Louzeiro, a margem direita da estrada, subúrbio da cidade de qual o adquirente é condômino

Fonte: Livro 3/I, folha 53 do 1º Cartório de Campina Grande.

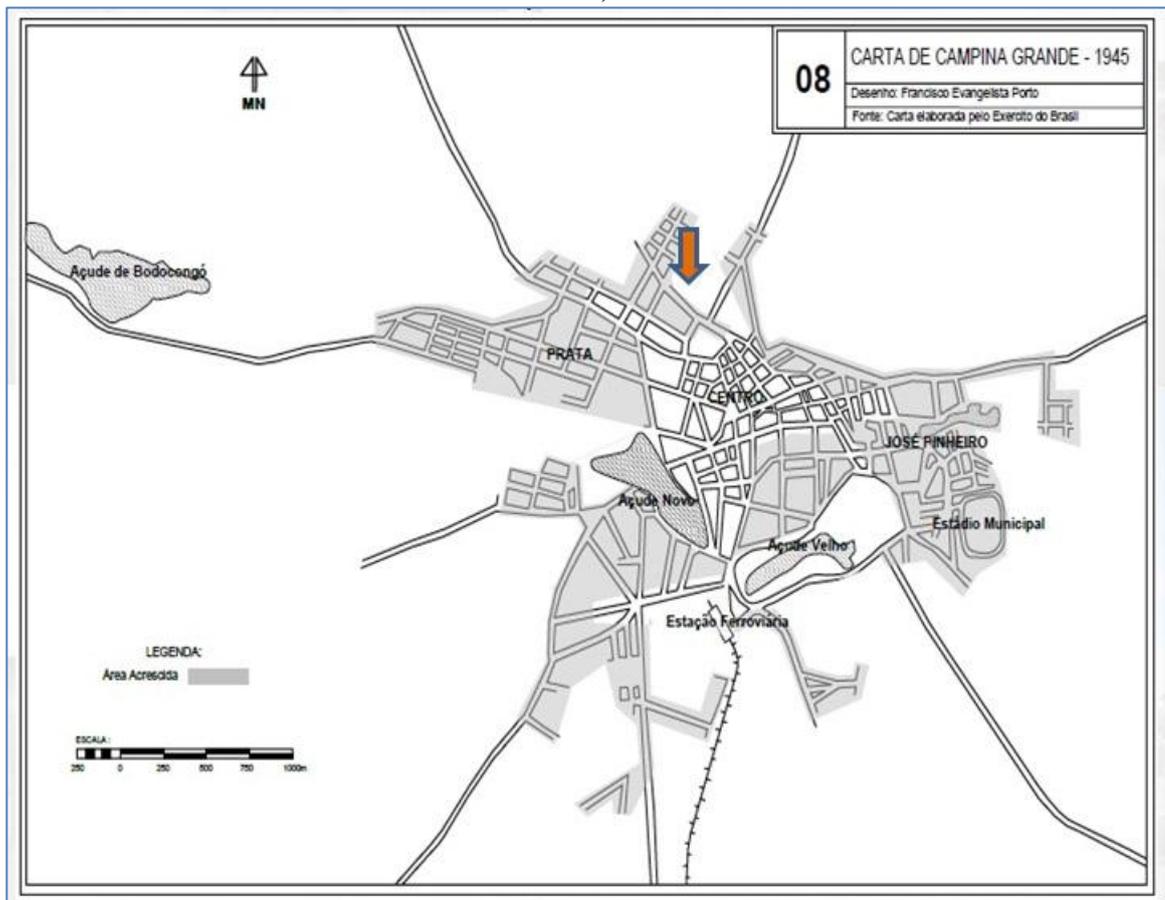
Na primeira coluna aparece o número de ordem (controle do cartório); na segunda coluna, a data do documento (25-3-946), ou seja, o documento data do ano de 1946, década que constitui o ponto de partida desse estudo, tendo em vista ser esse o documento encontrado mais antigo do local. Na terceira coluna aparece o nome da cidade, Campina Grande; na quarta coluna aparecer a denominação ou nome da rua, na qual se apresenta o nome Louzeiro, e na última coluna da imagem apresentam-se as “características e confrontações” que, no caso, são as características do bem apresentado nos registros do cartório.

É importante ressaltar que o documento possui outras colunas, mas que não foram colocadas aqui com o intuito de preservar a identidade das pessoas citadas. Enfim, o que se busca apresentando esse documento é embasar o período que foi escolhido como ponto de partida para essa análise e mostrar que, já naquela época, o Louzeiro aparecia nos documentos oficiais do cartório, mas surgia ainda enquanto “sítio”, sinônimo de zona rural. Não constituía, portanto, um bairro urbano oficial, tendo em vista os fortes aspectos rurais que ainda se faziam presente naquele espaço.

Tendo o início da sua ocupação nos anos de 1940, o antigo Buraco da Jia era constituído basicamente de elementos característicos da zona rural de então: possuía áreas de

vegetação, reservatórios de água, ausência (ou quase inexistência) de moradias, ausência de vias de acesso a transportes, entre outros. A fala de um antigo morador<sup>1</sup> da Rosa Mística desde 1967 (J. V. L, aposentado de 67 anos, mora no local<sup>2</sup> há 46. Entrevista realizada em: janeiro de 2013) resume um pouco o que foi falado: “[...] era o sítio mais bonito da cidade”. O mapa (01) revela sua urbanização ainda rarefeita da cidade na década de 1940.

Mapa 01 – Carta de Campina Grande -1945 (localização aproximada da Rosa Mística).



Fonte: Exército do Brasil (Adaptado por: Francisco Evangelista Porto, 2007 e pela autora).

O mapa apresentado é parte integrante de um trabalho que discute a evolução urbana da cidade de 1790 até os anos de 1980 (PORTO, 2007). Ressalta-se que interessa a essa pesquisa a evolução da cidade a partir da década de 1940. Observa-se que nessa década, na área norte da cidade, onde se localiza o Buraco da Jia, a urbanização pouco tinha avançado. Com o passar do tempo esse espaço foi sendo transformado a partir da intervenção dos

<sup>1</sup> Tendo em vista a grande quantidade de entrevistas realizadas, cada morador citado foi identificado com um numeral, buscando evitar repetições desnecessárias.

<sup>2</sup> Alguns dos entrevistados moram no entorno da comunidade e acompanharam o processo de consolidação no todo ou em partes, no entanto, optou-se por usar a expressão “mora no local” para todos os entrevistados com a intenção de “padronizar” a identificação no texto.

proprietários dos terrenos. Com os lotes arrendados/vendidos, a área era modificada por aqueles que chegavam de outros bairros e de outras cidades e ali se estabeleciam. Esse processo deu origem ao início da transição de um espaço eminentemente rural para um espaço predominantemente urbano, fato também observado em outras cidades do Brasil. Diante do exposto, pode-se entender a dinâmica atual da Rosa Mística, a partir da relação rural-urbano daquela época e que permanece ainda hoje, mesmo que de forma bem menos expressiva. Nesse contexto, cabe lembrar que grande parte dos primeiros moradores do Buraco da Jia era proveniente da zona rural de muitos municípios do interior da Paraíba, a exemplo de Patos, Esperança, São Sebastião de Lagoa de Roça e Lagoa Seca. Esse fato é ressaltado por Santos (2006, p. 63) quando afirma que grande parte dos moradores que se instalavam ali,

[...] eram provenientes do êxodo rural, ou seja, imigrantes que vinham de outras localidades do Estado (sic), ou até mesmo de outros estados, em busca de oportunidades empregatícias, já que Campina Grande àquela época, transformava-se em pólo econômico, com forte incentivo à industrialização.

A autora esclarece, dessa maneira, que o processo de migração rural-urbano foi um dos fatores que deu origem à formação do que hoje é denominado Rosa Mística/Buraco da Jia. Ressalta-se que esse processo influenciou também a ocupação de outras áreas da cidade que se consolidaram e que ainda hoje existem. Esse fluxo migratório, portanto, se deu em decorrência do papel desempenhado pela cidade de Campina Grande junto ao seu entorno, destacando-se o crescimento econômico e industrial. O processo de urbanização do Brasil e de Campina Grande será discutido a seguir.

É importante esclarecer, *a priori*, que não se pretende no presente capítulo analisar o processo de urbanização brasileiro ou da cidade de Campina Grande, em virtude do tempo e do espaço, contudo torna-se necessário uma breve discussão a respeito para que o leitor possa se situar melhor em relação ao sítio, objeto de estudo e sua contextualização histórica. Esse debate é importante também porque fundamenta a relação entre as escalas, conforme visto em Sposito (2009).

A discussão do processo de consolidação da Rosa Mística passa, inevitavelmente, pelo entendimento do contexto de outras escalas naquele momento histórico e também do que acontecia dentro daquele espaço e suas relações com os acontecimentos externos, a exemplo do processo de urbanização do Brasil e o êxodo rural. Dessa maneira, na década de 1940, o Brasil encontrava-se em um contexto no qual o seu processo de urbanização começava a se consolidar, como afirma Maricato (2008, p.17): “[...] somente a partir da virada do século XIX e das primeiras décadas do século XX que o processo de urbanização da sociedade

começa realmente a se consolidar [...]”. Nessa época, o processo registrado era gradativo e expressivo, podendo-se verificar que a migração campo-cidade já começava a ganhar força. Em uma comparação entre as décadas de 1920 e 1940, no tocante ao número de pessoas vivendo nas cidades, Villela e Suzigan apud Santos M. (2009b, p. 25) afirmam: “A população concentrada em cidades passa de 4,552 milhões de pessoas em 1920 para 6 208 699 em 1940”. É necessário considerar que, em algumas partes do país, esse fato ocorreu de forma mais intensa. Ainda assim, os números são considerados elevados quando se trata de apontar a urbanização do Brasil entre as décadas de 1920 e 1940.

Destaca-se que o processo que deu origem ao Buraco da Jia foi também resultado da migração campo-cidade que começava a se intensificar em Campina Grande. A cidade encontrava-se inserida em um forte processo de migração intra-regional em relação às migrações de longa distância. Conforme Silva Junior (2009 p.22):

Os dados dos Censos demográficos de 1970-91 demonstram que estivemos envolvidos, a partir da política do regime autoritário, em um amplo processo de reestruturação migratória, próprio das cidades de porte médio [...]. No caso de Campina Grande, as décadas de 1970 e 1980 confirmaram o impulso demográfico intra-regional, no qual todo Nordeste esteve envolvido, trazendo dramáticas repercussões à vida urbana do Município [...].

Analisando a urbanização e o crescimento da cidade é notório que a mesma se caracterizava sobretudo por esse processo de migração intra-regional, diferindo de outras cidades que se destacavam pela migração de longa distância, como é o caso de cidades do Sudeste, a exemplo de São Paulo. Numa conjuntura de início de urbanização mais intensa e de forte tendência para a industrialização, Campina Grande recebe inúmeros migrantes em busca de melhoria da qualidade de vida. Parte dessas pessoas, com poucas condições financeiras, passam a buscar moradia em espaços como o Buraco da Jia, onde os preços eram mais acessíveis, embora a precariedade se fizesse presente.

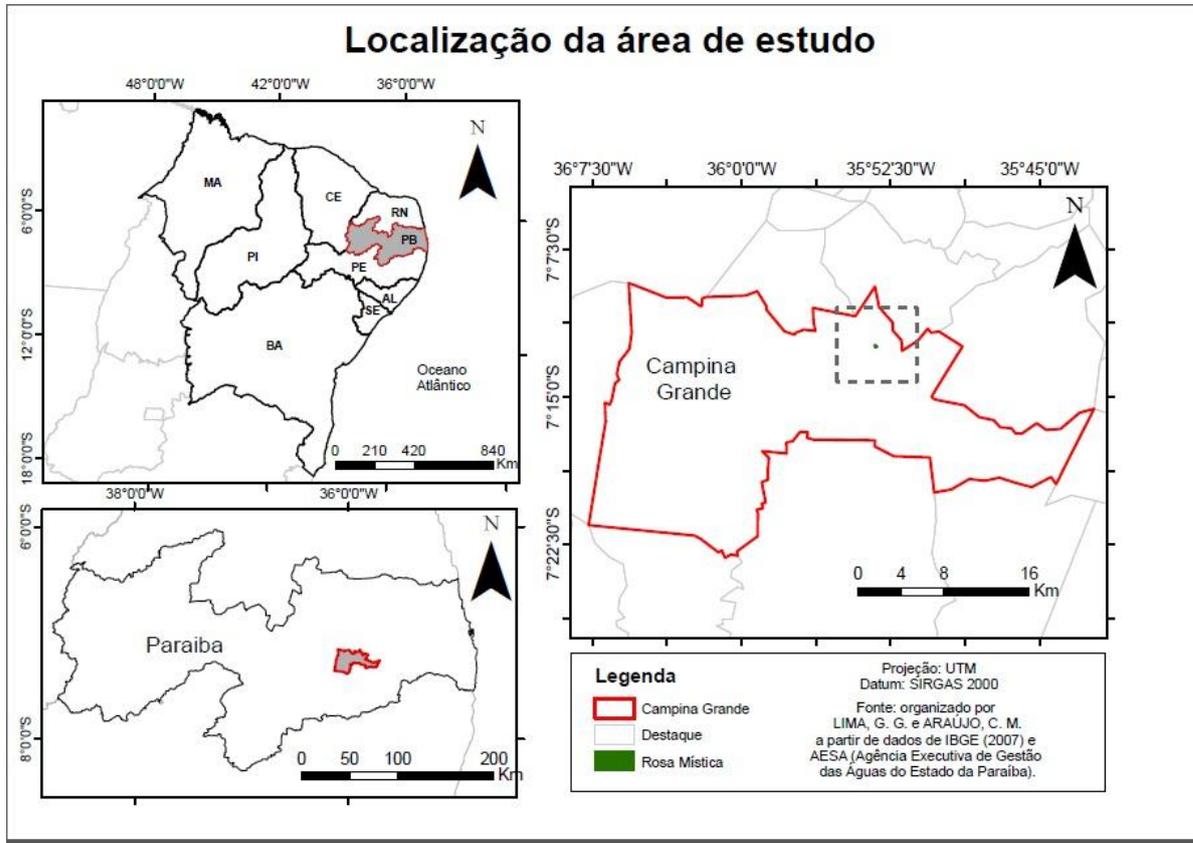
Com relação ao processo de urbanização brasileira, sabe-se que o mesmo se deu de forma bastante tardia, porém muito rápida, e foi motivado, entre outros fatores, por problemas econômicos e sociais também gerados no campo. Assim, a população que morava nesses espaços via na cidade a possibilidade de melhorias, uma vez que o processo de industrialização se intensificava, segundo ressalta Santos:

A partir dos anos 1940-1950, é essa lógica da industrialização que prevalece [...]. Essa nova base econômica ultrapassa o nível regional, para situar-se na escala do país; por isso, a partir daí, uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território dá-se com o crescimento demográfico sustentado das cidades médias e maiores, incluídas, naturalmente, as capitais de estados (SANTOS, 2009b, p. 30).

As cidades brasileiras encontravam-se em meio a uma intensificação do processo de industrialização que, de acordo com Santos, diz respeito a um “processo social complexo” e não pode ser considerada apenas como “criação de atividades industriais nos lugares” (SANTOS 2009b). O país, em grande parte, embora de forma mais pontual em alguns locais, estava permeado por esse momento no qual a industrialização surge como fator primordial para as transformações que começavam a ocorrer na economia e no espaço brasileiro. Essas transformações, porém, não atingiram de forma igual os indivíduos, pois as desigualdades se faziam cada vez mais presentes. Essa realidade foi gradativamente se acentuando e vem se maximizando até os dias atuais. O exemplo de Campina Grande nesse contexto também foi emblemático e será discutido adiante.

Campina Grande é a principal cidade do interior da Paraíba, localizada no Agreste do estado, está situada na borda oriental do Planalto da Borborema, na superfície Borborema, a uma altitude média, em relação ao nível do mar, de 500m e distante 123 km da capital Joao Pessoa (mapa 02). Em virtude da sua localização e importância, a cidade sempre atraiu pessoas dos municípios vizinhos e de outros estados, como Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Mapa 02 – Localização de Campina Grande (e da Rosa Mística).



Assim como no restante do país, os fluxos migratórios que Campina Grande atraiu resultaram da importância dessa cidade no setor industrial, bem como em virtude de sua constituição enquanto empório comercial de destaque no Nordeste, como relata Sá (1986, p. 187): “Entre as décadas de 1940-1950, Campina Grande foi, depois de Recife, o mais importante empório comercial em toda Região Nordeste”. Referindo-se ainda a cidade, a autora esclarece que a mesma

alcançou seu maior índice de crescimento urbano entre as décadas de 1940/1950, provocando ampla ocupação do seu espaço urbano, testemunhado pelo número de novas construções, expansão de sua rede de abastecimento d’água e saneamento. É nesse período que Campina Grande se transforma em importante centro comercial algodoeiro nacional e estrangeiro (SÁ, 1986, p. 188).

Com relação à importância do setor industrial na cidade, Costa destaca:

No final da década de 1950, Campina Grande já possuía uma base industrial relativamente importante e dispunha de uma política municipal de incentivo a indústria, sendo a única cidade do interior brasileiro a deter a sede Federação das Indústrias (COSTA, 2003, p. 47).

Na época, todos esses fatores conjuntamente contribuíram para que o processo migratório para essa cidade se desse de forma intensa, fato comprovado quando se analisa o número de habitantes de Campina Grande em relação ao número de habitantes da capital do estado da Paraíba, na década de 1950. Em 1950, o município de João Pessoa contava com uma população de 119 326 habitantes, Campina Grande possuía 173 206 habitantes (IBGE, 1950). Com uma diferença de mais de 50 mil, Campina Grande ultrapassava a capital em número de habitantes.

Além disso, quando comparados os dados de Campina Grande referente ao ano de 1950 com o número de habitantes em 1940, que era de 126 023 (IBGE, 1940), percebe-se que o número de habitantes do município aumentou em quase 50 mil, em 10 anos. Esses números são bastante representativos da migração campo-cidade e intermunicipal que se verificava na época. A respeito da importância de Campina Grande, em relação ao seu entorno e no contexto nordestino, Silva (1987, p. 52) afirma:

Essa importância econômica de Campina Grande, no âmbito do Nordeste, se torna mais relevante ainda quando comparada às demais cidades da Paraíba, inclusive da própria capital do Estado, cujo nível de desenvolvimento se tornava inexpressivo diante da opulência econômica de Campina Grande, na época [...].

Retomando a discussão sobre a relevância da cidade de Campina Grande e do fluxo migratório que seguiu para essa cidade entre as décadas de 1940-1950, pode-se afirmar que ela possuía uma posição importante no cenário nordestino, uma vez que sua história mostra que alguns acontecimentos na cidade a tornaram uma das principais do Nordeste.

Na década de 1940, a cidade já havia passado por importantes fatos que foram decisivos para o seu destaque perante o estado da Paraíba e da região Nordeste, como a chegada do trem, a reforma urbanística, a pujança industrial e comercial, entre outros. Assim, cresciam as oportunidades de emprego (que depois se tornariam insuficientes) e a economia. Diante disso, pessoas provenientes de outros locais passaram a procurar a cidade em busca de melhoria da qualidade de vida.

Como pode ser visto em vários exemplos pelo Brasil, quando há investimentos e ocorre o crescimento econômico de um espaço, a tendência é que as pessoas passem a procurar nele uma oportunidade, buscando melhorar as suas condições ou mesmo procurando uma vida mais digna. No entanto, é nítido também que as cidades atraem, mas não comportam; atraem, mas repulsam. Embora contraditório, é isso que ocorre, pois a cidade não oportuniza igualmente os indivíduos.

O que ocorreu/ocorre nesses espaços urbanos, geralmente, é que no passado houve um crescimento econômico proveniente de investimentos públicos ou privados, que tornaram essas cidades locais de atração populacional, contudo, verifica-se que o crescimento não se dá de forma igualitária para todos, ou seja, existem aqueles que se beneficiam e aqueles que permanecem marginalizados social e espacialmente. De acordo com Santos,

Com diferença de grau e intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. Se tamanho, tipo de atividade, região em que se inserem etc. são elementos de diferenciação, mas, em todas elas, problemas como os de emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde são genéricos e revelam enormes carências (SANTOS, 2009b, p. 105).

Apontam-se essas questões como características daqueles espaços que conheceram o crescimento econômico, mas não conheceram, muitas vezes, o desenvolvimento. A esse respeito, “sabemos (e repito insistentemente) que o desenvolvimento e o crescimento não coincidem, que o crescimento não conduz automaticamente ao desenvolvimento” (LEFBVRE, 2008, p. 13). Muitas são as cidades brasileiras que cresceram e crescem em termos econômicos, mas deixaram a desejar em relação ao desenvolvimento social, isto é, qualidade de vida dos habitantes como um todo. Diante disso, Souza enfatiza:

[...] pode-se dizer que se está diante de um autêntico processo de desenvolvimento sócio-espacial quando se constata uma melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social. A mudança social positiva, no caso, precisa contemplar não apenas as relações sociais mas, igualmente, a espacialidade (SOUZA, 2010, p. 61).

A cidade não comporta de forma adequada aquelas pessoas que veem nela uma possibilidade de sair da pobreza ou até mesmo da miséria. Sobre essa discussão, um morador\_2 (V. P. S, aposentado de 67 anos, mora no local há 50. Entrevista realizada em: janeiro de 2013) afirma: “Emprego era muito difícil, eu arrumei emprego por sorte...”. Essa pessoa migrou para Campina Grande em busca de emprego e conseguiu (um emprego na feira da cidade) mas, infelizmente, nem todos tiveram a mesma “sorte”. Nesse caso, os trabalhadores não “absorvidos” pelo mercado de trabalho e até mesmo pela cidade são obrigados a viver em condições precárias e por vezes desumanas, sendo-lhes tolhido o direito à cidade que, para Lefebvre (2001, p. 135), “[...] se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar”. Assim, os novos moradores que chegavam à cidade demandavam, além de empregos, moradia, saúde, educação e lazer.

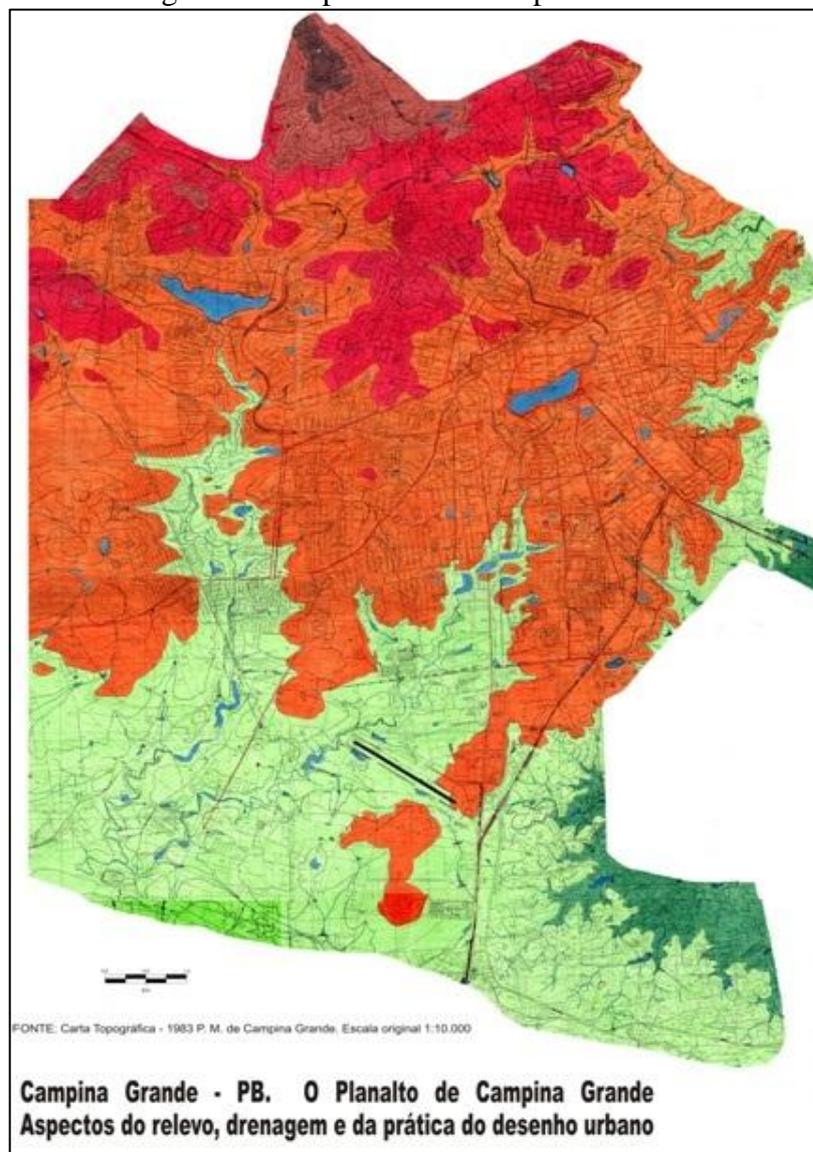
No entanto, não havia a oferta adequada suficiente para a demanda. No caso da moradia, os homens e mulheres que não tinham dinheiro nem emprego para conseguir

comprar ou alugar uma moradia, eram obrigados a viver nas áreas insalubres de então, a exemplo de áreas alagadiças.

### 1.3 Sítio geográfico e bairro: análise das inter-relações sociedade-natureza na constituição do Buraco da Jia.

A atual comunidade da Rosa Mística, também conhecida como Buraco da Jia, localiza-se na zona norte da cidade de Campina Grande cujos aspectos físicos, inicialmente relevo e drenagem (figura 02), serão tema de uma breve discussão nesse momento.

Figura 02 – O planalto de Campina Grande.

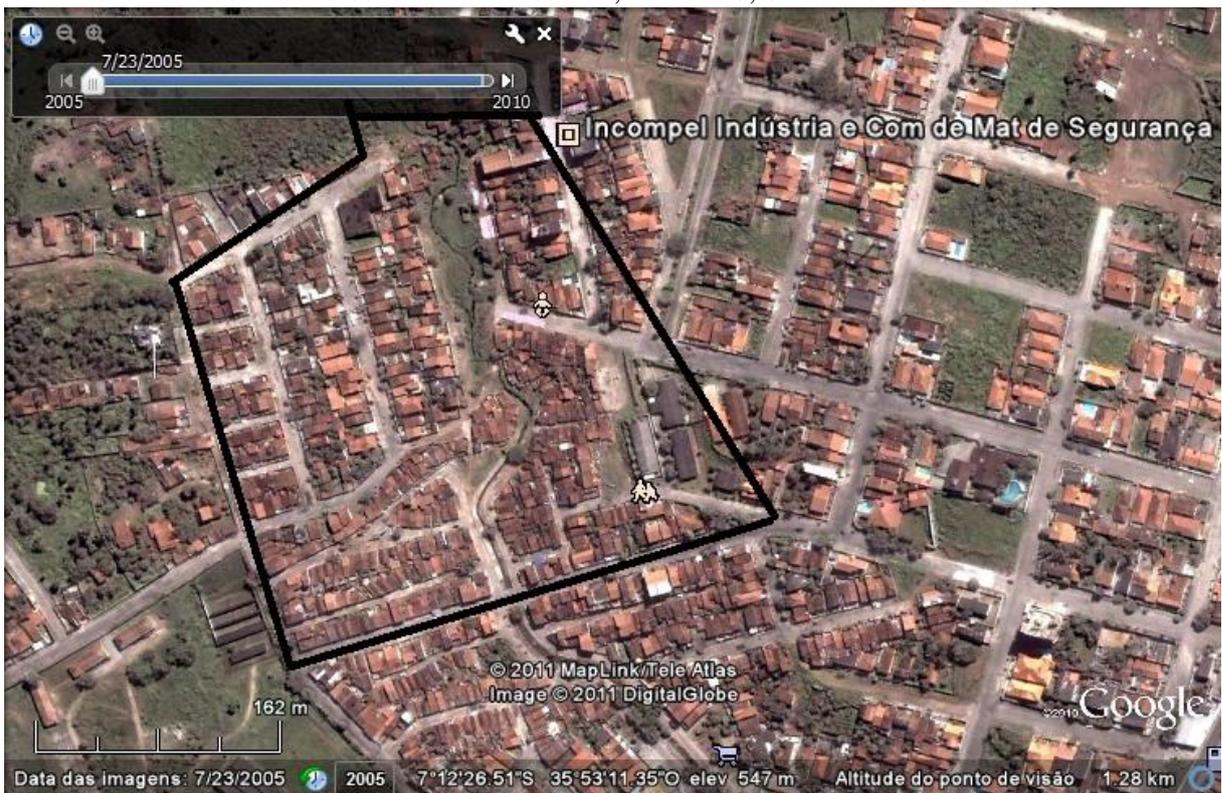


Fonte: Carta topográfica - 1983. P. M.C.G.  
Escala original: 1:10.000.

A figura 02 destaca os aspectos do relevo de Campina Grande, ressaltando as altitudes entre 500 e 550m em laranja e que se mostram mais abrangentes, tendo ao norte desse nível as altitudes mais elevadas, chegando a 650 m no bairro dos Cuités, em vermelho e marrom, e ao sul, as mais rebaixadas, em verde. Destacam-se no mapa os espelhos d'água formados pelos açudes de Bodocongó e Açude Velho localizados nos Riachos de Bodocongó e Piabas/Prado que cortam a cidade na direção norte sul.

A comunidade da Rosa Mística encontra-se localizada no médio curso da sub-bacia do Riacho das Piabas. Verifica-se a expansão do traçado urbano avançando sobre as margens próximas ao canal fluvial, consideradas como áreas públicas de preservação permanente, protegidas por leis. Observa-se também o impacto ambiental causado sobre a rede de drenagem decorrente da expansão urbana local avançando sobre áreas inadequadas, por falta de opções viáveis de moradia (figura 03).

Figura 03 – Imagem de satélite da Comunidade da Rosa Mística (delimitação aproximada), destacando-se a textura urbana e, ao centro, o Riacho das Piabas.



Fonte: Google Earth, adaptado pela autora (2014).

A partir da figura 03 verifica-se no centro da imagem o Riacho das Piabas, não canalizado ao norte, próximo à área da Mata do Louzeiro e canalizado ao sul. No contato entre o trecho canalizado e não canalizado se concentram algumas das residências construídas

nos menores lotes como pode ser observado através da textura urbana apresentada (fotografias 01, 02 e 03).

Fotografia 01 – Trecho não canalizado do Riacho das Piabas (ao norte).



Fonte: Arquivo pessoal de Maria Margarida Magalhães.

Fotografia 02 – Trecho não canalizado do Riacho das Piabas (ao norte).



Fonte: Arquivo pessoal de Maria Margarida Magalhães.

Fotografia 03 – Trecho canalizado do Riacho das Piabas (ao norte).



Fonte: Arquivo pessoal de Maria Margarida Magalhães.

As fotos mostram a situação do Riacho das Piabas com relação à canalização: primeira foto, ao norte, trecho não canalizado com pequena várzea, próximo à Mata do Luzeiro; segunda foto, trecho intermediário não canalizado; e terceira foto, trecho canalizado.

Considerando o que se refere Ab’Sáber a respeito de sítio geográfico, entende-se que “[...] todos os elementos naturais [...], em conjunto, participam da condição de sítio urbano” (AB’SÁBER, 2007, p. 15). Nesse sentido, serão apresentados os elementos naturais concernentes a Campina Grande e à área de estudo.

A respeito do relevo do município de Campina Grande, pode-se afirmar que:

O município de Campina Grande está inserido na unidade geoambiental do Planalto da Borborema, formada por maciços e outeiros altos, com altitude variando entre 650 a 1.000 metros. Ocupa uma área de arco que se estende do sul de Alagoas até o Rio Grande do Norte. O relevo é geralmente movimentado, com vales profundos e estreitos dissecados (CPRM, 2005, p. 3).

Em relação à altitude, “[...] Campina Grande está em uma altitude média de 550m” (PORTO, 2007, p. 21). No que se refere ao “clima”, segundo a contribuição de Cabral Júnior, em Campina Grande “[...] o regime pluvial é assimétrico, a estação chuvosa dura cerca de cinco meses (mar-jul), há irregularidade nas quantidades de chuvas anuais e por décadas [...]” (CABRAL JÚNIOR, p. 13, 2012). A partir de dados do INMET, Porto afirma que “[...] em Campina Grande a temperatura média gira em torno de 22 °C com umidade relativa variando

de 75-83% e precipitação média de 730mm/ano (série de 10 anos)” (INMET *apud* PORTO, 2007, p. 23).

A respeito da vegetação (predominante) no município, os autores expõem: “A vegetação desta unidade é formada por Florestas Subcaducifólica e Caducifólica, próprias das áreas agrestes” (CPRM, 2005, p. 03). Com relação à hidrografia, é cortado por alguns rios, dentre os quais pode-se citar os riachos urbanos da cidade de Campina Grande, a exemplo do Riacho das Piabas, conforme informação abaixo:

Os principais cursos d’ água são: os rios Salgadinho, Bodocongó, São Pedro, do Cruzeiro e Surrão, além dos riachos: Logradouro, *da Piaba*, Marinho, Caieira, do Tronco e Cunha. Os principais corpos de acumulação são os açudes: São Pedro, da Fazenda Quilombo e Campo de Bó (CPRM, 2005, p. 05, grifo nosso).

O Buraco da Jia está localizado às margens do Riacho das Piabas, em seu médio curso, e faz parte da denominada Bacia da Depuradora. A respeito desse trecho, Apolinário afirma: “O médio curso compreende uma pequena parte ao norte da macrozona rural e parte da macrozona urbana de Campina Grande [...]” (APOLINÁRIO, 2012, p. 54).

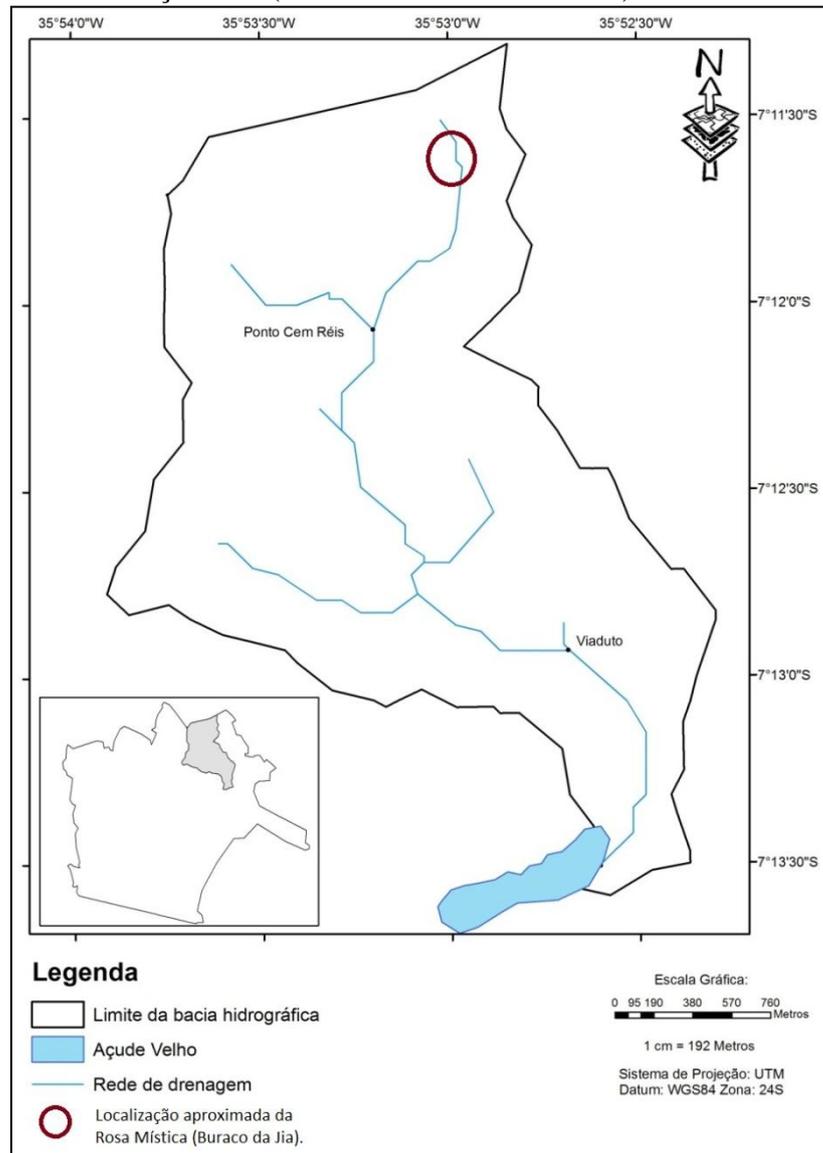
Buscando contribuir com a discussão a respeito do relevo, conta-se com documento da Prefeitura Municipal de Campina Grande, datado de 1987, que trata dos aspectos físicos dessa área, onde consta que “[...] o Buraco da Jia tem [...] um relevo abruptamente acidentado em seus 6.6 há de ocupação” (CAMPINA GRANDE, PROJETO: URBANIZAÇÃO DA FAVELA DO BURACO DA JIA, 1987, p. 02). Em relação à extensão do Canal das Piabas (hoje com parte canalizada), margeado pela comunidade, o projeto afirma que “o canal ocupa uma área de 1.840.000 m<sup>2</sup> ou 2.79% da área total”.

O documento da prefeitura expõe: “A pequena área da favela, cerca de 3,5, já não apresenta nenhuma condição de expansão. Possui topografia bastante acidentada; expandiu-se às margens do riacho e nas encostas de dois talwegues de acentuada declividade” (CAMPINA GRANDE, PROJETO DE ESGOTOS SANITÁRIOS DA FAVELA DO BURACO DA JIA, 1987, p. 02). Pode-se perceber que a localização do Buraco da Jia no fundo do vale estreito ladeado por relevo mais elevado condicionou o tipo de ocupação local naquele espaço e representa um impacto ambiental sobre a rede drenagem, onde registra-se a ocorrência de enchentes periódicas, pondo em realce a questão da necessidade da responsabilidade e consciência ambiental tão frequente no discurso social atual. .

Segundo Pereira, “pode-se dizer que em episódios pluviosos adversos a resposta da bacia é rápida causando em algumas situações casos de enchentes, no percurso canalizado que se inicia no bairro da Conceição (Rosa Mística) até o Açude Velho” (PEREIRA, 2012, p. 28).

O mesmo autor enfatiza: “[...] a carta de altitudes da cidade de Campina Grande é marcada por declives muito acentuados ao norte da cidade, onde ocorrem os divisores de águas. A bacia do Riacho das Piabas se encontra nesta porção” (idem). Esses aspectos contribuem para a compreensão do porquê da área ter sido denominada Buraco da Jia, em razão da sua localização, visto que a mesma se originou no fundo do vale em meio a um ambiente de relevo acidentado drenado pelo curso d’água, o Riacho das Piabas (mapa 03).

Mapa 03 – Curso do Riacho das Piabas até o Açude Velho, na cidade de Campina Grande direção N/S (destacando a Rosa Mística).



Fonte: Imagens de satélites (Adaptadas por: Pereira, 2012 e pela autora, 2013).

O norte do bairro do Louzeiro, para onde se expandiu as ocupações do Buraco da Jia, possuía e ainda possui, apesar da intensidade da ação antrópica local, uma extensa área de mata subcaducifólia de transição e reservatórios de água. Isso também contribuiu para que o local passasse a se chamar Buraco da Jia, devido à umidade presente e à grande presença

desses anfíbios. De acordo com Santos (2006, p. 65), “a referida terminologia tem seu fundamento na forte presença de jias (espécie de rã comestível) nos barreiros da região e existência de uma grande ‘loca’ (gruta pequena), que servia de moradia e esconderijo para as jias”. A respeito do uso do termo, um morador\_3 comenta:

Onde é a oficina (*de um dos moradores*), tinha uma loca de pedra, aí todo inverno [...], juntava a turma gostava de tomar uma cana, aí era onde criava jia, nessa loca. Eles iam e pegavam a jia, era cada jia bonita, gorda, matavam e faziam aquele torrado, e tomando cana, matavam e faziam o tira gosto (P.P, N, aposentado de 73 anos, mora no local há 64. Entrevista realizada em: fevereiro de 2010. Grifo nosso).

Em virtude dos seus aspectos naturais, a exemplo da umidade e do riacho ao longo do qual foram traçado os loteamentos que propiciavam a presença de jias, o local passou a ser chamado de Buraco da Jia, deixando claro que os aspectos físicos da área foram fundamentais para a origem do termo, que depois sofreria uma substituição/adaptação (discussão a ser realizada posteriormente). Contudo, grande parte do Buraco da Jia formou-se no bairro da Conceição que, na visão de Santos (2006, p. 62), “apresenta discrepâncias geográficas, pois é constituído de áreas planas e baixas, e de áreas de morros e altas”. Hoje é possível identificar ruas mais “altas”, divisores e as áreas mais planas, localizadas nas proximidades e ao longo do canal local.

Ao discutir sobre o bairro da Conceição, Santos (2006, p. 62) afirma que a Rosa Mística “está localizada na parte menos elevada do bairro”. Essa parte menos elevada é justamente aquela que fica às margens do Riacho das Piabas e onde se fixaram os moradores cujas casas estão mais susceptíveis a alagamento no período chuvoso. A autora fala sobre o processo de ocupação do local, que se deu da parte mais elevada, no que refere ao relevo, para a parte mais baixa, o vale, fato verificado posteriormente, visto que, como mencionado pela autora, “[...] a parte inferior (Rosa Mística) era totalmente coberta por matas” (SANTOS, 2006, p. 62).

O Buraco da Jia é uma área física heterogênea. Parte está localizada às margens do riacho das Piabas, caracterizando-se, assim, pela umidade ao longo do leito do riacho urbano; outra parte localiza-se em áreas altas (em relação ao canal); e outra parte situa-se na Área de Proteção Permanente do Louzeiro. A respeito da Área de Proteção Permanente do Louzeiro localizada no bairro, Souza relata:

Na zona urbana de Campina Grande (PB) encontra-se o Sítio Louzeiro, ambiente de reconhecida potencialidade biótica, protegido por Lei Orgânica Municipal, art. 269º como área intocável de preservação permanente do patrimônio histórico documental da fauna e flora da cidade (SOUZA, *et al.* 2011, p. 93).

A área citada tem cerca de 60 hectares (LOURENÇO E ALENCAR, 2012) e encontra-se localizada no médio curso do Riacho das Piabas. Observa-se, no entanto, que a mesma, apesar de possuir grande porção de vegetação, que constitui a área de preservação, encontra-se pouco conservada, sendo local de depósito de resíduos sólidos e outros tipos de usos predatórios.

Além da reflexão sobre o sítio geográfico do Buraco da Jia, cabe fazer uma breve explanação a respeito dos bairros onde está a Rosa Mística, buscando entender um pouco a configuração e o processo de formação de cada um. Para tanto, uma análise a respeito das contribuições teóricas sobre bairro se faz necessária. Assim, pode-se entender o bairro enquanto:

[...] partes do espaço urbano [...] que se diferenciam um dos outros, ora pela localização geográfica, pelas funções que exercem, pelos tipos de construções, pelo traçado de suas ruas, pela presença ou não de espaços verdes, ora pelas condições de **infra-estrutura** [...]. São portanto diferentes e desiguais entre si (GURJÃO, 1999, p. 25).

Além desses aspectos, outros também podem caracterizar os bairros, como sua delimitação formal a partir de órgãos oficiais; e a partir de visões como a de Certeau (2008, p. 40), que afirma: “[...] o bairro é, quase por definição, um domínio social, pois ele constitui para o usuário uma parcela conhecida do espaço urbano na qual, positiva ou negativamente, ele se sente reconhecido”. Já para Souza (2010, p. 307),

Um bairro é [...] uma realidade, ao mesmo tempo, objetiva e (inter) subjetiva. Um bairro não é socialmente produzido somente porque seu substrato material (as ruas, as construções) representa natureza transformada pelo trabalho humano, mas porque cada bairro é, ao mesmo tempo, e em última análise, um espaço dotado de significado, um espaço vivido e percebido [...].

Há, assim, inúmeras acepções e conceitos da categoria bairro. Nesse momento, no entanto, será adotada a primeira acepção, de Gurjão (1999). Com relação aos bairros aqui apresentados, não se pretende realizar uma ampla discussão, o que daria margem a um estudo maior, mas conhecer um pouco da constituição de cada um enquanto bairro oficial, visando compreender melhor o espaço estudado.

No caso do bairro do Alto Branco, mesmo ainda possuindo muitos aspectos rurais na década de 1940, o espaço já era considerado área urbana pelo censo do IBGE do período, como relata Gurjão:

O censo de 1940, ainda inclui na zona rural do distrito sede, os atuais bairros do Cruzeiro, Bodocongó, Bela Vista e José Pinheiro, somente considerando áreas

urbanas de Campina Grande, a sua parte central e os bairros de São José, Monte Santo, *Alto Branco* e *Açude Velho* (GURJÃO, 1999, p. 19, grifo nosso).

É possível perceber que já na década de 1940 Campina Grande possuía, para a época, um número expressivo de áreas consideradas urbanas. Nesse contexto, o bairro do Alto Branco já era considerado área urbana. Um fator que deve ter sido levado em consideração para tal classificação foi sua proximidade em relação ao centro da cidade. No que se refere ao bairro do Louzeiro, pode-se afirmar que o mesmo é bem mais recente, da década de 1980, e consta na Lei de criação e delimitação de bairros da cidade de Campina Grande, apresentada abaixo:

Art. 1º - Ficam estabelecidos os limites físicos dos bairros, desta cidade, conforme discriminação (sic) a seguir: [...].

24. *Louzeiro*: Polígono formado por trechos das Ruas: Evaristo Pereira da Costa, Euclides Severiano, Prolongamento da Rua Manoel B. Lima, Av. Contorno e Prolongamento da Av. Severino Verônico (sic) (Av. Canal). (Lei 154/87, grifo da autora).

Em pesquisa anteriormente realizada pela autora, percebe-se que o Louzeiro

[...] é um bairro relativamente desconhecido, que conta com uma vasta área de vegetação e reservatórios de água, e ainda é pouco habitado, fato que está sendo gradativamente modificado, devido, sobretudo às ocupações irregulares que estão surgindo (ARAÚJO, 2011, p. 32).

Dos três bairros onde se localiza a Rosa Mística, esse é o mais recente, e é caracterizado, sobretudo, pela área de vegetação existente e por abrigar, hoje, umas das ocupações irregulares do local. Com relação ao bairro da Conceição, apenas no início da década de 1960 ele era descrito como um bairro oficial, como aponta Gurjão:

No início da década de 60, a cidade tem 21.640 prédios e mais 70 ruas pavimentadas. [...] Nesse período já estavam definidos oficialmente os seguintes bairros: Liberdade, José Pinheiro, Prata, Bela Vista, Monte Santo, São José, Monte Castelo, Moita, Casa de Pedra, *Conceição*, Prado, Catolé, Palmeira, Quarenta, Santo Antônio, Alto Branco, Bodocongó, Cruzeiro de Três Irmãs (GURJÃO, 1999, p. 20, grifo nosso).

A exposição de Gurjão se mostra importante porque apresenta não apenas os bairros oficiais da época, mas assinala como Campina Grande já ganhava feições urbanas, enfatizando que, na década de 1960, a cidade já se destacava por possuir mais de 21 mil prédios e 70 ruas pavimentadas. Esses fatores nos dias atuais podem ser considerados triviais, mas para a época na qual país se encontrava no processo de transição de um Brasil rural para um país urbano, esse números são expressivos.

Foi no bairro da Conceição onde os loteamentos ocorreram de forma predominante. A respeito desse bairro, Santos afirma: “Toda extensão territorial do bairro era pertencente a grandes latifundiários e a presença da agricultura teve importante papel no início do seu povoamento” (SANTOS, 2006, p. 63). Pode-se perceber que já naquele momento os terrenos eram concentrados nas mãos de poucos, o que sinalizava para a formação de um espaço desigual, uma vez que a terra, fator básico de acesso à moradia, estava restrita a algumas elites familiares. Além disso, os aspectos físicos do local também sinalizavam para tais discrepâncias, tendo em vista que “esse aspecto geográfico representa atualmente uma discrepância de posições socioeconômicas entre as partes inferior e superior do bairro” (SANTOS, 2006, p. 63).

#### **1.4 O Buraco da Jia vai ganhando novos contornos: loteamentos, construção das primeiras casas e novas ocupações anexadas.**

Inicialmente pode-se traçar uma breve discussão a respeito da terminologia “loteamento”. Segundo Bitoun: “A palavra ‘loteamento’ é usada para designar um lugar cujo acesso se teve por cessão ou venda por parte de um proprietário que loteou um terreno. Esse loteamento é clandestino, mas o acesso ao sol ocorreu sem conflito [...]” (BITOUN, 2000, p. 05). Loteamento é um termo que já vem sendo usada há certo tempo, e significa justamente essa cessão ou venda às quais se refere o autor. Ele pode significar um parcelamento (e cessão/venda conseqüentemente) caracterizado pela legalidade ou não, sendo que o uso do seu resultado, ou seja, os lotes, pode se dar com ou sem conflitos.

A respeito dos loteamentos clandestinos, Souza (2004, p. 264) afirma: “[...] pertencem, por via de regra, à família dos loteamentos irregulares”. Entretanto, o autor enfatiza que o loteamento clandestino se diferencia dos outros tipos de loteamentos irregulares porque nesses últimos “[...] um projeto de loteamento foi apresentado pelo loteador à Prefeitura e aprovado” (Souza, 2004, p. 264). Já no caso dos loteamentos clandestinos, eles “[...] nem sequer tiveram um projeto submetido à Prefeitura e por ela aprovado” (idem). Discutindo o tema dos loteamentos irregulares, Corrêa disserta:

Em uma cidade onde existe uma segregação sócio-espacial, com um setor periférico, não apenas distante do centro mas sem amenidades, não atraindo, portanto, grupos sociais de elevado status, não resta aos proprietários fundiários senão o loteamento de suas terras como meio de extrair renda da terra. E se trata de loteamentos populares, com o mínimo de infra-estrutura. Tendo em vista o baixo poder aquisitivo da população que para aí se desloca, não há interesse de se transformarem em promotores imobiliários. Apenas realizarão o loteamento: as habitações serão

construídas pelo sistema de auto construção ou pelo Estado, que aí implanta enormes e monótonos conjuntos habitacionais (CORREA, 1993, p. 19).

Os loteamentos populares, que serviriam de moradia aos mais pobres, eram a alternativa que os proprietários encontravam para garantir lucro a partir de uma terra sem atrativos. Se não fosse para os pobres, aqueles terrenos dificilmente seriam utilizados pelos ricos, face à ausência de infraestrutura básica, restando, então, a alternativa de lotear para moradia popular. Para Villaça (1986, p. 23),

A difusão dos loteamentos populares, que mais tarde viriam a ser chamados de “clandestinos”, e das práticas de construção da casa própria através da ajuda mútua, ocorreram principalmente nas metrópoles e cidades médias do sul do país. No nordeste, a invasão foi aparentemente, a prática mais comum.

Apesar de esse fenômeno ser constatado com maior ênfase no sul do país, o Nordeste tem algumas experiências com relação aos loteamentos, sobretudo entre as décadas de 1940 e 1960. Nesse período, a região representava ainda uma das poucas opções que sobravam para aqueles que, sem moradia, recorriam às formas mais acessíveis de conquistá-la. Nesse contexto, Maricato (2003a, p. 80) observa e acrescenta que “o loteamento ilegal e a favela são as alternativas mais comuns de moradia da maior parte da população urbana de renda baixa e média baixa”.

Na concepção de Maricato (1997, p. 37), “o loteamento irregular na periferia, ou a pura e simples ocupação ilegal de terras (ou mangues), e a auto-construção da moradia tornaram-se as opções mais importantes para a provisão de moradia dos imigrantes nas grandes cidades”. Essas opções foram as mais importantes e as mais “viáveis”, considerando as condições financeiras apresentadas por esses indivíduos. Se a provisão para sobrevivência daqueles mais pobres que já moravam na cidade era complicada, o que dizer sobre os pobres recém-chegados?

Segundo Rodrigues (2003, p. 29), “uma das formas da classe trabalhadora resolver seu problema de morar é, como já foi visto, comprando um lote em áreas da periferia pobre [...]”. Assim, compravam-se (compra-se) os lotes a preços menores do que os do mercado dito legal e constrói-se por conta própria, com a ajuda de parentes, vizinhos, entre outros. A autoconstrução “[...] é um processo solidário de edificação da casa própria para obtenção da propriedade privada” (SANTOS, R., 2008, p. 133). As pessoas se encarregam de construir suas casas a partir das condições que possuem. Esse processo não é homogêneo e se apresenta de maneira particular de acordo com cada espaço, cada família. Para a autora,

A autoconstrução foi, durante décadas, em especial na década de 1950, uma alternativa à sobrevivência. E, de certo modo, continua sendo. De um lado, porque o processo autoconstrutivo é infindável e, de outro, porque a favelização contemporânea, com seus barracos/casas de alvenaria se vale desse método (SANTOS, R., 2008, p. 119).

O processo é infindável, pois além das dificuldades no processo construtivo, a demanda por moradia é cada vez mais crescente e a possibilidade de acesso ao mercado imobiliário chamado formal é crescentemente escassa para aqueles que não dispõem de capital necessário para tal aquisição. Desse modo, o processo de autoconstrução e o crescimento dos loteamentos populares é uma realidade sempre presente nas cidades brasileiras. A esse respeito, Maricato diz que “[...] as favelas e os loteamentos ilegais continuarão a se reproduzir enquanto o mercado privado e os governos não apresentarem alternativas habitacionais” (MARICATO, 2003a, p. 82).

A construção de casas no mercado privado nunca foi pensada para os mais pobres e as ações do Estado também se mostram na contramão das necessidades de moradia para essa parcela da população. Para confirmar essa situação basta lembrar dos programas habitacionais do país, na sua abrangência, na qualidade dos projetos, enfim... Como resultado desse processo viu-se o crescimento de cidades cujas condições de moradia, saneamento e infraestrutura são demasiadamente precárias e o acesso a melhorias extremamente desigual. De acordo com Maricato (2008, p. 44), “na ausência de alternativa habitacional regular a população apela para seus próprios recursos e produz moradia como pode. As consequências desse universo de construção, completamente desregulado, ignorado pelo Estado, são trágicas, dadas as suas dimensões”.

Partindo para uma discussão específica sobre o Buraco da Jia, pode-se afirmar que as desigualdades ali presentes podem ser explicadas tanto do ponto de vista histórico quanto geográfico. Afirma-se isso sem, contudo, querer adotar uma postura determinista, mas entendendo que grande parte do sítio geográfico local onde se instalou aqueles moradores é inadequada às moradias e explica em parte as desigualdades sócio-espaciais que podem ser percebidas atualmente no espaço. Nas áreas mais insalubres, inadequadas à moradia, estão presentes aqueles que não possuem recursos financeiros suficientes para adentrar no mercado legal, em relação à moradia, emprego, entre outros. Há, assim, os loteamentos sem condições mínimas de habitação. Nesse caso, faz-se necessário a intervenção do Estado já que os loteadores não cumprem esse papel e que os moradores não têm condições de atuar e melhorar sozinhos aqueles espaços.

É pertinente recordar que o espaço a ser loteado na década de 1940, o do Buraco da Jia, encontrava-se totalmente sem infraestrutura, ou seja, era carente de água, energia e se materializava em sua maior parte nas margens do chamado Riacho das Piabas, onde na época ainda existia uma grande extensão de matas.

Além das dificuldades em decorrência da ausência de serviços básicos, os aspectos naturais representavam também outro problema enfrentado pelos primeiros moradores do local, tendo em vista que a presença de reservatórios naturais de água e a densa vegetação tornava o terreno bastante úmido, sujeito a alagamentos, além de doenças que podiam ser contraídas.

A história da Rosa Mística mostra como, além do Estado e dos moradores, outros agentes produtores do espaço atuaram naquele contexto, a exemplo da Igreja, dos proprietários das terras, entre outros. Assim, o início do processo do loteamento se caracterizou pela ausência da figura do Estado. Os loteamentos eram realizados pelos donos da terra, agentes também muito importantes nesse contexto. A esse respeito, diz o morador\_1: “Esses terrenos aqui eram divididos [...], tinha dos Lauritzen, de Jacó [...] e de José Cassiano que era exatamente do “Buraco”. Era tudo terras, pequenas fazendas [...] cada uma tinha seu dono”. Outro morador \_4 (A. C. A, aposentado de 70 anos, mora no local há 45. Entrevista realizada em Janeiro de 2013), afirma: “Começaram a lotear os terrenos, primeiro eles alugavam os terrenos, cobravam uma percentagem por ano e depois começaram a vender”. Assim, através da negociação entre particulares, o processo de loteamento era realizado.

De acordo com Santos (2006, p. 63), “com o decorrer do tempo [...] o terreno foi sendo dividido em pequenos lotes de terras e as pessoas foram se aglomerando na parte baixa do bairro, no vale do riacho sem nenhuma infraestrutura [...]”. A fala dos moradores e a citação da autora demonstram como a divisão de terras sempre se apresentou de maneira injusta. O morador cita o nome de apenas três famílias que detinham a posse daquelas terras, ou seja, os terrenos que iriam “abrigar” centenas de famílias posteriormente estavam concentrados nas mãos de apenas três.

Como possibilidade de moradia para aqueles que não podiam pagar por caros imóveis/alugueis, surgem opções mais acessíveis, as quais os indivíduos tomavam como única alternativa, não se esquecendo daqueles que nem essa possibilidade tinham e que, muitas vezes, moravam na rua. Esse descaso com o problema habitacional ainda hoje permanece, e a maior parte da população urbana brasileira encontra-se “[...] morando mal, ou nem sequer morando” (RODRIGUES, 2003, p. 62).

No contexto de Campina Grande, proprietários de terrenos da área onde viria ser o Buraco da Jia, aproveitando-se do momento histórico da cidade, que recebia inúmeros migrantes, e das necessidades das pessoas, se beneficiavam loteando e vendendo terrenos insalubres e inadequados para moradia a preços muitas vezes irrisórios, mas que se tornariam lucrativos tendo em vista a demanda. É necessário lembrar que até hoje nenhum dos loteamentos foi regularizado, constituindo-se assim em loteamentos clandestinos.

O terreno que foi loteado e deu início ao processo de formação do Buraco da Jia localizava-se entre o bairro do Alto Branco, das áreas que, no futuro, viriam a ser os bairros da Conceição (definido oficialmente no início da década de 1960 - GURJÃO, 1999) e do Louzeiro (definido como bairro mais recentemente, na década de 1980). As formas de desigualdades no local já podiam ser verificadas nesse momento. Com muitas pessoas necessitando de moradias, as famílias que detinham a terra ofereciam os terrenos, muitas vezes inadequados à moradia, e obtinham lucro dessas negociações. Segundo informações dos moradores mais antigos, o Estado não se envolveu nesse processo, deixando que os proprietários loteassem e vendessem e/ou arrendassem os terrenos de acordo com a sua própria vontade. A respeito da inércia e da tolerância do Estado diante dos fatos, Maricato (2003b, p. 157) afirma:

É notável a tolerância que o Estado brasileiro tem manifestado em relação às ocupações ilegais de terra urbana. Esse processo é significativo em suas dimensões, se levarmos em conta, especialmente, a grande massa de migrantes que rumou para as cidades neste século e que se instalou ilegalmente, já que não teve acesso ao mercado imobiliário privado e nem foi atendida pelas políticas públicas de habitação.

A omissão do Estado não é um fato novo. No entanto, cabe ressaltar que isso diz respeito, sobretudo, às áreas pobres, que estão fora do interesse do mercado imobiliário e onde a ação do Estado seria imprescindível, para dotar o solo de infraestruturas e equipamentos públicos. O Estado esteve ausente nesse processo e as negociações de compra e venda e/ou arrendamento de terrenos se davam sem acordo jurídico, ou seja, as negociações se davam de particular para particular, não havia regularização junto aos órgãos públicos ou cartórios. De acordo Rolnik,

Excluídos do marco regulatório e dos sistemas financeiros formais, os assentamentos irregulares se multiplicaram em terrenos frágeis ou em áreas não passíveis de urbanização, como encostas íngremes e áreas inundáveis, além de constituir vastas franjas de expansão periférica sobre zonas rurais, eternamente desprovidas das infraestruturas, equipamentos e serviços que caracterizam a urbanidade. Ausentes dos mapas e cadastros de prefeituras e concessionárias de serviços públicos, inexistentes nos registros de propriedade nos cartórios, esses assentamentos têm uma inserção no mínimo ambígua nas cidades onde se localizam.

Modelo dominante de territorialização dos pobres nas cidades brasileiras, a consolidação desses assentamentos é progressiva, eternamente incompleta e totalmente dependente de uma ação discricionária do poder público – visto que para as formas legais de expressão de pertencimento à cidade esses assentamentos simplesmente não existem (ROLNIK, 2006, p. 199-200).

No caso do Buraco da Jia, os loteamentos se deram em terrenos frágeis, a exemplo desses citados pela autora. Esse fato pode ser comprovado quando, ainda hoje, se observa os moradores do local que sofrem com a ocorrência de elevadas precipitações, seguidas de alagamento das casas, por exemplo. Além do que a citação tem a ver com o contexto no qual se encontrava aquele espaço, tendo em vista que, na época dos loteamentos iniciais, o local apresentava características ainda bastante rurais e encontrava-se desprovido de qualquer infraestrutura.

Conforme as palavras de Rolnik, há, de fato, uma ausência desses espaços nos cadastros de órgãos públicos e nos cartórios das cidades. O mesmo acontece com o caso aqui estudado, visto que nos órgãos oficiais quase não há registros que remontem a esse local, bem como sobre outros com realidades semelhantes. Como a autora ainda coloca, a consolidação de loteamentos como esse é progressiva e incompleta. Essa é uma realidade quando se observa o Buraco da Jia do passado e o de hoje. Naquele espaço as intervenções registradas foram bastante pontuais, tanto no tempo como espacialmente, vide os tipos espaciais do local discutidas no capítulo 3. Ou seja, as ações pela quais o espaço estudado passou, ficaram restritas a determinadas áreas daquele espaço e concentradas sobretudo na década de 1980 (fato que será discutido posteriormente).

Diante do cenário, é possível afirmar que, em relação ao aspecto jurídico, as transações de loteamento, arrendamento/compra dos terrenos se davam de forma não oficializada, uma vez que as negociações ocorriam de maneira direta entre os loteadores e os futuros moradores. Esse fato não é realidade exclusiva de Campina Grande, mas do país como um todo. A esse respeito, Rolnik discute:

A ilegalidade, porém é uma das marcas da cidade brasileira, para além das metrópoles. No vasto e diverso universo de 5.564 municipalidades, são raras as cidades que não têm uma parte significativa de sua população vivendo em assentamentos precários [...] (ROLNIK, 2006, p. 1999).

O Brasil traz a ilegalidade, em relação ao uso e ocupação do solo, como uma das marcas do seu processo histórico. Essa ilegalidade condiciona muito o futuro das cidades, que tendem a apresentar condições precárias de moradia para a população mais pobre. No entanto, cabe ressaltar que a ilegalidade no que diz respeito à habitação não é própria desses grupos menos abastados. A diferença da ilegalidade onde moram ricos e pobres é que nos espaços

onde esses últimos vivem apresentam-se, juntamente com a ilegalidade, a precariedade das moradias, a falta de infraestrutura e de serviços públicos, entre outros.

O processo de constituição do espaço da Rosa Mística/Buraco da Jia teve início na década de 1940, mas continuou nas décadas seguintes. A discussão que se faz aqui diz respeito também a elas, ou seja, às décadas de 1960, 1970 e 1980 em que ocorreu a chegada de novos moradores em busca de melhorias de vida e que acabaram indo morar onde podem pagar, nos espaços rejeitados por aqueles com alto poder aquisitivo. Esse fato reflete o momento de atração populacional pelo qual a cidade de Campina Grande passava naquele momento, segundo os dados do IBGE (1960, 1970, 1980 e 1990).

Os dados do IBGE demonstram a dinâmica do crescimento populacional verificado nessas décadas citadas. Em 1960, o município possuía 204.503 habitantes, mas na década de 1970, com a emancipação de alguns municípios, houve uma diminuição no número de habitantes. Na década de 1980, o crescimento populacional voltou a ser verificado em Campina Grande, pois nesse período o número de habitantes era de 247.827, ou seja, quase 50 mil pessoas a mais que na década anterior. Esses dados refletem não somente os problemas que as pessoas encontravam no meio rural ou em outros municípios, mas refletiram posteriormente um grande crescimento dos problemas sociais em Campina Grande, uma vez que faltaram, como em tantos outros municípios, sérias e eficientes políticas públicas para minimizar tais problemas, muitas vezes de simples solução, tendo em vista a capacidade financeira dos poderes públicos. Esse processo segue a tendência da urbanização do país. Sobre essa dinâmica urbana Santos (2009b, p. 32) coloca: “Entre 1960 e 1980, a população vivendo nas cidades conheceu aumento espetacular: cerca de cinquenta milhões de novos habitantes, isto é, um número quase igual à população total do país em 1950”. Esses números mostram a força da migração campo-cidade, à época.

Contudo, o aumento do número de habitantes não coincidiu com um aumento de oportunidades na cidade, para atender a toda essa leva de pessoas. Campina Grande é um exemplo desse processo, ou seja, nessas décadas, a cidade vê um expressivo crescimento da sua população, mas não conta com o mesmo vigor econômico das décadas de 1940 e 1950. Para Gurjão,

[...] a conjuntura favorável de expansão econômica que foi projetada no período de 1940-1960 (sic) se esgotou. Em decorrência, Campina Grande, recebe grandes **contingentes** de migrantes, expulsos da terra, ou advindos das cidades circunvizinhas, a procura de condições de sobrevivência. Cresce o número de favelas, arruados e cortiços (GURJÃO, 1999, p. 20, grifo da autora).

Assim, a cidade cresce em número de habitantes sem, entretanto, ter o potencial econômico das décadas anteriores, situação que maximiza os problemas sociais já verificados anteriormente, conforme afirma Costa (2003, p. 49):

Os anos de 1960 encerram uma fase áurea de Campina Grande, que possuidora de virtualidades tanto naturais quanto adquiridas, inseria-se nos interesses de como as formas de acumulação capitalista de até então se processava. Porém, como é possível perceber, esse espaço, retrato de uma sociedade capitalista, não se desenvolveu sem desigualdades, e ao lado de uma classe social esnobe e esbanjadora, cresceu uma população proletária que serviu como mão-de-obra desqualificada e barata, mas que atendia a forma de organização taylorista/fordista em vigor.

E sobre a situação da cidade na década de 1970, Ramos comenta:

A decadência do comércio atacadista e da indústria campinense, após a década de 1970 gerou a diversificação das atividades terciárias que funcionaram como fator de atração populacional. Isso possibilitou a ocupação periférica da cidade de forma espontânea sem diretrizes pré-estabelecidas provocando a segregação espacial, onde as áreas nobres contrastam com a ocupação desordenada da população carente, em áreas sem infra-estrutura adequada (RAMOS, 2002, p. 21).

Vê-se, assim, que nessas décadas a cidade não estava “pronta” para receber moradores pobres, no entanto, estava pronta para receber “grandes figuras” que representavam e ostentavam riqueza e poder, conforme enfatiza Oliveira:

No início da década de 1950, Campina Grande se revela organizada, limpa, e rejuvenescida, com ares moderno e atraente, pronta para receber os homens do comércio de exportação do algodão, autos industriais e representantes da burguesia da região e outras metrópoles nacionais e até internacionais (OLIVEIRA, 2007, p. 26).

A cidade, recém saída de uma reforma urbanística, ocorrida na gestão de Vergniaud Wanderley, se mostra “modernizada” para uma pequena parcela rica da população e para outra pequena parcela com alto poder aquisitivo que chegava à cidade. Essa modernidade, entretanto, não chegou para aos espaços mais pobres, que foram esquecidos. Dentre esses espaços destaca-se o Buraco da Jia, para onde também iriam os pobres provenientes de outros municípios, do campo, sobretudo. Localidades como essa, geralmente, eram desprovidas de qualquer tipo de infraestrutura e por esses motivos bem como pela localização, além do seu status jurídico, marcadas pela ilegalidade fundiária, como ainda hoje se apresentam.

No que se refere às transações entre moradores e loteadores no Buraco da Jia, na época do seu loteamento inicial, temos a fala do morador\_1: “Hoje em dia é tudo, você faz um documento, assina, antigamente não tinha isso, não existia, existia palavra”. Ou seja, as pessoas negociavam entre si e não possuíam nenhuma garantia jurídica em relação ao

“produto” (a terra) pelo qual pagavam. Essa também era uma forma encontrada pelos proprietários de não pagar tributos, garantindo o lucro na transação efetivada por meio de preços baixos, capazes de serem pagos pelas famílias pobres.

O acesso à essa terra se dava de maneira bastante precária, tendo em vista as condições financeiras dos moradores e a ausência do Estado que não interferiu em relação aos loteamentos e não dotou, na época, a área com os serviços básicos, como água. A esse respeito, Corrêa (1993, p. 63) afirma:

Os terrenos de maior preço serão utilizados para as melhores residências, atendendo à demanda solvável. Os terrenos com menores preços, pior localizados, serão utilizados na construção de residências inferiores, a serem habitadas pelos que dispõem de menor renda.

O poder aquisitivo influencia na localização e distribuição dos indivíduos no espaço, ou seja, o espaço diz muito sobre as condições de vida das pessoas. Assim, aquelas com poder aquisitivo mais alto tendem a morar nos espaços mais bem dotados de infraestrutura e melhor atendidos pelo poder público, enquanto que para a população com menor poder aquisitivo, sobram os espaços rejeitados por quem detém o capital.

No espaço estudado, durante muito tempo as pessoas pagavam pelo arrendamento dos terrenos, como afirma a nora de um antigo proprietário dos terrenos: “Alugava o terreno, pagava um foro. Tudo era aforado, quando ele morreu (*o dono*), a prefeitura desapropriou” (moradora \_5, J. M. S, aposentada de 85 anos e há 60 mora no local. Entrevista realizada em: janeiro de 2013, grifo da autora). Segundo moradores, o proprietário não pagava os impostos à prefeitura, mas mesmo assim cobrava deles um aluguel anual. A moradora\_6 (A. B. A, pensionista de 82 anos e há 42 mora no local. Entrevista realizada em: janeiro de 2013) afirma: “A gente pagava uma via que eles marcavam lá no papel e mandavam pra casa do morador, isso era de ano e ano que eles mandavam esse papel [...]”.

Outra moradora\_7 (R.P. S, aposentada de 90 anos, mora na Rosa Mística há 63. Entrevista realizada em: fevereiro de 2010) ressalta: “Os donos desse terreno aqui perdeu, a prefeitura tomou conta, agora é da prefeitura. A prefeitura tomou conta porque o dono não pagava nada”. Mais uma vez, percebe-se que a ausência do Estado era marcante, pois só depois de algum tempo, quando os terrenos foram aproveitados pelos proprietários dos terrenos, a prefeitura intervém e desapropria parte da área, mas ainda assim as pessoas pagaram o foro por um bom tempo. No entanto, a prefeitura só veio intervir na área após quatro décadas de história, quando nos anos de 1980 a área sofre a intervenção do Estado.

As primeiras casas do Buraco da Jia foram construídas através autoconstrução. No início as casas caracterizavam-se pela precariedade, eram, na sua maior parte, construídas de taipa, sem banheiro, com pouco espaço, como expõe uma moradora \_8 (L. B. S, aposentada de 60 anos, mora no local há 50. Entrevista realizada em: janeiro de 2013): “Quando eu cheguei logo mesmo pra morar aqui eu morei num quarto bem pequenininho, a largura do quarto era a largura da minha cama, só cabia a cama, uma mesinha pequenininha e um fogão era assim de carvão...”.

É interessante entender que os problemas relacionados à moradia não são atuais, eles vêm de muito tempo, o que demonstra como o Estado se mostra inerte ou vem se omitindo ou beneficiando outros setores em detrimento da habitação popular. As condições do local não eram boas e ainda hoje estão ausentes condições básicas de habitação, a exemplo de rede de esgoto. Esse fato deveu-se à ausência do Estado que, no momento, se preocupava com as reformas urbanísticas da cidade, que priorizavam o centro da cidade e depois pela falta de oportunidades dos moradores.

No entanto, foram esses últimos que deram início à formação do que veio a se chamar Buraco da Jia/Rosa Mística. Acerca das dificuldades de habitação, a moradora \_8 conta como conseguiu erguer sua casa: “W. C. (*o dono*) vendeu um terreninho pequenininho a gente, a gente fez uma casinha de três vãos, ele (*o marido*) trabalhando e eu negociando na feira, fomos juntando um dinheirinho, juntando um dinheirinho e levantamos” (grifo da autora). O que a moradora expõe é fundamental para entendermos o início da constituição daquele espaço, pois, a partir do esforço, do trabalho, muitas vezes informal, as pessoas foram aos poucos erguendo suas casas, ainda que em pequenos espaços.

Ao investir nas suas moradias, da forma que era possível, as pessoas estavam contribuindo para a formação daquele espaço, como coloca outra moradora\_9 do local: “Os próprios donos que vinham morar era quem faziam as casas, na medida em que eles iam melhorando de vida, eles iam reformando” (M. F. S, auxiliar de serviços gerais, de 47 anos e mora no local há 40. Entrevista realizada em: janeiro de 2013). O fato de o Estado não se fazer presente demonstra que já naquela época os indivíduos padeciam da falta de atenção por parte dos poderes públicos e, ao mesmo tempo, mostra que as pessoas não paravam de lutar pela sobrevivência, transformando o espaço privado, transformando conseqüentemente o espaço coletivo. Nesse sentido, Corrêa (1993, p. 30) afirma:

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu

próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes.

O processo citado acima, por Corrêa, foi justamente o que aconteceu no Buraco da Jia. Embora a ocupação inicial não tenha se dado por invasão, mas por loteamento, foram os moradores responsáveis pela construção daquele espaço. Eles não contaram com a ajuda de outros agentes, a exemplo do Estado. Essa discussão é pertinente para se entender como aquele espaço foi se transformando ao longo do tempo, quais sujeitos foram responsáveis em cada época e quais os resultados dessas intervenções, que se deram de várias maneiras, de acordo com as vontades e/ou necessidades de cada família.

Cabe destacar que, após o processo de ocupação inicial, surgem na década de 1980, outras ocupações, provenientes também de loteamentos. A venda dos lotes, assim como na ocupação inicial, se deu de particulares para particulares, sem a intervenção do Estado. Segundo moradores, esse espaço não passou por um processo de regularização fundiária (com algumas exceções).

Tendo em vista que as condições financeiras dos moradores dessa nova ocupação já se mostravam bem melhores do que há 30-40 anos antes, quando os primeiros moradores chegaram à Rosa Mística e as oportunidades já podiam ser verificadas mais facilmente, essa área já se mostra no início da sua ocupação um tanto consolidada, no que se refere ao espaço interno das moradias, pois o processo de construção envolveu a contratação de profissionais, o tipo de material das casas apresentava qualidade superior àqueles usados nas primeiras ocupações das décadas de 1940 e 1950, entre outros fatores.

Contudo, assim como na ocupação inicial, ao longo dos anos esse espaço foi se consolidando através da melhoria e reformas das casas, o que só foi possível por meio do acesso aos empregos por parte dos moradores. No que se refere ao espaço externo, o Estado só veio intervir anos após a construção das primeiras moradias do local, conforme ocorreu na ocupação inicial.

A partir da discussão realizada neste capítulo, entende-se que “O espaço não é apenas organizado e instituído. Ele também é modelado, apropriado por este ou aquele grupo, segundo suas exigências, sua ética e sua estética, ou seja, sua ideologia” (LEFEBVRE, 2008, p. 82). A Rosa Mística passou por um importante movimento de transformação, que data dos anos de 1940 até os dias atuais. Durante esse período, essa área sofreu intervenções de agentes que tiveram papel fundamental na constituição atual daquele espaço.

Para entender o antigo Buraco da Jia é necessário compreender o espaço enquanto relacionado à dinâmica temporal. Essa discussão em relação ao par dialético espaço-tempo é

fundamental à compreensão das transformações no espaço físico, bem como ao entendimento dos aspectos relacionados às relações sociais que se deram/dão naquele contexto, pois “O espaço é uma realidade objetiva, em permanente processo de transformação” (SANTOS, M., 1985, p. 67). Pode-se afirmar que desde a década de 1940 até os anos de 1980, que marcaram a inserção do Estado naquela comunidade, ela foi se (re)produzindo e ganhando contornos próprios.

Partindo da reflexão realizada no presente capítulo, infere-se que há hoje, no Buraco da Jia, um espaço resultante de muitas histórias, lutas, conquistas, injustiças. Sua paisagem, bem como a história de vida do local e dos seus moradores, demonstra o quanto o mesmo é múltiplo, salientando também como as categorias tempo/espaço são elementos indissociáveis à compreensão daquela realidade. No próximo capítulo será dada continuidade à discussão, partindo da análise dos anos de 1980, década na qual a presença do Estado se faz notar de forma mais efetiva, ao contrário do período analisado no presente capítulo.

## **2. PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA ROSA MÍSTICA (a partir da década de 1980).**

Durante os anos de 1960 e 1970 e metade da década de 1980, período no qual o país esteve inserido num contexto de regime militar (que priorizou nas suas ações “desenvolvimentistas” as capitais dos estados, motivo pelo qual a cidade de Campina Grande passou nesse período por problemas, no que se refere à economia e aos aspectos sociais, consecutivamente, ou seja, passou pelo aumento do desemprego, do crescimento de problemas como a falta de moradia, entre outros), o Buraco da Jia enfrentou dificuldades de ordem social, dentre os quais a ausência de infraestrutura e os problemas habitacionais foram os principais deles. Assim, após um longo período da ocupação inicial, através dos loteamentos clandestinos nas décadas de 1940/1950, o Buraco da Jia se vê em uma fase de transformações no final da década de 1980.

Como já frisado no capítulo anterior, nesse período, aquele espaço crescia, ganhava novos moradores, sem contar com o mínimo de condições necessárias para a sobrevivência, a exemplo da água, que tinha de ser comprada ou trazida de bairros vizinhos. Na segunda metade da década de 1980, há uma mudança nesse quadro. Apesar da permanência de muitos problemas no local, esse período caracteriza-se pela primeira intervenção do Estado, representado, aqui, pela prefeitura municipal. Nesse contexto, busca-se discutir como essas intervenções foram feitas e qual o papel dos moradores nesse momento para a transformação daquele espaço.

É importante enfatizar que, além das intervenções do Estado naquele espaço, outros acontecimentos importantes têm origem na década de 1980, além das ocupações (citadas no capítulo 1) anexadas à inicial e das ocupações irregulares. Esses acontecimentos dizem respeito às novas ocupações que surgiram no entorno da área ocupada inicialmente e à construção do que será chamado, aqui, de conjunto habitacional<sup>3</sup>.

Inicialmente, neste capítulo, será realizada uma discussão teórica a respeito da categoria de Estado, posteriormente será feita uma análise a respeito das ações do Estado no Buraco da Jia (partindo, sobretudo, dos projetos pensados e executados naquela área) e depois será apresentada uma discussão a respeito das ocupações irregulares que surgem naquele

---

<sup>3</sup> As pesquisas realizadas em órgãos públicos da Prefeitura Municipal de Campina Grande não dão conta da existência formal desse conjunto habitacional. O que há, na verdade, é o discurso dos moradores antigos, que classificam o conjunto de casas construídas para a relocação de moradores das áreas de risco na década de 1980 como “Conjunto”. Supõe-se, portanto, que há essa denominação em virtude do contexto brasileiro daquela época na qual estava havendo a construção de Conjuntos Habitacionais, a partir dos programas habitacionais do governo federal.

espaço. Nesse contexto, far-se-á ainda um pequeno debate a respeito das relações jurídicas que se estabeleceram nas ocupações que passaram a ser anexadas à inicial.

## **2.1 Apontamentos teórico-metodológicos: o Estado mediador na questão da habitação.**

Busca-se nesse primeiro subcapítulo discutir um pouco a respeito do Estado, um dos conceitos chave desse estudo. Parte-se de contribuições de alguns autores que se debruçam sobre pesquisas relacionadas ao espaço urbano, sobretudo, Boaventura de Souza Santos (2008), que discute a respeito do papel do Estado capitalista na (re) produção do espaço urbano. Tendo em vista que “é preciso considerar que a ação do Estado processa-se em três níveis politico-administrativos e espaciais: federal, estadual e municipal” (CORRÊA, 1993, p. 26), o presente trabalho reflete sobre o Estado, considerando o nível do município, principalmente. A respeito do Estado e sua relação com a lógica do capital, Santos afirma:

O Estado capitalista é uma relação social, isto é, condensa uma série de articulações (conflituais, umas; não conflituais, outras) de forças sociais, sendo que uma dessas articulações é dominante, porque a sua lógica permeia (em graus diversos) as demais articulações vigentes na mesma formação social. [...] Nas formações sociais capitalistas, a articulação dominante é constituída pelas relações sociais de produção e a sua lógica, que penetra desigualmente todo o tecido social, é a lógica do capital (SANTOS, B., 2008, p. 24).

Ao condensar essas articulações, o Estado assume papéis específicos, pois atua em várias “esferas”. Ele não é uno, mas “múltiplo”, no sentido de atender a várias demandas: sociais, econômicas, entre outras. É interessante notar o que o autor coloca a respeito da articulação dominante que “penetra desigualmente todo o tecido social”, através da sua lógica que é o capital. Nesse sentido, o Estado e o capital não estão desvinculados, ao contrário, eles atuam conjuntamente. E é isso que pode ser percebido na (re) produção do espaço urbano que, cada vez mais, apresenta-se desigual, tanto nas suas formas quanto no seu conteúdo. Portanto, o Estado é capitalista

[...] na medida em que, ao condensar, como articulação dominante, as relações sociais de produção capitalista, está dependente da lógica do capital e, portanto, do processo de acumulação que por ela se rege. O Estado é assim a forma política dessas relações e caracteriza-se pela exterioridade do político (reduzido ao estatal) ao econômico e pela superordinação do primeiro, enquanto expressão do interesse comum, ao segundo, expressão dos interesses particulares (SANTOS, B., 2008, p. 24-25).

O fato de o Estado estar permeado pela lógica do capital e se apresentar como forma política das relações capitalistas mostra que o mesmo não é neutro, ele atua em favor do processo de acumulação que beneficia desigualmente parcelas da população e frações do

espaço. Logo, o Estado não age de forma igualitária no espaço urbano, beneficiando, assim, aqueles que melhor se inserem nessa lógica. Nesse contexto, de acordo com Corrêa, a ação do Estado “tende a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos da classe dominante que, a cada momento, estão no poder” (CORRÊA, 1993, p. 26).

Acerca do papel do Estado, pode-se afirmar que ele se relaciona também, entre outras questões, com o contexto histórico no qual vive a sociedade. Além de assumir certos papéis, de acordo com o momento histórico, o Estado também age segundo escalas espaciais específicas. A esse respeito, a citação do Corrêa (1993 p. 24) sobre a organização espacial das cidades é esclarecedora: “O Estado atua também na organização espacial da cidade. Sua atuação tem sido complexa e variável tanto no tempo como no espaço, refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte”.

Pode-se citar como exemplo de uma forte atuação do Estado o período militar, quando, por exemplo, o investimento nas capitais é priorizado em detrimento dos municípios interioranos, fato que acarretou vários problemas para esses espaços que, se já contavam com pouco investimento, passam agora a dispor de quase nenhum. Campina Grande é um bom exemplo dessa política governamental, pois é uma cidade que desde o início do século XX teve um crescimento significativo e a partir dessa postura do governo militar, perdeu parte da importância que possuía no cenário do interior do Nordeste.

Além de ter enfrentado problemas de ordem econômica e conseqüentemente social, resultando em problemáticas como falta de moradia, de emprego, de trabalho, entre outros. Ou seja, a atuação do Estado agiu diretamente no empobrecimento das cidades e das pessoas, conseqüentemente. Assim, essa atuação no espaço é emblemática, pois tem sido motivo de muitas transformações que demonstram, entre outras coisas, o desigual investimento em espaços distintos, apresentando, dessa maneira, variações discrepantes entre os espaços dos mais pobres e aqueles dos mais ricos.

No entanto, cada vez mais se faz necessária uma atuação equilibrada do Estado nos espaços dos mais pobres. De acordo com Maricato (2003, p. 83), “[...] a infra-estrutura, os equipamentos coletivos e os serviços públicos somente podem ser providos pelo Estado, e nunca pelas famílias individualmente”. Diante da discussão, nota-se como o papel do Estado é importante no processo de consolidação de alguns espaços. A esse respeito, Rodrigues (2003, p. 20) esclarece: “Dentre os vários agentes que produzem o espaço urbano, destaca-se o Estado que tem presença marcante na produção, distribuição e gestão dos equipamentos de consumo coletivos necessários à vida nas cidades”.

Sem a atuação do Estado, as famílias sozinhas raramente teriam possibilidades de dotar o espaço de melhorias. Quando o Estado se ausenta, nesse caso, as famílias padecem e passam por dificuldades inúmeras como é o caso daqueles espaços em início de formação, como as ocupações ilegais. Para Corrêa (1993, p. 24),

[...] é através da implantação de serviços públicos, como sistemas viários, calçamento, água, esgoto, iluminação, parques, coleta de lixo etc., interessantes tanto às empresas como à população em geral, que a atuação do Estado se faz de modo mais corrente e esperado.

Ou seja, o Estado pode atuar de maneiras diversas no espaço urbano, contudo, a dotação de infraestrutura é uma intervenção “básica”, tanto que é a mais esperada, como afirma o autor. São ações que cabem exclusivamente ao poder público. Além dessas atuações, outras cabem ao Estado, por exemplo, garantir o direito à moradia. Sobre a relação do Estado e a questão da habitação, Santos afirma:

Quando a falta do alojamento das classes trabalhadoras é generalizada, a habitação transforma-se num problema social. E porque a habitação urbana depende de meios de consumo ou suportes materiais que só existem sob a forma coletiva (o saneamento, água e eletricidade, tipo de construção e sua localização etc. etc.), ou seja, bens e serviços indivisíveis, meios de consumo coletivo, pode-se dizer que o problema habitacional torna-se duplamente social [...] Isto explica o papel cada vez mais decisivo do Estado no provimento dos bens e serviços urbanos (SANTOS, B., 2008, p. 65).

A resolução dos problemas de moradia não implica apenas a construção de casas, mas também o provimento de meios de consumo coletivo. Por isso e por outros tantos fatores, um dos maiores problemas do Estado foi sempre a habitação. Existem muitas pessoas que não tiveram acesso à moradia e tem de recorrer ao Estado para que esse direito seja conseguido, no entanto, os poderes públicos têm se mostrado bastante ineficientes nesse sentido, tendo em vista a realidade dos programas habitacionais passados e presentes.

Em relação à solução dos problemas habitacionais no Brasil, o Estado tem fracassado quando observadas as necessidades e as reais intervenções. Tanto no nível do país quanto em escalas mais micros, como as cidades, o problemas vem se agravando e cada vez o Estado mostra-se “incapaz” de resolver. Esses problemas, contudo, atingem aqueles com menor poder aquisitivo que, geralmente, fazem parte da maior demanda por habitação. Santos explica o porquê desse fracasso do Estado:

[...] a ação do Estado capitalista (produção direta de habitações, contrato de desenvolvimento da habitação social, financiamento a juro bonificado da aquisição da casa própria etc.) só é possível mediante meios tornados disponíveis pelo processo de acumulação, porque a atividade produtiva do Estado (produção da habitação, por exemplo) está, em parte pelo menos, submetida à lei do valor e ainda

porque o funcionamento da renda fundiária urbana, em articulação com os tipos de propriedade fundiária que resta referir, tem vindo a conduzir a uma constante e vertiginosa subida nos preços do solo urbano, por todas essas razões o Estado capitalista tem “fracassado” sistematicamente na resolução desse problema social (SANTOS, B., 2008, p. 66).

Nas cidades, esse “fracasso” tem como resultado a formação e ampliação cada vez maior das ocupações ilegais, sem o mínimo de infraestrutura. Essas ocupações se multiplicam nos espaços urbanos, que compreendem as margens de riachos, encostas, áreas de preservação, entre outros. São construções precárias, pouco espaçosas, insalubres. Santos é taxativo ao afirmar:

É reconhecido o fracasso (generalizado, mas de intensidade variável) dos Estados capitalistas na resolução do problema habitacional das classes trabalhadoras. A distinção entre o conceito social de necessidade de habitação e o conceito de procura solvente de habitação ilustra o processo por que as extensas camadas das classes trabalhadoras são lançadas em “habitações subnormais”, os guetos, os bairros de lata, favelas etc., das cidades capitalistas, mais numerosos e conspícuos nos países menos desenvolvidos, mas presente em todo mundo capitalista (na Europa ocidental são ainda a solução habitacional “preferida” dos trabalhadores imigrantes) (SANTOS, B., 2008, p. 76).

Uma vez que, em grande parte, a situação da classe trabalhadora em relação à moradia se enquadra no conceito de “necessidade de habitação”, concorda-se com o autor quando o mesmo afirma que para as classes de poder aquisitivo menor sobram espaços rejeitados por aqueles que constituem a “procura solvente de habitação”. Esse fato é bastante perceptível em certas cidades brasileiras, sobretudo nas grandes e médias. A formação, crescimento e consolidação de espaços como as ocupações ilegais mostram que essa é uma realidade crescente, e que as pessoas que moram nos locais citados nem sempre podem contar com o Estado que atua de forma desigual, uma vez que “[...] não pode satisfazer todas as exigências de todas as frações do capital e não pode deixar de satisfazer algumas das exigências da classe trabalhadora” (SANTOS, B., 2008, p. 81-82).

Dessa forma, o Estado tem realizado ações pontuais no tempo e no espaço, tanto no que se refere à questão da habitação quanto no que diz respeito aos aspectos jurídicos envolvidos nessa questão. Assim, “[...] o Estado capitalista tem sido incapaz de produzir transformações decisivas no estatuto da terra, limitando-se a intervenções marginais destinadas a manter sob controle as tensões sociais dele decorrentes” (SANTOS, B., 2008, p. 79). O que se percebe nas cidades são intervenções mínimas e incompletas realizadas pelo Estado, e, em momentos posteriores, intervenções que têm como resultado um espaço urbano “problemático”, espacial e socialmente desigual. Isso dá origem, muitas vezes, a tipos espaciais gritantemente distintos.

Tendo em vista o fracasso do Estado na solução dos problemas habitacionais e fundiários, as pessoas tendem a buscar soluções individualmente (às vezes coletivamente) para o acesso à moradia, recorrendo às ocupações ilegais, compras de terrenos em loteamentos clandestinos, entre outros. Assim, o Estado lança mão de alguns mecanismos:

Dependendo de muitos fatores, os mecanismos acionados pode ser repressão/exclusão (por exemplo, a remoção violenta das favelas), de trivialização/neutralização (por exemplo, tolerância para com as favelas, e a manutenção do *status quo* jurídico e social) ou de socialização/integração (por exemplo, legalização da posse ou propriedade seguida de urbanização) (SANTOS, B., 2008, p. 81).

No contexto do Brasil, o que pode ser visto no passado em relação a esses mecanismos é que não houve tolerância em relação às ocupações. Hoje, pode-se perceber que a repressão se faz presente também, tendo em vista os vários interesses que permeiam os espaços habitados pelos pobres, nas grandes cidades, sobretudo. O último mecanismo apontado pelo autor citado é pouco (ou raramente) utilizado, uma vez que as ações do Estado nesse sentido têm se mostrado incompletas. Em relação à cidade de Campina Grande, o que pode ser identificado é semelhante ao processo no país. No entanto, a cidade não tem exemplos representativos do mecanismo de repressão. Teve no passado e ainda tem certa tolerância com relação aos espaços ocupados pelos pobres e já consolidados. O Estado realizou algumas intervenções urbanas, deixando, porém, de atuar na problemática jurídica, fato que ainda hoje se mantém pendente.

“As relações jurídicas, longe de serem meros reflexos, são conformadoras e estruturadoras das relações econômicas e sociais” (SANTOS, B., 2008, p.60). Nesse contexto, pode-se afirmar que as relações sociais e econômicas nas cidades estão bastante relacionadas às relações jurídicas. Como exemplo disso, pode-se citar as diferenças nos valores econômicos e “sociais” das terras urbanas situadas na denominada “cidade legal” e os valores daquelas terras localizadas onde as questões jurídicas não foram solucionadas. Outra reflexão que pode ser realizada é aquela que concerne à relação aspectos jurídicos/espço. Cita-se como exemplo dessa relação a situação do espaço de moradia dos mais pobres e dos mais ricos, no que se refere à legalidade da posse da terra.

Assim, não se pode esquecer que até mesmo algumas pessoas/grupos com maior poder aquisitivo inserem-se, também, no chamado mercado informal, pois “[...] a cidade legal, dentro das normas da legislação, torna-se a exceção e a cidade ilegal ou irregular torna-se regra porque a maior parte da população mora fora dos padrões exigidos pela legislação” (MARICATO, 2001, p. 39). Mas as consequências para esse grupo tendem a ser bem menores

do que para os pobres, quando existem, pois “o Estado tende a produzir, como vetor resultante em termos de ações, intervenções conformes aos interesses dos grupos e classes dominantes, que dispõem de mais recursos e maior capacidade de influência” (SOUZA, 2010, p. 326). Nesse caso, o Estado não age de acordo com a demanda e muito menos de acordo com as reais necessidades dos moradores das cidades, ele se comporta a partir de interesses de grupos específicos, sobretudo aqueles em que o dinheiro e o poder se fazem presentes no seu contexto. Discutindo ainda a relação espaço-aspectos jurídicos, temos a seguinte reflexão de Santos: “[...] a política urbana (por exemplo, a política habitacional), desgarrada, quer da política fundiária, quer da política de emprego, não pode deixar de fracassar” (SANTOS, B., 2008, p. 74).

Atuar no espaço urbano, nos problemas de moradia, entre outros, requer muito mais que apenas a realização de projetos ou a sua execução incompleta. A política urbana é muito mais abrangente e não cabe “esquecer” das questões jurídicas fundiárias que passaram desde muito tempo a ser inerentes ao espaço. Finaliza-se, no momento, a discussão sobre o Estado, entendendo que essas são apenas algumas das contribuições existentes sobre o tema, mas que foram fundamentais ao entendimento do objeto de estudo da presente pesquisa.

## **2.2 Primeira intervenção do Estado: construção de casas, relocação e estabelecimento dos moradores nas novas casas.**

Antes de iniciar a discussão sobre a ação do Estado e dos moradores na Rosa Mística, cabe refletir um pouco sobre o que foi feito pela igreja católica nesse período de consolidação e qual a sua importância para que o espaço estudado passasse a se chamar assim. Pelos motivos já expostos no capítulo anterior, o espaço estudado era (e ainda é) conhecido como Buraco da Jia. No entanto, após alguns acontecimentos que envolveram a Igreja e os moradores do local, esse espaço passou a ser conhecido, também, como Rosa Mística. Esses fatos ocorreram concomitantes com algumas intervenções do Estado. A fala de uma moradora\_10 (M. S. S., morou 32 anos no local, *in memorian*. Entrevista realizada em: fevereiro de 2010) explica bem como ocorreu inserção dessa nova nomenclatura:

A mudança de nome de Buraco da Jia para Rosa Mística se deu pelo seguinte: o local era muito perigoso, aconteceram muitas mortes, então as pessoas da comunidade pediram à igreja, o convento São Francisco pra construir uma gruta e colocar “Nossa Senhora da Rosa Mística”. A onda de violência, de crime era tão grande que as pessoas apelaram para o sentido religioso. Aí pediram a igreja, na época Frei Lauro concordou e as pessoas pediram. Houve uma eleição para escolher o nome que ia se dar a essa gruta, entre os moradores daqui do setor e principalmente os paroquianos do convento São Francisco, que essa gruta pertence a

igreja do São Francisco e na época foi decidido que esse local ia ser reurbanizado, colocado uma gruta da igreja católica e iam ser celebradas missas, missões, novenários e que passaria a se chamar Rosa Mística. Era uma maneira das pessoas apagarem da memória tanta violência que acontecia no local que a gente lembra. Era muito perigoso. Era uma favela realmente, onde todos os tipos de violência social acontecia aí, era esconderijo de marginais. Os habitantes da região viviam todo mundo muito assustados com a grande violência que acontecia no local.

A intervenção da Igreja, nesse caso, é sintomática da ausência do Estado, pois tendo em vista que os motivos pelos quais a Igreja interveio eram relacionados, sobretudo, à violência, infere-se que o poder público não estava fazendo a sua parte no que se refere à segurança. Nesse caso, além da falta de infraestrutura, de moradias dignas, faltavam também serviços na área de educação, saúde, lazer e segurança. Essa última, como pôde ser percebido, estava muito aquém do desejado e requereu que uma instituição religiosa passasse a interferir, ainda que de maneira simbólica, refletindo em certa atenuação da problemática. Assim, a Igreja Católica construiu a “Capela Nossa Senhora da Rosa Mística”, no final da década de 1980 (fotografia 04). Desde então, o termo “Rosa Mística” passou, junto com a expressão “Buraco da Jia”, a denominar aquele espaço.

Fotografia 04 – Santuário “Maria da Rosa Mística”.



Fonte: Pesquisa de campo (Fevereiro/2010).

A instalação dessa capela ainda hoje repercute no local, pois as pessoas vislumbraram na Igreja, através da construção de um equipamento coletivo (o primeiro), a

possibilidade de alguma transformação positiva na área. Um espaço antes violento e inóspito começa a ganhar novas feições e passa a oferecer possibilidades de valorização da identidade para os moradores. Essa mudança significou muita coisa para parte dos moradores, no entanto, para outros, essa modificação foi indiferente, tendo em vista que, em termos estruturais, algumas das necessidades do local ainda permaneceram.

Porém, esse momento pelo qual passou o local não pode ser esquecido, pois para muito moradores foi um marco naquele espaço, naquela história. Além da construção da capela que contou com a ajuda da família do governo municipal de então, uma vez que essa família era devota da santa que deu nome ao santuário, a Igreja também foi atuante no local, passando a ajudar os moradores mais carentes do local com materiais de construção, comida e roupas. A presença da Igreja no local ainda hoje pode ser percebida, tanto pelos eventos religiosos, como missas e novenas realizadas na capela (fotografia 05), quanto pela ajuda financeira que os freis oferecem a algumas famílias.

Fotografia 05 – Missas realizadas na Capela “Maria da Rosa Mística”



Fonte: Pesquisa de campo (Fevereiro/2010).

A foto mostra a realização de uma missa e a presença dos fieis dentre os quais alguns moradores do local e outros de fora. Desde o início da sua atuação, a igreja foi bem acolhida pelos moradores que atribuem a ela, em certos casos, as melhorias naquele espaço. A esse respeito, a moradora\_11 (M. G. S, auxiliar de serviços gerais de 46 anos, mora no local há 37. Entrevista realizada em: janeiro de 2013) afirma:

Frei Lauro trabalhou aqui dentro dessa invasão com muito amor. Frei Lauro ajudou [...] Com construção de casa, medicação, ele fez muita casa aqui também, dentro daquela invasão. As casas que eram feitas de barro, que eram tapera como chamavam ele foi derrubando e foi fazendo casa de alvenaria, foi dando uma vida mais digna as pessoas aqui.

Percebe-se, nesse caso, que a Igreja faz o papel do Estado que se ausenta até certo momento e depois atua de forma pontual. Ao construir casas e contribuir com a doação de remédio, a Igreja assume uma responsabilidade que caberia ao Estado. Esse fato ainda hoje pode ser verificado na Rosa Mística. No entanto, em alguns momentos, Igreja e Estado, representado por figuras políticas do cenário campinense, se unem e agem conjuntamente, como expõe o morador\_3: “Aqui não foi nada da comunidade, foi justamente da Igreja, Frei Canísio e do finado Frei Lauro, aí Dona Nenzinha Cunha Lima, que gostava daqui do convento, se prontificou a doar todo material”.

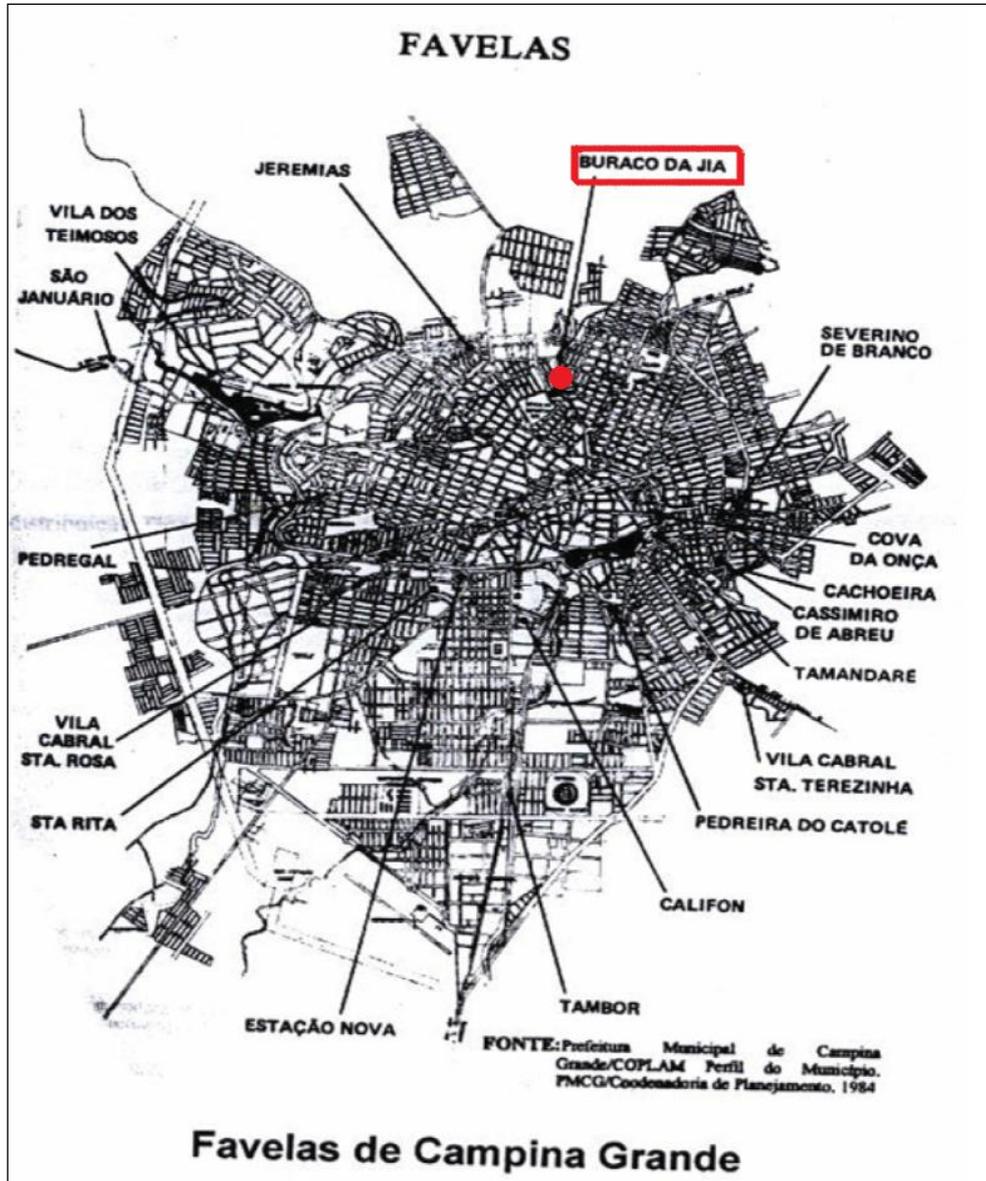
Na sua fala, o morador expressa que as mudanças que se deram a partir da década de 1980 não foram resultantes apenas da ação dos moradores, mas da Igreja e do Estado. Este, por sua vez, “personificado”, quando representado pela mãe e esposa de figuras políticas da cidade. Nesse momento, já na década de 1980, quando o espaço já está constituído, surgem as primeiras melhorias e a fala acima mostra que os moradores não atuaram de maneira determinante nesse momento, mas que as melhorias provinham da Igreja e do Estado, sobretudo.

Concomitante ao trabalho da Igreja no local, a prefeitura da cidade passa a intervir naquele espaço, com alguma infraestrutura e a construção de moradias para aqueles que viviam às margens do riacho e se encontravam sob risco. Essas intervenções serão discutidas a seguir.

O que pode ser visto em Campina Grande, assim como em outros espaços urbanos do Brasil, foram ações pontuais do Estado, focadas nos espaços onde moram os mais abastados, em bairros já bastante estruturados e dotados de serviços públicos. Nesse sentido, acredita-se que “[...] o Estado, em vez de privilegiar os bairros já privilegiados, deveria pôr ênfase na satisfação das necessidades básicas dos mais pobres de equipamentos urbanos” (SOUZA, 2010, p. 262). A ausência do Estado, desde quando a localidade do Buraco da Jia foi ocupada até os anos de 1980 (década na qual a gestão municipal classifica o Buraco da Jia, dentre outros espaços da cidade, como favela - figura 04), a falta de serviços públicos e de estrutura básica de ruas e casas tornaram, por muito tempo, aquele espaço bastante insalubre e precário. A Rosa Mística conviveu com bairros vizinhos bem servidos pelo Estado, por se tratarem de

locais de moradia dos mais ricos, bairros que contavam, inclusive, com luxuosas mansões, como é o caso do Alto Branco.

Figura 04 – Favelas de Campina Grande, PB – 1984.



Fonte: Costa, 2003, adaptado por Caline Mendes de Araújo.

Percebe-se que a classificação dos espaços urbanos por parte dos poderes públicos tem sido, muitas vezes, arbitrária, ou seja, não há um critério claro para definição de tais espaços. O caso do termo “favela” é emblemático dessa dinâmica. Sobre o uso dessa terminologia para classificar “qualquer área desprovida da atenção do poder público”, procurou-se discutir a partir da contribuição de Souza (2011). A respeito da falta de reflexão sobre o vocabulário utilizado pelos gestores/planejadores do espaço urbano, o autor coloca:

Talvez mais que qualquer outro tipo de saber, o planejamento e a gestão (sejam urbanos, regionais ou outros) promovidos pelo Estado tipicamente privilegiam um olhar sobre as sociedades e seus espaços “do alto” e “de longe”. Uma das consequências é que planejadores urbanos a serviço da administração estatal se utilizam de um vocabulário cujo conteúdo muitíssimo raramente é objeto de qualquer reflexão, sobretudo de natureza crítica (SOUZA, 2011, p. 151).

Nesse caso, classificaram o Buraco da Jia como uma favela, sem levar em conta seus aspectos históricos, considerando apenas os aspectos infraestruturais do local, pois, como já foi visto, há o status de ilegalidade no local, mas a ocupação se deu através de loteamentos, processo no qual os moradores pagaram pelo pedaço de chão ao qual estavam tendo acesso. Nesse contexto, devemos levar em consideração a seguinte afirmação de Moreira (2007, p. 59): “Diz o povo que ‘as aparências enganam’. A geografia não pode manter-se neste nível do conhecimento”. E prossegue: “A realidade esconde-se por trás da aparência, sobretudo porque possui forte carga ideológica. Cabe torná-la revelada” (idem). O termo “favela”, em muitos casos, mostra-se pejorativo, refletindo preconceitos e contribuindo para baixa autoestima daqueles quem moram no espaço representado. Segundo Souza,

“Favela” é um desses termos que parecem já ter adquirido feições de vocábulo “naturalizado”, mas que costuma carregar um conteúdo pejorativo que não escapa à percepção daqueles que sofrem com valorações negativas por trazerem a marca de um *estigma sócio-espacial* (no caso, os “favelados”) (SOUZA, 2011, p. 151, grifo do autor).

É importante conhecer uma realidade para representá-la e para nela intervir. No caso analisado, percebe-se claramente que a visão dos idealizadores do mapa das favelas era uma “visão de sobrevoo”, para usar a expressão de Souza (2011). Eles não se aprofundaram sobre aquela realidade, trazendo, além de um discurso heterônomo, ações hierarquizadas, das quais as pessoas não tinham direito de participar. É interessante notar que, mesmo sendo classificado como uma “favela” ainda na década de 1980, esse espaço não havia passado por nenhuma intervenção do poder público. Houve na cidade, por exemplo, programas e/ou projetos de intervenção em algumas dessas “favelas”, mas que não contemplaram o Buraco da Jia, que só veio ter alguma reforma anos depois.

São exemplos desses projetos o Programa de Erradicação de Subabitação (PROMORAR), o Programas de Lotes Urbanizados (PROFILURB), o programa “CASAS ECONÔMICAS” e o “PLANO DE ERRADICAÇÃO DE FAVELAS”, todos da década de 1970, ano no qual o “Buraco da Jia” já tinha quase 30 anos de existência. No entanto, esse espaço não foi “contemplado” com nenhuma ação dos projetos supracitados. Assim, percebe-se que o que havia não era só a ausência do Estado, mas sua omissão em relação aos problemas existentes, como foi verificado no capítulo anterior.

Pode-se ainda citar o Projeto Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (CURA) e o Programa Nacional de Capitais e Cidades de Porte Médio (PNCCPM), que segundo Silva Junior (2009, p. 24), “[...] apesar de garantirem a não eclosão da crise econômica do Município, não foram suficientes para minimizar a degradação das condições da vida urbana em Campina Grande [...]”. É inegável a importância desses projetos para a cidade, mas, conforme a citação, eles não foram suficientes para minimização dos problemas e nas suas ações não incluíam alguns dos espaços mais pobres de Campina Grande, a exemplo do Buraco da Jia (com exceção de uma parte do projeto CURA III que previa a inserção de equipamentos coletivos nas proximidades desse espaço. Porém, a instalação só veio ocorrer na década de 1980).

A primeira intervenção do Estado no local, de fato, ocorreu no final dos anos de 1980, quando foi elaborado um projeto de intervenções municipais para o espaço. Esse plano foi executado na gestão do prefeito Ronaldo da Cunha Lima (1982 - 1988). Durante a pesquisa de campo, porém, só foi possível ter acesso a uma parte do projeto, uma vez que os arquivos municipais, na sua grande parte, se encontravam perdidos, inexistentes ou sucateados no interior dos órgãos da prefeitura. Nesse caso, segue uma discussão a respeito do que foi possível encontrar.

Antes de iniciar as obras de infraestrutura no local, a prefeitura municipal teve que relocar as famílias que viviam nas proximidades do Riacho das Piabas, pois as mesmas se encontravam em condições de risco. Afirma a moradora\_10: “Nas margens do canal não existia infraestrutura, as pessoas construíam os barracos praticamente dentro do canal, por isso da invasão das águas no período invernosos [...]”. As pessoas que viviam ali, em condições subumanas, não tinham condições de prover suas melhorias ou mudar-se para melhores espaços. Conforme a moradora\_10: “Na comunidade, não tinha água, não tinha energia, não tinha ônibus urbano, a questão da saúde era super precária...”.

Assim, a consolidação da Rosa Mística se deu a partir da ação dos moradores, mas por não contar com todas as intervenções necessárias do poder público, se deu de forma bastante incompleta. Além da falta de infraestrutura, a ausência do Estado representou também outras lacunas no local, a exemplo da falta de intervenções na questão fundiária. Essa lacuna é refletida nos tipos de ocupações realizadas pelos moradores, que buscaram habitação em áreas totalmente precárias e impróprias para moradia, como é o caso das margens do canal ainda hoje ocupadas na Rosa Mística.

A ação do Estado para retirar as pessoas que já naquela época viviam sob riscos foi imprescindível, ainda que pontual, pois os moradores sozinhos não teriam como resolver esse

problema. “A intervenção do Estado na questão habitacional decorre, em todas as sociedades, da incompatibilidade entre o custo da habitação e a capacidade de pagamento das famílias que necessitam ter acesso à moradia para viver nas cidades” (SOUZA, 2009, 117). As pessoas que ocupavam uma área de perigo iminente foram transferidas para casas construídas pela prefeitura. Em estudo anterior essas casas foram denominadas de “Conjunto Habitacional” (ARAÚJO, 2011), no entanto, em pesquisas mais recentes, não foram encontrados registros que confirmem que se tratava de um conjunto habitacional. Nesse caso, como não se teve acesso a nenhum documento ou projeto da construção das casas, trabalha-se com a hipótese de ser apenas um grupo de habitações (que não contou com um projeto maior de conjunto habitacional) construídas pela prefeitura para retirar as pessoas daquele local e realizar as ações previstas. Diante disso, o morador\_1 afirma: “Fizeram isso de última hora, fizeram isso pra tirar o povo de lá pra cá, exatamente para evacuar o caminho...”.

Não houve um planejamento adequado para construção dessas moradias, elas foram a alternativa encontrada para a retirada dos moradores das proximidades do riacho, que seria canalizado. Apesar da situação dos moradores ter mudado muito em relação à anterior, nota-se que essa obra não foi fruto de uma ação que levasse em conta as especificidades das famílias e de espaço, por exemplo (fotografia 06).

Fotografia 06 – Imagem da fachada original das casas doadas pela prefeitura nos anos de 1980.



Fonte: Pesquisa de campo (Janeiro/2013).

Casas como a da fotografia acima foram entregues às famílias, independente do seu perfil e das suas necessidades. E, apesar de não se tratar de um conjunto habitacional, de fato, esse modelo de intervenção segue muito do que foi feito pelos governos municipais em

relação à construção de conjuntos, na década de 1980. Essa ação, apesar de incompleta, foi benéfica para algumas famílias, pois muita gente passou a ter melhores condições de moradia, se comparadas às condições anteriores. Uma das pessoas (moradora\_9) relocadas expõe: “Todos que vieram pra cá pode dizer que ficaram satisfeitos. Toda vez que chovia era uma agonia, a gente com medo da casa encher de água. Foi melhoramento pra gente, a gente morava dentro da lama”.

Essas ações do Estado no local foram possíveis tendo em vista a situação do país na época, na qual alguns municípios, após a Constituição de 1988, haviam ganhado mais autonomia. A citação abaixo esclarece um pouco do assunto:

Os novos governos municipais, eleitos na onda redemocratizadora dos anos 80 e fortalecidos pela descentralização promovida pela Constituição de 1988, irão desenvolver experiências importantes, que passam a orientar as novas intervenções habitacionais, difundindo-se amplamente pelo país (CARDOSO, 2006, p. 07).

Na concepção de Cardoso,

Na ausência de políticas mais efetivas e de um fluxo de recursos permanente sob regras estáveis, no plano federal, os governos municipais, fortalecidos pela redemocratização e pressionados por reivindicações dos movimentos populares, começaram a desenvolver ações no campo da moradia popular (CARDOSO, 2006, p. 78).

Nesse sentido, os governos municipais estavam incumbidos de prover ações no âmbito da habitação, o que em Campina Grande foi feito de forma bastante pontual, a exemplo dessas casas da Rosa Mística. O que ocorreu nesse espaço foi a relocação das pessoas para as novas casas situadas nas proximidades do antigo local de moradia. Na opinião de Maricato,

A remoção das famílias situadas em áreas de risco também exige novas moradias para onde elevar essa população. É importante e as famílias removidas demandam, que a remoção se dê para lugares próximos de forma a não interromper as rotinas relacionadas a escola, trabalho, amizades, etc (MARICATO, 2003a, p. 85).

No caso das famílias da Rosa Mística, essa relocação foi feita para um local próximo, como sugere a autora. Esse fato é bastante interessante, pois significa que as pessoas não perderam o seu referencial, suas relações de vizinhança. No entanto, o local para onde as pessoas foram removidas não apresentava toda infraestrutura necessária. O que existia, na verdade, eram apenas as casas, teto e paredes, mas faltava muito para que o espaço estivesse, realmente, adequado à moradia. Sobre isso, a moradora\_12, que ainda hoje vive na casa doada pelo governo, afirma:

A gente chegou aí as ruas não eram calçadas, depois com pouco tempo calçou todas as ruas [...], dentro do mesmo ano que a gente chegou de pouco tempo que a gente tava aqui, teve a questão da energia que a gente chegou aqui no escuro (R. S. R, estudante de 32 anos, mora no local há 32. Entrevista realizada em: janeiro de 2013).

A fala dessa pessoa mostra como era a situação do local onde as casas foram construídas. A ausência de energia elétrica, por exemplo, era um absurdo, tendo em vista que as obras foram realizadas pelo Estado, que deveria realizar um trabalho completo, oferecendo melhores condições de moradia às pessoas.

Fotografia 07 – Casas construídas na década de 1980 pela prefeitura (e reformadas posteriormente pelos moradores).



Fonte: Pesquisa de campo (Janeiro/2013).

A figura acima mostra algumas das casas, nos dias atuais, depois que passaram por reformas, por parte dos moradores, e de ações do Estado, como o calçamento e a rede de iluminação pública, que podem ser vistos na imagem. Ou seja, percebe-se, nesse caso, os moradores agindo em favor do espaço privado e o Estado, apesar de ter atuado de maneira tardia, a favor do espaço coletivo. As ações do Estado, entretanto, não ocorreram por acaso, mas em meio a contextos específicos. As melhorias só foram chegando aos poucos e algumas vezes de forma “inusitada”, pelas quais podiam ser percebidos os interesses políticos de figuras que representavam o Estado naquele momento. A moradora\_9 de uma das casas que foram entregues, fala como os moradores conseguiram ter acesso à energia elétrica no local:

Tava próximo da política. A gente há 5 meses já sem energia. Aí vinham os engenheiros que estavam construindo e a gente falava. E eles: ‘já tá próximo, vai chegar’ e não chegava nunca. Aí aproximou-se a política da época de Cássio. Aí combinamos com o pessoal pra fazer um abaixo assinado, porque ia aproveitar que ia ter um comício aqui perto e a gente ia entregar esse abaixo assinado, aí todo mundo concordou. Aí o abaixo assinado entregamos no comício e perguntamos a

Ronaldo como era que ele queria que a gente assistisse a vitória de Cássio Cunha Lima, se tinha televisão e não podia ligar. Na outra semana a energia chegou.

A situação relatada se caracteriza como clientelismo, pois os moradores não pediam nenhum favor, solicitavam um direito, mas viram que se da forma “convencional” não atingiriam êxito, apelaram, então, para o ego dos políticos que representavam o Estado naquele momento. Comprovando o que se afirma aqui, o abaixo assinado foi entregue em um comício, um dos poucos momentos nos quais as figuras políticas têm contato direto com os eleitores. Os moradores viram nesse momento uma oportunidade de acesso a essas figuras e solicitaram a instalação da energia elétrica de forma bastante coerente, com o abaixo assinado, que representava a vontade de grande parte da comunidade. Conseguiram o que buscavam, mas teriam que, em troca, fazer seu “papel” para que vitória do candidato pudesse, de fato, acontecer.

Ainda hoje existe no local uma comoção favorável ao grupo político que fazia parte da gestão naquela época, o grupo “Cunha Lima”. Não só no local onde as casas foram entregues, mas em grande parte da Rosa Mística, como será exposto posteriormente. Embora a ocupação tenha passado, ao longo do tempo, por algumas dificuldades, essas são incomparáveis ao que os moradores passavam quando moravam na parte próxima ao canal. Diferente das outras áreas da Rosa Mística, essa é a única na qual houve a regularização jurídica da posse da terra, segundo relatos dos moradores. No que diz respeito ao status jurídico, o local encontra-se regularizado. Seguem alguns relatos de moradores das casas e do entorno acerca dessa temática:

1. As escrituras são públicas, aí cada pessoa que possuía a sua casa lá em baixo, antes de entrar aqui recebia a sua escritura (moradora\_12);
2. Eles têm a documentação das casas, foram dados, foram doados, os documentos todos eles têm, mas não sei se é escritura ou somente passado no papel, recibo, né? morador\_1);
3. Regularizou tudo, ele deu tudo ali de papel passado, ali eles são dono daquilo ali. (Moradora\_ 13, desempregada, mora no local há 41 anos. Entrevista realizada em: janeiro de 2013).

Diante da fala dos moradores, é possível afirmar que houve essa intervenção do ponto de vista jurídico, fato que diferencia esse espaço dos demais que constituem a Rosa Mística, a exemplo dos loteamentos iniciais e das ocupações que surgiram posteriormente. Lembrando que a ausência de regularização fundiária é um problema de ordem nacional, de onde se extrai a importância dessa ação do governo para as pessoas da Rosa Mística, pois, além de passarem a possuir uma residência, tiveram acesso também a segurança da posse,

representada por uma documentação que garante os direitos das famílias em relação ao terreno.

Nesse cenário, apesar do Estado ter pecado em alguns momentos, com relação à construção das casas, com a falta de um bom planejamento, falta de infraestrutura, no quesito jurídico o mesmo fez o que, realmente, era pra ser feito. No entanto, essa ação não deveria ter ficado restrita a esse espaço, mas se expandir por toda a Rosa Mística, que ainda hoje não teve sua situação jurídica regularizada. Essa discussão será abordada no capítulo 3, no qual são apresentados os tipos espaciais presentes naquela área.

### **2.3 Projeto de urbanização: parte da infraestrutura é realizada na ocupação inicial.**

Quando as famílias que moravam nas margens do riacho foram relocadas para o conjunto habitacional, a prefeitura deu início às obras de infraestrutura. Abaixo, o presente estudo discute sobre o que foi realizado pelo poder público municipal e sobre os projetos de “urbanização” e esgotamento sanitário, pensados para o local. Segundo Araújo (2011), houve um projeto de urbanização naquele espaço, no entanto, após pesquisas teóricas e de campo mais aprofundadas, pode-se constatar que o que houve foram apenas ações pontuais que tiveram grande importância no processo de consolidação daquele espaço, mas que não foram suficientes tendo em vista as demandas do local.

Segundo Maricato (2003a, p. 83), “[...] a urbanização implica, no mínimo, iluminação, água tratada, esgoto, drenagem, coleta de lixo, circulação viária e de pedestres e eliminação dos riscos de vida”. Assim, percebe-se que o que ocorreu na Rosa Mística foi, na verdade, a instalação de alguma infraestrutura, uma vez que, há mais de 40 anos, os moradores conviviam sem nenhuma ação do Estado. É claro que algumas dessas ações foram bastante benéficas, como não poderia ser diferente, pois o espaço nunca havia tido a intervenção do Estado. Dessa forma, qualquer ação que fosse realizada seria a “melhor”, mas verifica-se que algumas partes do local não foram atendidas e isso se reflete ainda hoje. A área destinada à intervenção da prefeitura consta na figura 05:



Figura 06 – Imagem atual do polígono que antes era chamado de “Favela Buraco da Jia” (Década de 2000).



Fonte: Google Earth/SEPLAN (Adaptada por Verônica Vale e Caline Mendes de Araújo, 2012).

É interessante fazer esse paralelo, para que se possa perceber que, ainda hoje, há algumas ruas que mostram que, realmente, o local foi ocupado de forma diferente daquelas postas pela legislação (Lei 6766/1979) que estabelecia alguns parâmetros para os loteamentos, como o tamanho dos lotes. Isso pode ser percebido quando se observa a disposição de algumas dessas ruas, por exemplo.

Muitas dessas ruas são estreitas, algumas casas ainda situam-se próximas ao canal. Além do que, outras áreas que estão além do polígono delimitado fazem parte hoje da Rosa Mística e não faziam antes, ou seja, com o tempo, a Rosa Mística se expandiu e essas novas áreas não constam no polígono delimitado no passado.

Com relação à figura, em preto aparecem os nomes das ruas, e em azul, o nome dos loteamentos. Em conversa com funcionário do 1º Cartório da cidade, o mesmo afirma que até os dias atuais nenhum desses loteamentos foi regularizado, constatando-se que, do ponto de vista jurídico, eles são ilegais.

Retomando a discussão a respeito das ações realizadas pela prefeitura da cidade no local, identifica-se abaixo uma cópia do laudo de avaliação de uma das casas que saíria do local para que as obras tivessem início. Nesse laudo, constavam informações básicas, como o

endereço da casa, a sua localização, a sua área, o motivos do levantamento, entre outros (figura 07).

Figura 07 – Laudo de avaliação das casas desapropriadas, 1988.



ESTADO DA PARAIBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE  
LAUDO DE AVALIAÇÃO

1.0 - LEVANTAMENTO

1.1 - Da casa nº 125-B, da Trav. São Jacinto, nesta Cidade, construída em terreno de propriedade de terceiros, pertencente a [REDACTED]

1.2 - Limites do Imóvel (casa)  
 Ao Norte - Com a Trav. São Jacinto  
 Ao Sul - Com a casa nº 129 da R. São Jacinto  
 A Leste - Com a casa nº 125-A da mesma Rua  
 A Oeste - Com a Rua Severino Verônica.

2.0 - MOTIVO DO LEVANTAMENTO  
 A P.M.C.G. está avaliando este imóvel, para fins de desapropriação e Urbanização da Favela "Buraco da Jia".

3.0 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL (casa)

3.1 - Características  
 Elevação - Alvenaria  
 Coberta - Telha  
 Piso - Cimentado  
 Conservação - Regular

3.2 - Área do Imóvel  
 A.I. = 45,60 m<sup>2</sup>

3.3 - Valor do Imóvel  
 V.I. = 45,60 m<sup>2</sup> x Cz\$ 1.800,00  
 V.I. = Cz\$ 82.080,00

3.4 - Valor Total da Avaliação  
 V.T.A. = Cz\$ 82.080,00

4.0 - CONCLUSÃO:  
 Esta Comissão avalia o imóvel em Cz\$ 82.080,00 (oitenta e dois mil e oitenta cruzados).

Campina Grande, 04 de julho de 1988.

A COMISSÃO:

Fonte: Arquivos da Secretaria de Planejamento de Campina Grande.

O laudo exposto acima é apenas um exemplo de muitos dos quais se teve acesso durante a pesquisa. É interessante notar que esse documento, datado do ano de 1988, apresenta importantes informações sobre a realidade daquele espaço. No ponto “1.0” do laudo que diz respeito ao “Levantamento”, pode ser observado que a titularidade da posse da terra não é reconhecida, ou seja, a casa pertencia a pessoa que foi indenizada, mas o terreno não possuía dono reconhecido, não havia registros que comprovassem quem, na verdade, era o proprietário.

Já no ponto “2.0” do documento aparece o “motivo do levantamento”, que mostra que seria realizada, de fato, a desapropriação do espaço (para ser executado o que a gestão denominou de “projeto urbanização”). Após a avaliação, os moradores assinavam um termo de anuência, declarando que concordavam com o valor estabelecido na avaliação.

Feito esse processo, a prefeitura deu início às obras, com a implantação de alguma infraestrutura, investimentos pontuais numa localidade que necessitava de uma ação completa, baseada em um eficiente planejamento. Entretanto, o que ocorre no contexto de Campina Grande e de outras cidades brasileiras é que

Invisíveis para o planejamento e a legislação, as “periferias” e “favelas” do país estão, há décadas, sendo objeto de microinvestimentos em infra-estrutura, que, diante da ambigüidade de inserção legal destes assentamentos à cidade, são vividos por beneficiários e concedentes como favores, a serem recompensados por lealdades políticas. Esse tem sido, inequivocamente, um dos mecanismos mais poderosos de geração de clientelas nas cidades e regiões metropolitanas (ROLNIK, 2006, p. 201).

A fala de Rolnik é bastante ilustrativa da realidade da Rosa Mística. O Estado realiza ações pontuais que, no momento, apresentam-se como as “melhores” alternativas para quem nunca teve acesso aos serviços aos quais tem direito, mas posteriormente percebe-se que essas ações não foram suficientes para evitar problemas futuros, como foi o caso estudado. Cita-se o exemplo das casas que ainda hoje desabam ou alagam na localidade onde se encontra parte do riacho que não foi canalizado na época das obras. Esse problema ocorre ainda hoje e é reflexo da má aplicação daqueles recursos, além de outros fatores. E o canal (ou sua obra incompleta) é uma das reclamações que os moradores fazem quando falam do assunto:

1. Eu acho que devia ser feito um negócio mais bem feito ali (na favela), ali tem q ser feito um rede de esgoto melhor, ali tem que ser feito uma limpeza melhor, subir o canal, entendeu? *Subir um pouco o canal mais pra frente pra na enchente eles não sofre muito, porque eles sofrem muito na enchente [...]* porque esse negócio de lixo prejudica muito quem mora lá atrás. Acho que tinha que ser feito um negócio mais estruturado pra acolher aquele povo. (Morador\_14 R. B. S, vigilante de 40 anos, sempre morou no local. Entrevista realizada em: janeiro de 2013, grifo da autora);
2. Essa área aqui deveria ter uma praça, *esse canal deveria ser mais urbanizado*, ter mais iluminação.(G. S. T., Industriário de 26 anos, sempre morou no local. Entrevista realizada em: janeiro de 2013, grifo da autora);
3. Acho ruim [...] *quando dá essas chuvas aí em baixo [...] no canal, o povo fica agoniado, né?* O povo com as casa cheia d’água e todo ano é a mesma coisa, e eles não mudam nada, não faz nada pra ajudar o povo. (S. O, balconista de 27, mora no local há 17. Entrevista realizada em: janeiro de 2013, grifo da autora);
4. [...] quando chove a dificuldade aqui é grande e com o *canal era melhor* (Moradora\_15, L. B. L, desempregada de 21 anos, mora no local há 04. Entrevista realizada em: janeiro de 2013).

O canal que não foi concluído é um grande problema para o local. Ainda hoje famílias sofrem com o descaso histórico, tendo em vista que aquele espaço foi e é bastante esquecido (fotografia 08).

Fotografia 08 – Parte não canalizada do riacho.



Fonte: Pesquisa de campo (Janeiro/2013).

São muitos os problemas que poderiam ter sido solucionados à época das intervenções e hoje representam, além de um visível estado de precariedade, perigos para as famílias que vivem ali, tais como: poluição, doenças, alagamentos, desabamentos, entre outros.

No projeto “Urbanização da Favela do Buraco da Jia” que foi desenvolvido pela Empresa Municipal Urbana da Borborema (URBEMA) no ano de 1985, consta um “Memorial descritivo” que fala um pouco sobre os aspectos do espaço e do que iria ser executado no local. Nesse memorial, o espaço é descrito da seguinte maneira:

Tratando-se de uma área de crescimento desordenado e amorfo, o Buraco da Jia tem ainda um relevo abruptamente acidentado em seus 6.6 há de ocupação. Embora contando com uma boa parcela de apoio em termos de infraestrutura, o aspectos (sic) físico é paupérrimo e o parâmetro de insalubridade é patente (PROJETO: URBANIZAÇÃO DA FAVELA BURACO DA JIA, 1985, p. 02).

A partir da exposição sobre aquela área, percebe-se que se tratava de uma localidade já abandonada/esquecida pelo poder público e que não teve acesso às mesmas condições de melhorias que outros espaços nos quais moram os mais abastados. O exposto se apresenta como mais uma visão de sobrevoo, discutida por Souza (2011), quando as pessoas que moram ali não participaram desse processo, mas receberam de outrem (o Estado) as intervenções que esse julgou pertinentes. De acordo com Souza (2008, p. 90):

O Estado tradicional promotor de segregação residencial (junto com o capital imobiliário, ou tendo este por trás...), ao investir diferencialmente nas áreas residenciais da cidade e estabelecer estímulos e zoneamentos e outras normas de

ocupação do espaço que consolidam a segregação, atua, também como agente repressor, via de regra na tentativa de “colocar os pobres no seu devido lugar” [...].

O Estado investe e sempre investiu de forma desigual nos espaços, e as cidades são marcadas por essa discrepância. Assim, as diferenças entre esses espaços serão mais gritantes quanto maior for a distinção de acesso aos investimentos públicos. A falta de incentivos não significa a ausência de uma forma daquele espaço, mas quer dizer que essa forma, diferente de outras, não recebeu investimentos, mas dependeu tão somente da atuação individual das pessoas para se constituir. Diante da discussão, é visível que, no caso desse projeto e dessa descrição, o poder público afirma que o espaço é amorfo, mas não justifica isso tratando da ausência do Estado.

O fato de afirmar que o local contava com “boa parcela de apoio em termos de infraestrutura” caracteriza-se, ao que parece, como uma tentativa de eximir o Estado, na figura da gestão de então, de uma intervenção maciça e completa. Mas o que contam as pessoas que viviam na época naquele espaço, em meio a dificuldades de inúmeras naturezas, é bastante diferente do que contém esse documento. Alguns relatos demonstram isso:

1. Aí não tinha canal, era tudo lama, não tinha ponte, não tinha casa, só era mato. [...] Não tinha canal, era somente terra, quando dava uma chuva enchia d'água por aí (moradora\_6);
2. Não tínhamos água encanada, não tinha energia, não tinha calçamento, era só terra e lama [...] a maioria das pessoas não tinha banheiro em casa. (moradora\_9);
3. Sempre no período chuvoso havia aqueles problemas sociais que a gente já conhece, queda de barracos, os açudes sangravam e a água era toda depositada dentro do canal e essa água invadia as casas, que eram barracos mesmo, e devido a essa situação social foi de onde surgiu a necessidade dessa urbanização, que foi feita pelo prefeito que era na época Ronaldo Cunha Lima. [...] Ali ninguém sabia o que era via pública e o que era casebre e hoje não, hoje tá mais organizado. E os problemas diminuíram, ainda existe alguma coisa, mas é muito diferente do que já foi aquilo ali (moradora\_10).

Os moradores expressam bem aquilo que viveram ou viram. Essas dificuldades não foram resultado de um ano ou de uma gestão, mas de décadas, tendo em vista que o local já surge em meio a dificuldades. Dizer, como há no projeto, que o local já possuía alguma infraestrutura é querer omitir os reais e históricos descasos do poder público para com aquelas pessoas e com aquele espaço.

Consta ainda no projeto “a implantação à margem Leste da Avenida Canal de um Posto Médico e uma Lavanderia Coletiva” (PROJETO: URBANIZAÇÃO DA FAVELA BURACO DA JIA, 1985, p. 02).

Essa implantação do Posto Médico e da Lavanderia Pública (hoje desativada), citados no texto, foi proveitosa para os moradores. No caso da Lavanderia, ela significou uma

nova possibilidade de fonte de renda, ainda que mínima, como afirma uma das antigas lavadeiras: “Muita gente sobrevivia daquela lavanderia” (L. B. S, domestica de 46, mora no local há 40).

A respeito do Riacho das Piabas, o projeto afirma:

O canal ocupa uma área de 1.840.000 m<sup>2</sup> ou 2.79% da área total, obedecendo ao projeto proposto no PDLI que lhe concede 8.00m de largura na parte mais alta. Quanto às vias de sete metros ladeando suas duas margens, a Lei nº 176/75 de 1975 do PDDI (Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado) prevê 22.00 metros para cada lado, a partir do eixo do canal (Pg. 52). Contudo para evitar indenizações, no momento inviáveis, em vista do não prolongamento completo na extensão da Av. Canal, estabelecemos a largura de 7.00 m para cada via, o que não viola a citada Lei, já que as mesmas poderão ser alargadas em momento mais apropriado (PROJETO: URBANIZAÇÃO DA FAVELA BURACO DA JIA, 1985, p. 02).

É bastante contraditório que o projeto fale a respeito da Lei e, no mesmo momento, afirme que não irá cumpri-la, tendo em vista que, segundo o texto, a execução ocorreria em momento posterior. Se o permitido pela Lei seria que cada lado das margens do canal tivesse 22 metros, o momento para adequar aquele espaço a essa norma seria durante essa intervenção. Já que o Estado estava disponibilizando mão de obra, materiais, por que não fazer? É óbvio que não sendo feito naquele momento, como o local não passou por mais nenhuma reforma dessa monta realizada pelo poder público, esse alargamento do canal nunca seria realizado, o que explica os problemas que ocorrem ainda hoje no local. Tais problemas são tantos que aquele espaço é considerado pela Defesa Civil do município como uma das áreas vulneráveis da cidade de Campina Grande.

Outro documento encontrado durante as pesquisas de campo foi o “PROJETO DE ESGOTOS SANITÁRIOS DA FAVELA BURACO DA JIA”, de outubro de 1985. Nele consta um “Memorial Descritivo” que, inclusive, em alguns momentos se contrapõe ao outro documento analisado acima. Inicialmente, o projeto expõe o seu objetivo: “[...] beneficiar toda uma área deteriorada denominada Buraco da Jia, dotando-a de uma rede coletora de esgotos sanitários, numa extensão de 2.512 metros, que servirá 410 casas existentes” (p. 02).

O fato de afirmar que a área encontra-se deteriorada é motivo suficiente para imaginar que não havia a infraestrutura demandada pelos moradores, uma vez que, além inexistir a ação do poder público no local, o espaço já contava com um número expressivo de residências. No ponto “1.2 - Situação Atual” há a seguinte afirmação: “A favela denominada Buraco da Jia, fica situada às margens do Riacho das Piabas, entre um bairro de classe média (Conceição) e um bairro de classe alta (Alto Branco)” (PROJETO DE ESGOTOS SANITÁRIOS DA FAVELA BURACO DA JIA, 1985, p. 02). É interessante notar que os

terrenos dos quais fazia parte a “favela” estavam/estão inseridos nos bairros do Alto Branco e Conceição. Porém, o projeto desconsidera que aquele espaço faça parte dos bairros.

A esse respeito Souza (2011, p. 151) expõe: “[...] note-se que no Brasil, o termo ‘bairro’ excluía realidade da favela, vista como um não bairro, civilizatoriamente ‘o oposto do bairro’[...]”. Dessa maneira, como excluir do contexto do bairro uma área que também faz parte dele? Na verdade, não se exclui apenas a área, excluem-se também os moradores, aqueles que formam o espaço, que não têm vez nem voz nesses processos de intervenções. O poder público intervém, de acordo com suas vontades e vantagens, e aqueles homens e mulheres que vivem ali e têm experiência de vida com o espaço têm que aceitar o que vem do externo. E aceitam, na verdade, também porque não se mobilizam, muitas vezes, não se articulam para serem ouvidos, mas aceitam tudo como recebem, pronto. Diante dessa problemática, é importante ressaltar que, ao longo da formação daquele espaço, houve poucas mobilizações dos moradores que, inclusive, conseguiram algumas melhorias, mas essas ações foram pontuais.

Ainda sobre esse projeto, encontra-se nele a seguinte afirmação sobre o espaço estudado: “Distando pouco mais de 1 km do centro da cidade, apesar de possuir acessos asfaltados e pavimentados, não se tem acesso de veículos à referida favela; tendo de percorrê-la a pé” (PROJETO DE ESGOTOS SANITÁRIOS DA FAVELA BURACO DA JIA, 1985, p. 02). Na verdade, algumas ruas das proximidades tinham calçamento, mas o espaço do Buraco da Jia não possuía, o que era bastante complicado para as pessoas que moravam ali. A contribuição da moradora\_11 é interessante para se compreender a problemática:

Em 1980 aproximadamente: “O prefeito Ronald Cunha Lima começou a bulir na estrutura, aí conseguiu fazer dali da Henrique Dias, aí construiu a Francisco Afonso de Albuquerque, começou a calçar, agora isso era aquele projeto lento, botava as manilhas [...] aí demorou muito porque ele teve que fazer uma terraplanagem muito grande porque era muito buraco, aí começou a transitar carro nessa rua aí, Francisco Afonso de Albuquerque, aí começou a passar ônibus, aí a gente descia na Francisco Afonso de Albuquerque, e aqui continuava o Buraco, num tinha acesso a carro pequeno, era um riacho, muita lama, os esgotos das casa eram ligados a esse riacho, era a céu aberto.

As ações demoraram a chegar no Buraco da Jia e, ao contrário do que consta no projeto, esse espaço só sofreu modificações e passou a dispor do acesso a transportes após as intervenções no final da década de 1980. Em relação à situação do Riacho das Piabas, o projeto discorre: “Nesse riacho são lançados todos os dejetos, não só da favela como também de uma grande área contribuinte dos bairros da Conceição, Louzeiro e Alto Branco, tornando-

o ainda mais poluído” (PROJETO DE ESGOTOS SANITÁRIOS DA FAVELA BURACO DA JIA, 1985, p. 02).

O exposto é interessante para notar que desde aquela época o riacho já era bastante poluído, como ainda o é hoje, fato que é considerado por muitos moradores como o maior problema atual. Nessa parte do projeto, verifica-se novamente que o Buraco da Jia é tratado como se não fosse parte dos bairros onde está inserido. Mais uma prova do discurso estatal que se embasa em “um saber acadêmico acrítico”. Diante disso, Souza (2011, p. 151) expõe:

[...] as denominações propostas pelos planejadores estatais, expressão de um saber acadêmico geralmente acrítico e diretamente a serviço da administração dos espaços, tempos e relações sociais, muitas vezes atrita com denominações utilizadas pelos próprios sujeitos que habitam e utilizam os espaços que são alvo das intervenções do Estado, denominações essas embebidas em saberes não acadêmicos (senso comum, “saber local”) e referentes ao “mundo da vida” dos agentes.

Os planejadores estão, na verdade, a serviço do Estado, apenas cumprindo “metas”, não se preocupam, portanto, com a vontade, a escolha dos sujeitos daquela realidade que, na maioria dos casos, não têm direito a nenhuma participação, sendo tratados com meros “receptores” das decisões assimétricas. Diante disso, somente uma sociedade articulada e baseada na coesão social é capaz de modificar essas sólidas e históricas estruturas sociais discrepantes.

No tocante aos “Aspectos Urbanos”, o texto faz referência ao riacho que seria canalizado durante a execução do projeto:

O leito deste riacho apresenta grandes afloramentos de rochas, formando em certos locais, verdadeiras represas, que acumulam todos os esgotos da área, provocando assim grandes focos de contaminação, inclusive em certos trechos onde a rede de distribuição de água existente passa por dentro destes focos infecciosos, com perigo de contaminação da rede. Há residências que ficam totalmente isoladas sem que seus moradores possam ter acesso a elas na época de chuvas, visto as mesmas terem sido construídas praticamente dentro do leito do riacho (PROJETO DE ESGOTOS SANITÁRIOS DA FAVELA BURACO DA JIA, 1985, p. 02-03).

A contaminação da qual fala o projeto é confirmada pelos moradores que tiveram problemas de saúde, provocados pela insalubridade do canal. A moradora\_11 comenta: “A gente teve tudo que é peste: as crianças tinham hepatite, catapora, sarampo, sarna [...] não tinha estrutura pra o ser humano”. A explanação da moradora é bastante ilustrativa para entender como era a situação do local. Nesse sentido, pode-se afirmar que, de fato, muito mudou naquele espaço, após a canalização do riacho e outras obras feitas pela prefeitura, como a instalação recente de um Posto de Saúde.

Os aspectos físicos do local foram e são ainda muito importantes para a sua configuração e para os contornos que o espaço iria tomar. Parte desses afloramentos de rocha, citados no projeto, por exemplo, ainda hoje persistem ao longo do canal, e impedem, juntamente com os resíduos sólidos despejados, que as águas das chuvas fluam com facilidade, ocasionando o transbordamento do canal. Acerca da discussão sobre a poluição nos espaços urbanos, Souza (2008, p. 84) enfatiza:

À pobreza urbana e à segregação residencial podem ser acrescentados outros problemas, não raro intimamente associados com elas duas. Um deles é o da degradação ambiental, em relação à qual, aliás, se percebe, em cidades como brasileiras, uma interação entre problemas sociais e impactos ambientais de tal maneira que vários problemas ambientais, que irão causar tragédias ambientais (como desmoronamentos e deslizamentos em encostas, enchentes e poluição atmosférica), têm origem em problemas sociais ou são, pelo menos, agravados por eles. Às vezes os próprios pobres são *imediatamente* responsáveis por certos impactos, conquanto não sejam em *última instância* [...].

Então, pode-se afirmar que a degradação ambiental é um problema cada vez mais sério nos espaços urbanos. Além do descaso do poder público, existe a falta de conscientização dos moradores que, vivendo em espaços já frágeis do ponto de vista ambiental, tendem a torná-los ainda mais susceptíveis às tragédias colocadas pelo autor.

No que concerne aos problemas de moradias na Rosa Mística, as casas que ficam bastante próximas ao leito do riacho ainda hoje permanecem, como já colocado. Nos locais onde se localizavam as casas removidas na década de 1980 surgiram outras e o problema tende a crescer, pois cada vez mais novos moradores, sem alternativa viável às suas condições financeiras, chegam para residir no local. E o problema não se dá apenas nas margens do canal, mas em outras áreas, a exemplo das ocupações mais recentes, totalmente desprovidas de infraestrutura (Fotografia 09).

Fotografia 09 – Ocupações da década de 2000.



Fonte: Pesquisa de campo (Janeiro/2013).

Através da fotografia pode-se perceber que essas novas ocupações são escassas de infraestrutura, não dispendo de calçamento, ligação de água e esgoto, além da frágil estrutura de construção. Essa é a continuidade de um problema que data de décadas e não foi resolvido ou minimizado. O poder público continua incapaz de resolver essa questão, não por falta de recurso, mas por falta de compromisso com o social. Esses problemas não são recentes nem tampouco de fácil solução, pois as pessoas não moram nesses locais porque querem, mas porque “de alguma maneira é preciso morar [...]” (RODRIGUES, 2003a, p. 11) e também porque não podem arcar com os custos de uma casa em outros espaços nos quais os valores estão muito além da sua capacidade de pagar.

Ainda sobre o projeto, verifica-se, em “1.5 – Condições Sanitárias”, a seguinte afirmação:

As necessidades mais prementes do chamado Buraco da Jia é sem dúvida o saneamento básico principalmente no que se refere a parte de esgotos sanitários e complementação do canal existente para canalização do riacho das Piabas, que inunda sempre que ocorre uma precipitação pluviométrica mais acentuada (PROJETO DE ESGOTOS SANITÁRIOS DA FAVELA BURACO DA JIA, 1985, p. 03).

Os problemas citados permanecem. Depois das ações realizadas no decorrer dos anos de 1980 não houve mais nenhuma transformação proporcionada pelo poder público no local. Naquela época, segundo o projeto, o problema mais grave era aquele relacionado à falta de água, pois havia uma “[...] precariedade da rede” (PROJETO DE ESGOTOS SANITÁRIOS DA FAVELA BURACO DA JIA, 1985, p. 03). Dessa maneira, foram feitas algumas obras

que melhoraram esse aspecto. Naquele período os moradores já haviam passado por muitas dificuldades, como a falta de acesso à água, energia, entre outros, mas, segundo consta no projeto, àquela época, “[...] todas as ruas possuem rede, e quase todas as casas têm suas ligações executadas” (PROJETO DE ESGOTOS SANITÁRIOS DA FAVELA BURACO DA JIA, 1985, p. 03). No entanto, o que os moradores mais antigos afirmam é que para conseguir água era preciso comprar ou pedir em localidades vizinhas. Diz a moradora\_13 sobre o assunto: “[...] A gente morou aqui um tempo sem água e sem energia, a gente comprava água fora, energia não tinha, a gente usava aquele candeeiro da roça...”.

Através da análise de alguns trechos dos projetos pensados para o Buraco da Jia, pode-se inferir que os mesmos possuíam alguns equívocos na sua elaboração, tendo em vista o desconhecimento ou o pouco conhecimento da realidade do local e das pessoas por parte do poder público, bem como a falta ou desencontro de algumas informações a respeito do espaço. Terminada a reflexão acerca dos projetos, pode-se discutir um pouco sobre a execução dos mesmos, no final da década de 1980.

Como o espaço passou décadas sem a intervenção do poder público, é notório que qualquer ação seria bem vinda naquele contexto e o fato de que, após essa atuação, nenhuma outra ação pública de “fôlego” foi realizada no local, também explica o porquê de os moradores até hoje serem gratos à gestão que realizou as ações.

Atualmente, passados mais de 20 anos da elaboração e execução desses projetos, os políticos pertencentes ao grupo que realizou as obras no local, possuem prestígio na Rosa Mística. Esse fato repercute bastante em época de eleição, quando o espaço se torna “palco” das manifestações partidárias, que demonstram a relação paternalista entre alguns moradores e os políticos.

Durante a pesquisa de campo, pode-se perceber que a maior parte dos moradores atribui a esse grupo todas as transformações positivas que ocorreram no local, e os nomes das figuras políticas desse grupo, Cássio e Ronaldo Cunha Lima, são recorrentes em quase todas as entrevistas realizadas. Grande parte dos moradores não via essa ação do Estado como um direito, mas como um “favor” ou bondade dos políticos. Sobre o prefeito daquela gestão, Ronaldo Cunha Lima, a moradora\_11 afirma:

O prefeito Ronaldo Cunha Lima era muito pela pobreza, entendeu? Ele ouvia muito a pobreza, ele vinha pr’aqui nas enchentes ajudar. O baluarte Ronaldo Cunha Lima, o velho poeta, ele vinha pr’aqui ajudar as pessoas a tirar os troços, a tirar água, a cavar buraco.

O Estado, representado pelo prefeito, realizava ações que aproximavam a figura política do povo, que posteriormente o ajudaria com votos e apoios políticos. Isso não é raro de acontecer nas cidades brasileiras e é resultado de uma cultura clientelista e populista de governo. Nesse sentido,

Entendemos por *clientelismo* o movimento que confunde o ato de votar com a afinidade pessoal, diretamente criada, hoje por herança, por motivos de gratidão ou interesses, mas também por outras razões menos íntimas, como as afinidades éticas, estéticas, gremiais (SANTOS, R., 1993, p. 71).

Ainda segundo Santos R., a respeito do populismo:

Este tem por base agradar ao eleitor pelas mais diversas maneiras, com promessas de mudanças, setoriais ou localizadas, exercendo, dessa forma, um aliciamento dirigido a grandes grupos de pessoas, às vezes parcelas consideráveis das massas. Uma promessa aqui e outra ali, segundo peculiaridades do lugar ou dos seus habitantes, podem comover multidões, sem, todavia, obrigar os candidatos e partidos a oferecer um programa coerente (idem).

Complementando a discussão, Maricato afirma: “A essência do populismo consiste em reconhecer a questão social, mas dando a ela um tratamento paternalista e simbólico que nega a auto-organização dos trabalhadores” (MARICATO, 1997, p. 35). E ainda que muitas das obras realizadas pela prefeitura no espaço estudado tenham sido feitas de forma incompleta ou de maneira não bem planejada, como comprovam os projetos analisados, as pessoas não recordam ou enfatizam isso, mas apenas o fato do governo da época ter intervindo. É verdade, como já foi dito, que algumas das ações foram fundamentais para certas melhorias, mas não se pode deixar de discutir que muita coisa ficou por fazer ou melhorar. A moradora\_10 expõe:

[...] primeiro veio a questão da infra estrutura tirando aqueles barracos dali, relocando aquelas pessoas e depois foi feita a pavimentação, água, esgoto. Eles tinham uma vida de miséria. Tudo no período de Ronaldo Cunha Lima e primeiro governo de Cássio. Tudo que nós temos de melhoria nesse Buraco da Jia antigo foi feito por Ronaldo. Ronaldo calçou até as vielas, até os becos, porque o povo vivia numa situação de miséria.

A fala da moradora reflete um pouco do que constava no projeto e o que ocorreu no local. Quando afirma que os moradores viviam na miséria, ela mostra que a ausência de serviços ali era gritante e houve a intervenção de Ronaldo Cunha Lima, político que passou a ser a figura mais “adorada” naquele local. De acordo com alguns moradores:

1. A maioria desse povo aqui desse Buraco tudinho vota nele, a Rosa Mística quase inteira é dos Cunha Lima, ali foi um pai que a gente não teve, porque ele num só fez pela pobreza não, fez por todo mundo; Eu sei que ele foi um pai pra gente. É por isso que a população da Rosa Mística quando é tempo de eleição todo mundo vota nele. [...] nos Cunha Lima.

(Moradora\_16, L. B. S, Do Lar de 46 anos, mora no local há 40. Entrevista realizada em: janeiro de 2013);

2. Ele foi muito bom, muito bom, muito bom. É por isso [...] que eu não deixo de votar no Cunha Lima nem quando eu morrer, que eu ainda morrendo tô com pensamento neles porque ele fez muita coisa boa aqui (moradora\_8).

Nota-se, através da fala das moradoras, que naquele espaço havia (e há) uma espécie de “paternalismo” em relação à figura do antigo prefeito. “[...] a Rosa Mística quase inteira é dos Cunha Lima” é uma afirmação que demonstra como os indivíduos do cenário político da cidade, na época, ‘ganharam’ a confiança do povo, a ponto de a moradora afirmar que aquele espaço é deles. O voto poderia ser dele, a simpatia também, mas o espaço é do povo e ele precisa estar consciente disso!

Essa falta de consciência preocupa porque ganhando a simpatia do povo, basta que os governos façam apenas algumas obras para que essas pessoas fiquem “satisfeitas”. Para tanto, muitas vezes, o Estado passa por cima de regulamentações, a exemplo do que ocorreu quando houve as ocupações ilegais no entorno do Buraco da Jia. Não se pode deixar de enfatizar que o Estado não fez nenhum favor a esses moradores porque todos têm o direito de viver dignamente. Se não fosse o prefeito de então, teria que ser outro (representando o Estado) a fazer isso. Ou aquelas pessoas iriam ainda estar vivendo naquelas condições há mais de meio século?

Os moradores que não compartilham da ideia que o grupo “Cunha Lima” foi “bom” para o local são alvo de algumas “retaliações” por parte dos demais. A respeito da atuação da família no local, uma antiga liderança comunitária (A. C. A, aposentado de 70 anos, mora no local há 45. Entrevista realizada em: janeiro de 2013) afirma: “A comunidade ficou sofrida, num desprezo total aí, mas acha que Ronaldo foi o pai de criança. Ronaldo [...] afavelou aí pra nunca mais prestar, porque nunca mais veio ninguém pra fazer isso aí não”. Quando fala desse “afavelamento”, a pessoa se refere às ocupações ilegais que foram surgindo no entorno e tiveram apoio, segundo os próprios moradores, da gestão da época. Há que se ponderar que, de fato, houve muita repercussão a respeito dessas ocupações porque elas foram aumentando, com pouca ou nenhuma infraestrutura. Mas, ainda assim, as pessoas recordam-se apenas das obras feitas na ocupação inicial na década de 1980, sem atentar para o que se deixou de fazer e para o que poderia ter sido melhorado.

Na verdade, as pessoas “culpam” as gestões que seguiram e que não “olharam” para o local. Constata-se que essas gestões também possuem sua grande parcela de culpa, em relação à ausência de algumas ações no local, mas os moradores acreditam que os problemas atuais são de responsabilidade apenas das gestões mais recentes, a exemplo da do ex-prefeito

Veneziano Vital do Rêgo. Pode-se verificar isso na fala da moradora\_11: “[...] tem oito anos que a prefeitura não fez nada aqui, infraestrutura, iluminação pública [...]”.

Mesmo considerando a corresponsabilidade das gestões sobre os problemas daquele espaço, pode-se afirmar que, de fato, a Rosa Mística é um dos espaços que quase não recebeu investimentos relevantes (esse se resumiram a serviços básicos, como coleta de lixo), por parte da prefeitura na última década. De acordo com uma das ex-lideranças do local, “[...] esses que estavam no poder não faziam benefício pra lá porque não tinham voto pra lá” (J. C. S, aposentado de 76 anos. Entrevista realizada em: janeiro de 2013). Ou seja, o fato de grande parte dos moradores do local se declarar eleitor do partido adversário dessa última gestão, fez com que a comunidade, mais uma vez, não tivesse apoio do poder público. As divergências políticas prejudicam os indivíduos que, necessitados de investimentos, ficam a mercê das vontades e “caprichos” de políticos que ora são “amigos”, ora “inimigos” do povo e entre eles. Em face desses jogos políticos, as maiores prejudicadas são as pessoas. A moradora\_11 expõe a situação na Rosa Mística a esse respeito:

Quando passou a misturar político e comunidade aí o negócio desandou. Quando partiu [...] o grupo tal é uma cor, o grupo tal é uma cor, aí o negócio dividiu, as pessoas não sabem mais se unir em prol de toda comunidade, é cada cá por si. A gente era uma comunidade que tinha uma integração, não existia divisão, como foi os Cunha Lima que fez a infraestrutura, que mudou o nosso dia a dia, que deu um apoio de sobrevivência a gente, né? E higiene também que a gente precisava, aí era roxo e realmente nunca a Rosa Mística foi reivindicada alguma coisa pra não acontecer, se a gente pedisse um orelhão, ele chegava, quando mudou de prefeito, cor A e cor B [...] aí começou a divisão, aí começou as pessoas arrumarem emprego público, né? prestação de serviço e começou a ser subordinado. Então quando as pessoas são subordinadas o negócio não anda.

A citação da pessoa acima mostra claramente como ocorreram (ocorrem) as situações de clientelismos na Rosa Mística. As pessoas de determinado espaço têm certa integração, buscam as mesmas coisas, mas quando as vantagens pessoais passam a surgir, os indivíduos tendem a abandonar a causa coletiva em prol de si mesmo. Isso é bastante incentivado pelos políticos que, em troca de favores, empregos públicos, ganham a confiança, o voto e o apoio dessas pessoas. É o que ocorre no espaço estudado. Existem aquelas pessoas que nutrem uma espécie de “paixão” em relação a alguns políticos e isso reflete nas eleições.

No local, a questão de disputas por partidos políticos é tão forte que há moradores que brigam e enxergam com maus olhos aqueles que discordam da sua vontade partidária. Muitos acreditam que a forma de mostrar gratidão pelo que foi feito e de almejar possíveis melhorias para o futuro é nas urnas, através do voto. E aqueles que discordam, nem sempre tem o respeito dos demais.

Finalmente, no que se refere às obras executadas no “Buraco da Jia”, em termos concretos, pode-se afirmar que uma das realizações mais importantes foi a canalização de parte do Riacho das Piabas que auxiliou na minimização dos problemas de saúde do local, além de melhorar as condições sanitárias da área. No entanto, a parte do riacho que ficou sem canalização ainda hoje causa problemas, como já foi salientado. Depois que o governo doou as casas para os moradores que viviam nas margens do riacho, outras pessoas chegaram para morar ali, tendo em vista os problemas habitacionais que atingiam e atingem as cidades brasileiras, a exemplo de Campina Grande. Para Rolnik (2006, p. 200):

O drama da multiplicação desses habitats precários, inacabados e inseguros vem à tona quando barracos desabam, em consequência de chuvas intensas, e quando eclodem crises ambientais como o comprometimento de áreas de recarga de mananciais em função de “ocupação desordenada”.

É exatamente isso que existe ainda hoje na Rosa Mística. Quando ocorrem chuvas de maior intensidade, o canal transborda e muitas casas são alagadas, fato que obriga as famílias a irem para abrigos provisórios mantidos pela prefeitura. A última ocorrência mais grave aconteceu em 2011, quando algumas casas desabaram depois de fortes chuvas (fotografia 10).

Fotografia 10 – Casas construídas no curso do Canal das Piabas e derrubadas pelas chuvas ocorridas no 1º semestre de 2011.



Fonte: Pesquisa de campo (Maio/2011).

A falta de alternativas possíveis de acesso à moradia leva pessoas a ocuparem espaços impróprios para habitação. Esses espaços, entretanto, são mais baratos e mais acessíveis. E quanto mais barato, menor tende a ser a qualidade do terreno e da própria habitação e, conseqüentemente, maiores tendem a serem os problemas. A falta de capacidade de pagar por melhores habitações aliada à omissão/ação incompleta do Estado nesses espaços resulta na crescente ocupação de áreas não aptas à moradia.

Dando continuidade à exposição sobre as obras do Estado no local, algumas melhorias foram realizadas, como rede de esgoto e de água, que, ao contrário do que consta no projeto, poucas pessoas tinham acesso. Essas melhorias, porém, com o tempo mostraram-se insuficientes para as pessoas que viviam ali e para as que chegaram posteriormente para morar. Cabe ressaltar, finalmente, que o projeto de “urbanização” e as ações do Estado naquele espaço, mostram-se insuficientes e ineficientes, pois transformações essenciais como a regularização fundiária que deveria seguir as intervenções urbanas não foram realizadas. Segundo Maricato (2003b, p. 163),

[...] o desenvolvimento urbano incluído exige que se atue em dois eixos: urbanizar e legalizar a cidade informal conferindo-lhe melhor qualidade e o *status* de cidadania e produzir novas moradias para aqueles que, sem outras saídas e recursos técnicos ou financeiros, invadem terras para morar.

Urbanizar, dotar de alguma infraestrutura é um começo, mas não pode ser o fim, deve vir acompanhando de ações, como a regularização, que significa melhorias não só estruturais, mas também sociais. Nesse contexto, Maricato (2003b, p. 163) continua:

A regularização jurídica completa a melhoria das condições sociais já que confere mais estabilidade e segurança ao morador que pode até passar a livrar-se de uma condição penosa de morador de favela, condição essa que interfere nas chances de obtenção de emprego, crédito e até salários

A ausência de regularização jurídica ocorre em vários contextos, até mesmo naqueles onde pessoas com alto poder aquisitivo possuem imóveis, terras. A diferença é que nos espaços mais pobres os moradores vivem em condições de instabilidade. Segundo informações, a situação jurídica da maior parte da Rosa Mística encontra-se ainda hoje de forma ilegal. Consta que a área ainda é constituída de loteamentos clandestinos, uma vez que os loteamentos realizados há anos não foram regularizados. Nesse caso, percebe-se que o trabalho do Estado foi realizado com lacunas, pois apenas o processo de “urbanização” não faz sentido se junto com ele não for pensada uma transformação no aspecto jurídico fundiário da área.

#### **2.4 Surge a primeira “favela”: processo de ocupação e reprodução contínua das ocupações irregulares pós intervenções do Estado.**

O problema habitacional não é recente e, muito menos, de simples resolução. Ele está refletido em vários contextos históricos e espaciais, a exemplo das cidades brasileiras nos dias atuais. Campina Grande é um exemplo de cidade que vem passando, há um bom tempo, por dificuldades de acesso à moradia. Esses problemas dizem respeito à falta de condições da

população mais pobre de pagar por uma moradia ou mesmo por um aluguel, bem como se refere aos altos preços dos mercados imobiliário e fundiário, pois é importante lembrar, mais uma vez, que moradia digna inclui, também, a posse segura da terra.

Os altos valores somados à falta de condições de pagar por eles, além de outros problemas, como corrupção, má gestão do dinheiro público, geram, muitas vezes, discrepâncias no acesso à habitação. Tendo em vista todos esses problemas, Campina Grande passa, na década de 1980, por dificuldades econômicas que refletiram no social. Nessa década, os problemas já existentes se intensificam, uma vez que a cidade também havia crescido em malha urbana e população. O problema era generalizado e refletiu na cidade, como pode-se ver a seguir:

[...] a partir de 1979, os reflexos da chamada “Crise do Milagre” (que, entre outros fatores, gerou: profunda redução dos atrativos incentivos fiscais aos investimentos do Nordeste; redução dos financiamentos bancários e aumentos exorbitantes nas taxas de juros bancários; aceleração do processo inflacionário e, conseqüentemente, aumento constante dos preços das matérias-primas, redução do capital de giro para repor estoque, etc.) se fizesse sentir no setor industrial de Campina Grande, com o início de desaceleração da sua economia, que culminou com o fechamento de importantes indústrias locais e de outras regiões, instaladas no parque industrial campinense (SILVA, 1987, p. 53, 57).

Essa crise (do Estado, como já discutido anteriormente) afetou, sobretudo, a classe trabalhadora no Brasil e em Campina Grande não ocorreu de maneira distinta. Um dos reflexos dessa crise foi a problemática habitacional, maximizada na época. Assim, no mesmo período (final dos anos de 1980) da execução do projeto da prefeitura no Buraco da Jia, tiveram origem no local as primeiras ocupações de terrenos públicos. Essa expansão da área seguia uma tendência de aumento do processo de urbanização da cidade (mapa 04).



[...] sem poder aquisitivo para comprar a moradia no mercado imobiliário privado, sem oferta significativa de moradia subsidiada financiada pelas políticas públicas, incapaz de atender ao aumento dos alugueis, a massa trabalhadora urbana recorre à compra do terreninho irregular, ou constrói no terreno de parentes ou invade terras que em geral são públicas (MARICATO, 1997, p. 50).

O acesso ao mercado imobiliário formal é praticamente impossível para aqueles que ganham mal ou mesmo não possuem trabalho. As opções que lhes restam não são as mais aprazíveis, mas são as únicas possíveis, tendo em vista o concorrido e dispendioso mercado privado. Essas ocupações ilegais ocorridas nas proximidades da ocupação inicial da Rosa Mística caracterizavam-se, sobretudo, pela precariedade, como afirma uma das moradoras da ocupação inicial dos terrenos:

Aqui era um pedaço muito feio, era só pedaço de plástico, aquelas cabaninhas, era pedaço de lona, quem tinha condição comprava lona, quem não tinha fazia de plástico, era pedaço de pano e a gente socado lá dentro, arrancando mato com mão (Moradora 17, M. L. R, desempregada de 46 anos, mora no local há 23. Entrevista realizada em: janeiro de 2013).

As dificuldades da época podem ser representadas através da fala da moradora. A falta de acesso não apenas à moradia, mas a espaços públicos com infraestrutura adequada, era uma constante nesse espaço, ocupado sem as mínimas condições de sobrevivência, mostrando-se inapto à vivência humana. No entanto, mesmo nessas condições, o espaço foi ocupado e os motivos que levaram essas pessoas a ocupar são inúmeros, pois cada realidade é particular, mas dentre eles uma das motivações que mais pesou foi o desemprego, como se observa na fala da moradora\_17 a respeito da decisão de ocupar o local:

Era cinco pessoas e cinco pessoas que a gente tá muito necessitada e quando a gente tava muito necessitada, marido desempregado a gente sem ter onde morar mesmo, a gente fez isso aí. Aí com o tempo o pessoal foram invadindo, foram invadindo, chegaram até longe.

Esse grupo de pessoas cujas oportunidades de emprego e moradia lhe eram subtraídas deram início ao processo que foi sucedido por outras pessoas. Pelo que se sabe, o terreno era pertencente à prefeitura e, segundo a moradora\_17, “[...] esse pedaço da invasão era só mato, então a gente se reunimos cinco pessoas na minha casa e procuramos saber se o terreno era da Prefeitura, então era sim, então nós combinamos [...] e nós invadimos isso aqui”.

Naquele momento ocorreu a ocupação nos terrenos da prefeitura que estavam destinados à construção de equipamentos de uso coletivo. Dessa maneira, os moradores ocuparam uma parte e só posteriormente ocorreu a construção de alguns equipamentos. A moradora\_17 conta como foi que os moradores procederam depois de ocuparem o terreno:

Depois que nós invadimos, com dois dias, a gente fomos na casa de Ronaldo [...] e a gente disse a ele que tinha invadido, aí ele disse assim: ‘você vão ter que sair’. Então ele falou assim: ‘Olhe, eu vou olhar se isso daqui é da prefeitura, se for então eu dou um cantinho pra vocês ficar e então ali vocês não podem ficar’, tá certo a gente ficou, aí foi a reunião e quando chegou lá realmente era da prefeitura, aí então ele disse assim: ‘você construam de taipa porque isso aí vai sair [...] não construam agora de tijolo não porque a gente vai tirar aquilo ali, a gente não vai deixar vocês ali não, a gente vai botar vocês em outro lugar’.

O então prefeito autorizou que as ocupações permanecessem, mesmo sabendo que os terrenos eram de domínio público e, além disso, prometendo que, posteriormente, o problema seria resolvido e as pessoas seriam retiradas para outro local. Isso não ocorreu, ao contrário, as pessoas permanecem ainda hoje, muitas em condições de pobreza, no entanto, bem menores que naquela época. Naquele período, entretanto, as ocupações foram incentivadas através de doações de materiais, terrenos públicos, entre outros. Todo esse processo é relatado ainda hoje pelos moradores, conforme expõe a moradora\_16:

Foi Ronaldo que me deu. Ele deu o terreno, aí a casa eu fiz e eu tinha outra casa aí, aí ele me deu todo o material, até a instalação ele me deu. [...]. Aí se juntou um monte de gente, foi lá, aí ele disse: ‘não, não se preocupe não’ e era tempo de eleição, sabe? [...] ‘com o tempo eu vou ajeitar as casa de vocês’ porque era tudo casinha de taipa. Ele tava pra ser candidato, ele já era, ele tava pra passar pra outro cargo. Ele deu ‘meio mundo’ de terreno ao pessoal.

Para esses políticos era mais “fácil” e bem mais proveitoso agradar as pessoas com essas doações do que resolver o problema de uma forma séria. Essa última opção não era garantia de votos, mas, possivelmente, de mais reivindicações. Sobre essas ocupações ilegais (e doações de terrenos por parte do poder público), que ocorreram na cidade da década entre 1985 e 1995 foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada pelo Requerimento Nº 1.197/95. Essa comissão teve como presidente Guilherme Almeida; foi relator Assis Costa; e teve Vicente Gouveia como membro, e data de maio/junho de 1995. O documento que foi resultado dessa Comissão comprova o que foi relatado pelos moradores. A respeito dessas ocupações, o documento expõe:

Sem muita diferença das demais áreas ocupadas com a direta conivência do Poder Público na confluência dos bairros Conceição, Rosa Mística e Louzeiro, a situação não foi diferente. Essa comissão visitou in locu a continuação da rua Severino Verônica (Avenida Canal) no Louzeiro e lá nos deparamos com a construção de 20 a 25 casebres no leito da referida artéria. Muitas destas casas foram beneficiadas com água e energia, como formula (sic) de estímulo às invasões. [...] nesta área pública foram identificadas muitas famílias reconhecidamente pobres (CPI, 1995, p. 14).

A área citada no trecho acima não corresponde ao espaço da primeira ocupação, mas diz respeito às ocupações ilegais que seguiram. Pode-se perceber que a maneira pela qual

essas ocupações ocorreram foi semelhante. Um dos principais aspectos dessa semelhança é que elas foram incentivadas pelos representantes do Poder Público. Sobre essa discussão, a moradora\_17 afirma:

[...] esse terreno aí que ele deu a gente era um resto de terreno pra fazer, parece que era escola, creche, aí quando a gente invadiu num tinha essa escola, num tinha essa creche, num tinha esse posto policial, aí disseram ‘não, vocês não podem ficar aqui, porque vai fazer creche, vai fazer escola, isso e aquilo outro a disse: não, o terreno é grande a gente vai dividir’, aí foi dividiram tudinho, ‘daqui pra cima vocês podem fazer, daqui pra cima vocês não podem fazer que vai ficar o terreno pra fazer a creche, fazer esse colégio [...] e o posto policial e o posto médico, porque quando a gente invadiu não tinha nada disso aí. Aquelas casas ali tudinho foi Ronaldo Cunha Lima...

O fato de terem ocupado um terreno que seria destinado à instalação de equipamentos coletivos, que trariam melhorias para os moradores dos bairros como um todo, mostra como o Estado pouco se preocupou com os moradores de forma geral, buscando “resolver”, de forma errônea, os problemas de alguns em detrimento do bem coletivo. A esse respeito, o documento da CPI expõe:

Da forma como os últimos administradores procederam as doações indiscriminadas das áreas públicas reservadas a equipamentos comunitários a áreas verdes, simplesmente privaram a população de todos os bairros da cidade de contarem com uma praça pública ou área de lazer e recreio [...] (CPI, 1995, p. 03).

Conforme a citação, as áreas de lazer da cidade, de fato, são escassas. Muitos terrenos públicos (inadequados à moradia) foram doados e ocupados de maneira irregular. O problema da moradia requer posicionamento muito mais sério do que a permissão da construção em áreas públicas e insalubres. Os políticos, visando votos, tendem a tentar “solucionar” um problema criando outros maiores. No período abordado na CPI, além de haver esses incentivos do governo municipal, havia de outra parte o abandono, pois ao passo que uma pessoa “ganhava” um material, um terreno, o grupo de moradores deixava de receber benefícios maiores, a exemplo de moradia de qualidade, escolas e emprego. Sobre as condições estruturais dessas moradias, uma das primeiras moradoras a ocupar os terrenos afirma:

Os barracos eram tudo de taipa, no começo era tudo de taipa, aí depois, com o tempo, a gente fomos ganhando os materiais e fomos fazendo as casa, aí de repente ele viu que a gente não tinha condição de pagar pedreiro, ele foi e mandou um mutirão [...] aí eles mesmo foram construindo pra gente, aí começou a construir, construir, aí tá aí a favela até hoje (moradora\_16).

Por se tratar de um período eleitoral, essas negociações do Estado para com os moradores aconteciam de forma mais intensa, pois, como se sabe, nesses períodos aumentam as investidas de políticos que, em troca de votos, oferecem “favores”. Comprovando o que foi exposto, lê-se em outro trecho do documento da CPI:

Nessa invasão os ocupantes contaram com a conivência do Poder Público Municipal, já que, em período eleitoral, pessoas ligadas a Prefeitura Municipal, além de fazerem “vista grossa” com as edificações irregulares, forneceram material de construção e mão de obra (CPI, 1995, p. 15).

No caso das ocupações analisadas, assim como outros espaços que constituem a Rosa Mística, esses favores são ainda hoje retribuídos por aqueles que acreditam que a figura que auxiliou nesse processo fez apenas benesses. Os moradores são gratos ainda hoje e se sentem na obrigação de serem “fiéis eleitores”, tendo em vista o passado:

Teve muito prefeito aqui que não fizeram nada aqui, mas Ronaldo e o filho dele, Cássio, fez, fez muita coisa por aqui [...] Primeiro fez esse calçamento, né? E sempre tem um cuidado com a limpezazinha [...] Isso aí foi o serviço melhor que eles fizeram por a gente: isso aí era uma galeria aberta [...] aí embutiram tudinho, botaram essas caixas, melhorou demais, viu? No tempo de Dr. Ronaldo Cunha Lima (Morador\_18, V. P. A, aposentado de 83 anos, mora no local há 20 Entrevista realizada em: janeiro de 2013).

Como desde o início das ocupações, pai e filho, Ronaldo e Cássio Cunha Lima, foram os prefeitos que mais se relacionavam com aqueles moradores, esses últimos tem nos primeiros a figura de políticos solidários. E, mesmo que essas ações tenham se dado apenas uma vez, as pessoas não esquecem, pois outros gestores não mantiveram uma aproximação tão perceptível com esses moradores. Sobre a figura e o prestígio de Ronaldo Cunha Lima na cidade, temos a exposição de Mello (2010, p. 161), que afirma que a liderança de Ronaldo

[...] atravessou incólume os anos de chumbo. Tal se deveu ao carisma da personalidade e esforços do irmão Ivandro, sustentáculo da oposição campinense, em momentos difíceis. Ao recuperar os direitos políticos em 1979, pretendeu lançar-se governador em 1981, mas os amigos o aconselharam a optar pela Prefeitura de Campina Grande. Esta, exercida de 1982 a 88, serviu de trampolim para o Governo do Estado, alcançado em 1990. Quatro anos depois, elegeu-se senador. Com a ajuda do filho, Cássio, deputado federal e, por três vezes, prefeito de Campina Grande, manteve sólido controle sobre essa cidade e o chamado compartimento da Borborema.

A simpatia do povo por esses políticos não se resumia ao espaço do Buraco da Jia, mas era (e ainda é) característica de grande parte da cidade como um todo. E nos bairros isso era refletido de forma mais intensa como ocorreu na área analisada. Esse fato leva as pessoas, muitas vezes, a endeusarem e atribuir todo e qualquer “avanço” daquele espaço a essas figuras. Claro que se não houvesse ação por parte de algum representante político, as pessoas

estariam ainda vivendo em condições de maior precariedade, mas não se pode admitir que essas intervenções foram suficientes. Ao contrário, elas deixaram muito a desejar, porque ao mesmo tempo em que melhorou para uns, outros não tiveram benefícios semelhantes, sobretudo os que passaram a morar na Rosa Mística depois.

Uma intervenção bem feita, bem planejada, requer que se pense em relação ao presente e ao futuro. Porém, o que se vê ainda hoje é que alguns problemas de fácil resolução permanecem no local, como a falta de incentivo para os jovens, através de cursos, empregos, entre outros. Mesmo em meio a todas essas dificuldades, a ocupação foi crescendo e se consolidando, juntamente com a ocupação inicial da Rosa Mística. Hoje, percebe-se que ainda falta muito para que o local melhore de fato, mas também é possível notar que os moradores conseguiram algumas conquistas com os seus próprios esforços.

Muitas casas mudaram, foram reformadas, as pessoas conseguiram empregos melhores, embora os jovens ainda hoje vivam, em sua maioria, na ociosidade, realidade que estimula a entrada de alguns desses indivíduos no mundo das drogas e do crime. Não se pode negar que muita coisa foi modificada, mas o Estado foi omissivo em relação a muitos aspectos e, nos momentos em que agiu, o fez de forma errônea, através do clientelismo, sobretudo, e deixando sérias lacunas.

A gestão subsequente à de Ronaldo Cunha Lima, do seu filho Cássio Cunha Lima, também se comportou de maneira bastante equivocada dando continuidade às ações que o seu pai tinha realizado, através da troca de benefícios pessoais por votos e fidelidade partidária. Como prova dessa situação, uma moradora\_17 do local coloca que

[...] quando foi outro tempo que Cássio já passou a prefeito, já foi outra coisa, que ele tomou conta de tudo, aí eu procurei Cássio, aí Cássio disse: ‘não, construa sua casinha de tijolo e entre pra dentro, aí eu fiquei um tempo, muito tempo, aí depois eu fui e conversei com ele e disse a ele que ia fazer o documento da casa, porque eu tava precisando do documento da casa, aí ele disse que eu podia fazer. .

O governo municipal de então deu continuidade às resoluções pontuais dos problemas, pois autorizou mais uma vez que as pessoas continuassem morando, mesmo que sem nenhum apoio, além das trocas de favores. Muito foi modificado naquele espaço, não só pelas “mãos” dessas gestões, mas também pela luta dos moradores que, muitas vezes individualmente (aí também reside um equívoco, pois juntos os moradores teriam muito mais força) lutaram pelas melhorias do seu espaço privado. Essas transformações foram possíveis através da mudança do contexto em que se encontrava não só aquele espaço e seus moradores, mas também a cidade. Sobre essas modificações, a moradora\_16 afirma:

Antigamente o pessoal era mais pobre, hoje em dia já melhoram, né? Já tem emprego, os filhos já cresceram, já arrumou emprego [...] A maioria do povo que sobreviveram ali hoje pode dizer que tem uma vida de rei, porque antigamente tinha dia ali que gente que tinha dia que não tinha nenhum prato de comida pra comer. Era situação difícil.

O emprego foi o principal responsável por certas melhorias no local, segundo os moradores. E, realmente, as pessoas só puderam passar a investir nas suas casas, modificá-las, de alguma maneira, quando tiveram acesso a empregos, porque antes a situação era precária e elas contavam apenas com ajudas pontuais do Estado, além do auxílio da Igreja, em alguns momentos. Afirma a moradora\_16 que: “Os padres ajudam assim: às vezes quando o pessoal tava necessitado, eles iam lá e davam uma feirinha, de tudo dava um pouquinho [...]”. Então, tanto na parte da ocupação inicial como nessas novas ocupações ilegais e nas que viriam surgir, a Igreja teve um papel importante ao auxiliar aqueles que precisavam de ajuda, em relação à moradia e alimentação, por exemplo.

No que concerne ao status jurídico dessas ocupações do final da década de 1980, pode-se afirmar que, ainda hoje, continua como no início da ocupação: os terrenos pertencem ao poder público. Mas existem algumas exceções nas quais os moradores conseguiram fazer escrituras e colocar o imóvel no seu nome. Como constata um dos mais antigos moradores, “a prefeitura nunca deu documento a ninguém pra nada aqui não [...]”. Apesar de a promessa ter sido feita. “Mas Dr. Ronaldo falou: ‘com um tempo a gente vai fazer um documento’” (Morador\_18).

No caso, além da prefeitura ter feito intervenções pontuais e com metas eleitoreiras perceptíveis, não realizou nenhuma outra ação que melhorasse de fato e por completo (ou em grande parte) aquele espaço. Os moradores permanecem até hoje sem documentos que comprovem que esses terrenos foram “doados” e sem nenhuma garantia nesse sentido. O espaço caracteriza-se, então, pela ilegalidade, uma vez que as pessoas não possuem comprovações documentadas de posse da terra.

Tendo em vista a omissão do governo e, em outros momentos, as ações parciais do mesmo, novas ocupações irregulares foram surgindo no local e o espaço da ocupação inicial passou a conviver com novos tipos espaciais. Esse processo comprova as discrepâncias de acesso à habitação e à terra por parte das pessoas. Enquanto em Campina Grande cresciam os investimentos em condomínios fechados, residências de boa qualidade em espaços “aprazíveis” do ponto de vista imobiliário, em outros espaços, como o da Rosa Mística, cresciam o número de habitações precárias, no interior de terrenos públicos ou inapropriados à moradia. Segundo Corrêa (1987, p. 81),

Em relação às áreas residenciais, há bairros apazíveis e faraônicos, habitados por uma população de alto nível de renda [...] que a par das belas e luxuosas residências, dispõem de uma boa infra-estrutura e serviços adequados[...]. Em oposição a estes bairros, há outros habitados por uma população de baixo nível de renda [...]. Tanto os conjuntos habitacionais como as casas autoconstruídas localizam-se na periferia do espaço urbano, em áreas precariamente dotadas de infra-estrutura e serviços, e de baixo preço da terra.

Esse processo de diferenciação socioespacial se faz cada vez mais presente nas cidades. A história, os investimentos públicos espacialmente desiguais e os valores das terras urbanas são alguns dos fatores que podem nos ajudar a entender essas discrepâncias. Cabe, nesse momento, afirmar que, durante os anos que sucederam a década de 1980, muitas pessoas passaram a morar na Rosa Mística e alguns problemas, sobretudo aqueles relacionados à habitação, foram piorando nesses espaços. De acordo com Maricato (2003b, p. 161), “a população moradora de favelas cresce mais do que a população urbana”.

Conforme exposto, nas décadas que sucederam os anos 80, novas ocupações surgiram naquele espaço. Umas em terrenos da prefeitura, outras em terrenos de propriedade privada. No primeiro caso, raras foram as vezes que houve alguma intervenção do Estado, visando coibir ou melhorar tais situações. No segundo caso, houve, em certo momento, algum conflito, mas foi pontual e, uma vez que as pessoas que haviam ocupado o local saíram, não houve mais conflitos. Nesse sentido, de acordo com Ermínia Maricato:

A ocupação ilegal como as favelas são largamente toleradas quando não interferem nos circuitos centrais da realização do lucro imobiliário privado. Se, de um lado, o crescimento urbano foi intenso durante décadas, e o Estado teve dificuldades de responder às dimensões da demanda, de outro, a tolerância para com essa ocupação anárquica do solo está coerente com a lógica do mercado fundiário capitalista, restrito, especulativo, discriminatório e com o investimento público concentrado (Maricato, 1999) (MARICATO, 2003, p. 159).

Se as terras ocupadas não são de interesse do Estado e de nenhum grupo ligado ao mercado imobiliário privado, essas ocupações tendem a ser toleradas, ao passo que são esquecidas pelo poder público. Diante do debate, os moradores que chegavam ao Buraco da Jia para morar passaram por muitas dificuldades, muita precariedade. O espaço que compreendia as ocupações foi crescendo e hoje quanto mais recente a ocupação na comunidade, mais precárias são as condições de vida dos habitantes. As ocupações mais antigas encontram-se “melhor” estruturadas, uma vez que a ação dos moradores foi capaz de prover certas melhorias. O Estado, ao contrário, que se mostrou ausente em grande parte desse processo, se faz presente apenas em épocas de eleições.

A continuidade das ocupações na década de 1990 foi reflexo, entre outros fatores, do momento de crise em que vivia o Brasil e a cidade de Campina Grande. Em termos gerais e

sem pretender desenvolver uma análise específica sobre essa crise, entendendo que esse debate excederia os objetivos da presente pesquisa, ela pode ser resumida nas palavras a seguir: “A recessão que seguiu nos anos 80 e 90, quando as taxas de crescimento demográfico superaram as do crescimento do PIB [...], trouxe um impacto social e ambiental, ampliando o universo de desigualdade social” (MARICATO, 2008, p. 21/22).

Esse impacto foi refletido nos espaços urbanos dos municípios, e resultou em mais problemas sociais, dentre os quais o da habitação que figura como um dos principais. A respeito dos efeitos da década de 1990 em Campina Grande, Costa e Maricato ressaltam:

Os anos noventa se caracterizam pela ausência de políticas públicas de produção de residências populares na cidade, típica do modelo neoliberal adotado pelo país, no qual o Estado se ausenta das políticas sociais. Situação que não se torna ainda mais grave em Campina Grande devido à pequena taxa de crescimento que vem apresentando (COSTA, 2003, p. 74).

Nessas décadas, conhecidas como “décadas perdidas”, a concentração de pobreza é urbana. Pela primeira vez em sua história, o Brasil tem multidões, que assumem números inéditos, concentradas em vastas regiões – morros, alagados, várzeas ou mesmo planícies – marcadas pela pobreza homogênea (MARICATO, 2008, p. 22).

A década de 1990 já surge num contexto de crise e, nesse cenário, a política habitacional é um das que continuam sendo deixadas de lado pelo poder público, como pode ser visto até os dias atuais. Campina Grande via, nesse momento, sua malha urbana e número de ocupações irregulares crescerem sem a devida atenção dos poderes públicos, conforme Costa.

Exemplo desses espaços citados por Maricato especificamente na cidade de Campina Grande foi a Rosa Mística que, mesmo após anos de existência, ainda na década de 1990 (e nos dias atuais) possuía problemas gritantes concernentes à moradia e que tendem a crescer, caso os representantes políticos do povo continuem a fazer vista grossa ou a tratar o problema com ações pontuais.

Percebe-se que o posicionamento do Estado (de ausência) em relação ao problema, se deu porque aqueles moradores afetados não estavam inseridos nos grupos de classe média e alta da cidade, mas se tratava de trabalhadores, de imigrantes, de novos cidadãos pobres. Enquanto essas pessoas sofriam sem moradia adequada, passando por problemas que iam do social ao ambiental, outros espaços da cidade passavam por processo oposto, como afirma Costa (2003, p. 75):

Se por um lado há a ausência de políticas habitacionais em todos os níveis governamentais, com o crescimento da autoconstrução desordenada nos bairros periféricos, há também o surgimento das periferias de luxo (Mirante, Bairro das

Nações), inclusive com a implantação do primeiro condomínio horizontal, seguindo o estilo dos grandes centros do país.

Nesse contexto, o que pode ser visto em Campina Grande e outras cidades brasileiras é a produção paralela de espaços onde vão habitar os que têm dinheiro e de onde vão morar os mais pobres. No primeiro caso, se verifica a qualidade das habitações, não poucas vezes permeadas pelo luxo, se nota também o apoio do Estado, observando o espaço externo às residências. No segundo caso, se constata a produção de espaços desprovidos de infraestrutura ou pela sua precariedade, e sua localização em áreas inadequadas. Esses espaços raríssimas vezes contam com o apoio do Estado.

Finalmente, a ocupação mais recente do Buraco da Jia (que data dos anos 2000) encontra-se, na sua maior parte, em terreno do poder público e nas proximidades do Canal das Piabas. Está localizado também em uma Área de Preservação Permanente. Nesse espaço existe muita precariedade e, ainda nos dias atuais, muitas casas são de taipa, algumas não possuem ligação de água, esgoto e energia. Esse fato pode ser explicado a partir das palavras de Maricato (2003b, p. 159), segundo a qual:

Quando a localização de uma terra ocupada por favelas é valorizada pelo mercado imobiliário, a lei se impõe. Lei de mercado, e não norma jurídica, determina o cumprimento da lei. Não é por outra razão que as áreas ambientalmente frágeis, objeto de legislação preservacionista, “sobram” para o assentamento residencial da população pobre. Nessas localizações, a lei impede a ocupação imobiliária: margens dos córregos, áreas de mangues, áreas de proteção ambiental, reservas. Mesmo quando se trata de áreas públicas, priorizadas nos assentamentos de favelas, sua proteção contra a ocupação depende de sua localização em relação aos bairros onde atua o mercado imobiliário, legal, privado. As áreas públicas ocupadas estão localizadas, geralmente, nas periferias esquecidas.

Nesse caso, o que se leva em conta não é a necessidade de morar, de habitar dignamente, consideram-se apenas quais espaços estão sendo ocupados. E se eles forem desinteressantes para os grupos envolvidos com o mercado imobiliário, tendem a ser tangenciados, esquecidos.

Nas ocupações que ocorreram recentemente no Buraco da Jia, há muitas pessoas desempregadas. Cada família é responsável pela tentativa de alguma melhoria, pois há muito o poder público não intervém no local. Dentre os motivos da ocupação, os moradores elencam a falta de capacidade financeira de pagar pelos altos preços dos alugueis: “A gente não tem condição de pagar aluguel [...] aluguel hoje em dia você sabe que é caro, né?” (moradora\_19, T. S. A, catadora de materiais recicláveis de 36 anos. Entrevista realizada em: janeiro de 2013).

Sobre a incapacidade de pagar pela moradia (compra ou aluguel) são fundamentais as contribuições de Corrêa (1993), Maricato (1997) e Santos (1987). O primeiro autor comenta: “A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer não possui renda para pagar aluguel de uma habitação decente e, muito menos, comprar um imóvel” (CORRÊA, 1993, p. 29).

Para Maricato (1997, p. 46), “a habitação é uma mercadoria especial, que tem produção e distribuição complexas. Entre as mercadorias de consumo (roupas, sapatos, alimentos, móveis, etc.) ela é a mais cara”. E Santos R. (2008, p. 120) conclui: “a demanda é sempre maior que a oferta e mesmo os ‘barracos’ de favela, com preços regidos pelos mesmos mecanismos do mercado formal de moradia, são ainda altos para parcela mais pobre da população”.

Assim, a partir da fala da moradora e das citações dos autores, é possível afirmar que os mais pobres não têm acesso à habitação digna porque a sua capacidade de pagar é menor do que as exigidas pelo mercado. Diante dessa problemática, pode-se refletir: se os moradores têm dificuldades de realizar melhorias nas suas casas, imaginemos quão difícil seria, sem emprego fixo ou com subempregos, pagar mensalmente um alto valor pela moradia ou comprá-la por um valor exorbitante! Nesse caso, sem auxílio do Estado e sem condições próprias de melhoria, as famílias habitam onde podem pagar.

O mercado imobiliário, inclusive o informal, é bastante restrito. Com o crescimento da demanda por moradia, os valores tendem a crescer. No entanto, essa demanda nem sempre pode pagar pelos preços cobrados e passam a buscar alternativas, a exemplo das ocupações ilegais. Isso se dá, também, pela ausência do Estado que, desde muito tempo, se mostra ineficiente no planejamento e execução de políticas públicas voltadas à habitação.

A Rosa Mística é considerada pela Defesa Civil de Campina Grande como uma das áreas vulneráveis da cidade, conforme já salientado. Essa classificação se dá, sobretudo, pela existência dessas ocupações mais recentes, nas quais há casas situadas no leito no canal e outras cujas estruturas estão bastante aquém das necessidades das famílias. Essa ocupação mais recente da Rosa Mística localiza-se no bairro do Louzeiro onde há a Área de Proteção Permanente, como pode ser visto abaixo:

Na zona urbana de Campina Grande (PB) encontra-se o Sítio Louzeiro, ambiente de reconhecida potencialidade biótica, protegido por Lei Orgânica Municipal, art. 269º como área intocável de preservação permanente do patrimônio histórico documental da fauna e flora da cidade (SOUZA, *et al.* 2011, p. 93).

Nessa parte do Louzeiro, apesar de ser área de proteção, moram muitas pessoas e o local está bastante poluído, pois as pessoas não têm acesso à coleta de lixo, serviço disponível

apenas em outras partes dos bairros da Conceição e do Alto Branco. Além de faltar no local, também, uma conscientização dos próprios moradores, pois muitos ainda despejam os resíduos sólidos em locais inapropriados como o canal, fato que ocasiona enchentes e muitos transtornos em épocas de fortes precipitações pluviométricas.

Sobre as condições de vida dos moradores naquele espaço, uma liderança comunitária afirma: “Tem muita gente passando necessidade dentro da invasão” (J. A. O, liderança comunitária). Não é a toa que os maiores problemas relacionados à moradia na Rosa Mística encontram-se nessa parte. Esse espaço reflete, nos dias atuais, os problemas que há muito existiram naquele espaço e nas cidades brasileiras. A falta de uma política habitacional se expressa nesse e em outros espaços de Campina Grande. Isso demonstra que apenas ações pontuais não são/foram suficientes para que os problemas pudessem ser solucionados. Nesse caso, caberia um planejamento que contemplasse as necessidades de forma abrangente, pois micro ações não resolvem muita coisa, mas podem piorar, se embasadas em compromissos eleitorais.

No que se refere ao aspecto jurídico dessas ocupações mais recentes, é meio óbvio (dadas as condições relatadas) que esse espaço é caracterizado pela ausência de políticas de regularização fundiária, uma vez que se encontra localizado entre uma Área de Proteção Permanente e parte de terrenos públicos. Soma-se a esse fato a falta de políticas públicas eficientes voltadas às áreas vulneráveis e às questões habitacionais, problema que remonta anos e gestões passadas. O que pode ser visto hoje é resultado de muitos anos de história que, de tempos em tempos, se repete, em alguma “nova” área daquele espaço.

É nesse sentido que se critica os projetos desenvolvidos pelo poder público municipal, na década de 1980, quando as intervenções urbanas foram destituídas de programas de regularização fundiária, restringindo-se essa a algumas poucas famílias, ficando as demais desatendidas. No entanto, entende-se que nessa área analisada (a ocupação mais recente), intervenções seriam inapropriadas, uma vez que são áreas de proteção ambiental, protegidas por lei. Esse fato, muitas vezes, serve de justificativa para a ausência de políticas públicas no local. Assim, as ações de reformas não podem ser realizadas nessa área, mas outras ações, a exemplo de relocação das pessoas, a partir de um planejamento prévio, poderia ser uma saída viável.

No próximo capítulo será realizada uma discussão mais abrangente da atual configuração da Rosa Mística, das consequências dos problemas do passado nos dias atuais, bem como das melhorias que os moradores mais antigos conseguiram conquistar através da mobilidade social (Pastore, 1979) e de certas táticas, para usar um termo de Certeau (1994).

### **3. ROSA MÍSTICA CONTEMPORÂNEA: A DIVERSIDADE SOCIOESPACIAL DE UMA “COMUNIDADE” URBANA.**

Neste capítulo será realizada uma discussão a respeito da atual configuração da Rosa Mística, levando em consideração os processos socioespaciais pelos quais a comunidade passou e que foram discutidos nos capítulos anteriores. Assim, será feita uma abordagem teórica sobre cotidiano (táticas e estratégias), comunidade, mobilidade social, entre outras questões, partindo da contribuição de teóricos como Michel de Certeau, Page e Macliver, Louis Wirth e José Pastore, entre outros.

Dessa forma, o capítulo faz uma abordagem acerca dos tipos de espaços formados ao longo do tempo na Rosa Mística, levando em conta variáveis como tempo de existência, status jurídico da terra, tipos de moradia, mobilidade social, entre outros aspectos relevantes. Por fim, discute-se a respeito dos serviços e comércios existentes na comunidade e/ou no seu entorno.

Nesse sentido, o que se pretende com esse capítulo é identificar as particularidades da Rosa Mística e sua configuração socioespacial nos dias atuais, considerando os tipos espaciais, os serviços e comércios presentes naquele espaço.

#### **3.1 Apontamentos teórico-metodológicos: o cotidiano numa comunidade consolidada e diversificada.**

Para Certeau (1994, p. 41), o cotidiano é permeado pelas “maneiras de fazer” que, segundo ele “[...] constituem as mil práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sociocultural”. Essas “maneiras de fazer” ou “práticas cotidianas” dizem respeito, sobretudo, aos fazeres daquelas pessoas que se encontram inseridas nesse cotidiano, vivendo, se relacionando com seus pares, circulando. Segundo o referido autor, “muitas práticas cotidianas (falar, ler, circular, fazer compras ou preparar as refeições etc.) são do tipo “tática” (CERTEAU, 1994, p. 47). As táticas são as práticas cotidianas dos sujeitos individuais. De acordo com Certeau (1994, p. 47), a tática é:

[...] um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias.

A tática é uma ação do cotidiano, se relaciona ao dia a dia, à necessidade, à criatividade. A “tática só tem por lugar o do outro”, como afirma o autor, porque é uma ação

realizada em um contexto já estabelecido, no qual o poder do “outro” prevalece. Nesse sentido, a ação que representa esse “outro”, detentor de poder, chama-se estratégia, que pode ser definida como:

[...] o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma *exterioridade* de alvos ou ameaças [...] (CERTEAU, 1994, p. 99, grifos do autor).

A estratégia é a ação planejada do sujeito de poder. Essa ação se dá de forma hierarquizada uma vez que os “sujeitos do poder” agem de forma a decidir sobre o cotidiano, sem levar em consideração o contexto desse cotidiano, mas levando em conta sua vontade particular, isolada, exterior, como defende o referido autor. Nesse sentido, pode-se afirmar que “[...] a tática é determinada pela *ausência* de *poder* assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder” (CERTEAU, 1994, p. 101, grifo do autor). Dessa forma, a tática é realizada pelo sujeito do cotidiano e a estratégia, pelo sujeito do poder. A respeito das táticas, Certeau (1994, p. 104) afirma: “Cada vez mais as táticas vão saindo de órbita. Desancoradas das comunidades tradicionais que lhes circunscrevem o funcionamento, elas se põem a vagar por toda uma parte que se homogeneiza e amplia”. As táticas vêm ao longo do tempo diminuindo, fragilizando essas maneiras do fazer. Em muitos espaços não há mais a luta do indivíduo, a ação criativa de sobrevivência. Essa ação deu lugar às estratégias mediadas pelo poder.

Finalizada, no momento, a discussão sobre as táticas e estratégias, será feita uma discussão a respeito do conceito de comunidade, termo polissêmico e polêmico nas ciências sociais. Nas palavras de Bauman (2003, p. 07), o conceito de comunidade se refere a:

[...] um lugar “cálido”, um lugar confortável e aconchegante. É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, como uma lareira diante da qual esquentamos as mãos num dia gelado. Lá fora, na rua, toda sorte de perigo está à espreita; temos que estar alertas quando saímos, prestar atenção com quem falamos e a quem nos fala, estar de prontidão a cada minuto. Aqui, na comunidade, podemos relaxar – estamos seguros, não há perigos ocultos em cantos escuros.

Na perspectiva desse autor, a comunidade aparece como sinônimo de segurança, como se ela fosse uma espécie de proteção para os indivíduos. No entanto, não é nesse sentido que essa pesquisa se utiliza do termo comunidade, mas segundo a acepção de Wirth (1973, p. 83), para quem a comunidade diz respeito a: “Uma base territorial, distribuição de homens, instituições e atividades no espaço, uma vida em conjunto fundada no parentesco,

na interdependência econômica, e uma vida econômica baseada na mútua correspondência de interesses [...]”.

A base territorial é imprescindível ao sentido de comunidade adotado nesse estudo. Além disso, as relações que se estabelecem entre os indivíduos são fundamentais, tendo em vista a correspondência de interesses, ou seja, as necessidades são semelhantes e há trocas entre esses indivíduos. Essas trocas podem ser diversas: utilização de comércios, serviços, relações de vizinhança, entre outros. Diante da discussão, Macliver & Page consideram que:

Onde quer que os membros de qualquer grupo, pequeno ou grande, vivam juntos e de modo tal que partilhem não deste ou daquele interesse, mas das condições básicas de uma vida em comum chamamos a esse grupo de comunidade (MACLIVER & PAGE, 1973, p. 122).

Esses interesses aos quais os autores se referem, na sua maior parte, são comuns e não individuais. Nesse contexto, Wirth (1973, p. 85) afirma: “Os homens vivem numa comunidade em virtude das coisas que têm em comum [...]. Toda comunidade, portanto, tem sempre esses dois aspectos, o de viver-se juntos de um lado e o de participar-se de uma vida em comum, de outro”. Além de conviver num mesmo território, os indivíduos da comunidade participam de uma vida semelhante, tem basicamente necessidades parecidas, utilizam-se dos mesmos comércios, serviços, sem que haja necessariamente uma homogeneização, ao contrário, em uma comunidade os interesses são múltiplos.

Outro aspecto que, do ponto de vista geográfico, é imprescindível à análise espacial é a área. De acordo com Wirth (1973, p. 90), “um aspecto de toda comunidade é a sua base territorial”. E, segundo Macliver & Page (1973, p. 123), “a comunidade ocupa sempre uma área territorial”. O espaço físico ocupado pela comunidade diz muito a seu respeito, colabora para a formação de uma identidade (ou, no mínimo, identificação).

É importante ressaltar que cada comunidade, enquanto espaço geográfico, tem suas particularidades e difere em diversos aspectos das demais. De acordo com Wirth (1973, p. 91), “nas comunidades humanas [...] não só lidamos com espaço e relações de subsistência, como encontramos também essas relações invariavelmente complicadas pelos fatores econômicos, políticos e culturais”. As relações que ocorrem nesses espaços são complexas, envolvem os fatores citados pelo autor que, por serem específicos, singularizam tais espaços.

Segundo Santos R. (2008, p. 151), “alguns teóricos entendem o conceito de comunidade de forma muito negativa, relacionando-o ao provincianismo ou paroquialismo, ou ainda à defesa de interesses muito particularizados”. Entende-se que, muitas vezes, o

conceito representa esses adjetivos colocados pela autora, mas não se compactua, aqui, com essa visão.

Marcelo Lopes de Souza (2011) discute sobre os equívocos cometidos por pesquisadores que incorporam discursos heterônomos na sua prática profissional. Por isso, é importante entender que o uso de certos termos não se dá de forma aleatória, mas que esse uso é carregado de significados, de intencionalidades, e a sua utilização requer bastante cautela. “Comunidade” é uma das terminologias que o autor utiliza para exemplificar como algumas expressões utilizadas de maneira arbitrária, por certos pesquisadores, demonstram a “ausência de uma reflexão sistemática sobre os próprios termos do discurso” (SOUZA, 2011, p. 155). Souza afirma que: “Esta palavra é tão popular para designar as favelas que, de certo modo, já quase se tornou, ao menos em muitas cidades brasileiras, sinônimo de favela” (SOUZA, 2011, p. 155). O que o autor coloca é bastante pertinente, pois, em alguns casos, o termo já foi tão disseminado (pela mídia, sobretudo) que se tornou trivial chamar as favelas de comunidade, o que não é o caso da pesquisa em voga.

Nesse sentido, entendendo que as comunidades, enquanto espaço, são diversas e heterogêneas, far-se-á uma discussão sobre os tipos espaciais que se formaram ao longo do tempo no interior da Rosa Mística, levando em conta principalmente o quesito “moradia”, partindo de variáveis como tempo de existência, status jurídico da terra, tipos de moradia, mobilidade social. Para Rodrigues, “esta diversidade [...] refere-se à capacidade diferente de pagar dos possíveis compradores, tanto pela casa/terreno quanto pelos equipamentos e serviços coletivos” (RODRIGUES, 2003, p. 11). As diferenças nos tipos de moradia refletem muito da realidade passada e presente, sobretudo as desigualdades que, além de históricas, são estruturais. Sobre esse tema, Souza (2008, p. 309). afirma:

Em termos muito gerais, essa diferenciação entre as áreas residenciais de uma cidade - diferenciação, em última análise, em matéria de condições de qualidade de vida, incluindo aí tanto aspectos materiais como coisas imateriais como prestígio e poder - reflete uma diferenciação entre grupos sociais.

Tendo em vista os altos valores e as condições de acesso ao mercado imobiliário dito formal, muitas pessoas permanecem em habitações precárias, lembrando que “para quem conta com recursos limitados, a crise habitacional não é nova” (RODRIGUES, 2003, p. 12). Por outro lado, outros grupos com maior poder aquisitivo fazem da compra e venda de imóveis um negócio bastante lucrativo.

Sobre a realidade de Campina Grande, Maia afirma: “Em Campina Grande, identificamos três formas de produção de habitação precária: os loteamentos irregulares, as

ocupações e as favelas. Precarização esta que se diferencia, mas que tem em comum a irregularidade fundiária e/ou imobiliária” (MAIA, 2010, p. 14). A diversidade dos tipos de espaço diz respeito, também, aos aspectos jurídicos, conforme discutido nos capítulos anteriores. A afirmação de Maia demonstra como o Estado tem sido ausente no que se refere às políticas de habitação, uma vez que os indivíduos, de maneira individual ou coletiva, têm “resolvido” seus problemas de moradia.

Investimentos irrisórios são realizados pelo Estado nesses espaços e alguns moradores, geralmente, “acreditam” que essas ações são suficientes, tendo em vista o histórico descaso do Estado para com os pobres. Essa visão, por sua vez, gera clientelismos que podem ser verificados em diversas realidades nas quais as necessidades são maiores do que a conscientização política.

Outra noção que pode auxiliar na compreensão das diferenciações dos tipos espaciais e de moradia é a mobilidade social, ou seja, quanto maior a mobilidade social, de maneira geral, melhores são as condições de moradia, educação e saúde. A respeito da noção de mobilidade social, Pastore (1979, p. 04) explicita:

Quando um indivíduo passa de uma ocupação de *status* baixo para uma ocupação de *status* mais alto – de classe média, por exemplo, - tal movimento tende a ser acompanhado de vários ganhos em termos de oportunidades econômicas, educacionais e sociais, assim como de mudanças de valores, de atitudes e de horizonte cultural. Os reflexos se fazem sentir, nos indivíduos e nos seus dependentes, a curto e a longo prazos (grifos do autor).

Esses ganhos nem sempre se dão de forma concomitante, mas constituem-se processos pelos quais os indivíduos passam, paulatinamente, de um status para outro. Nesse caso, entende-se “status” como a “[...] posição que o indivíduo ocupa na hierarquia social de um dado sistema de estratificação social” (PASTORE, 1979, p. 09). Dessa maneira, o tipo de ocupação/emprego que o indivíduo possui (ou passa a possuir) é bastante importante para a sua mobilidade social que “antes de tudo [...] depende de emprego, em particular nas sociedades cuja população cresce rapidamente” (PASTORE, 1979, p.11). O acesso ao emprego significa muito para pessoas que tiveram poucas oportunidades profissionais e de educação. Assim, no caso da Rosa Mística, as diferenças dos tipos espaciais refletem também o maior ou menor acesso à mobilidade social, por parte desses moradores.

Para Pastore (1979, p. 05) “[...] é o exame da mobilidade ao longo do tempo que permite identificar retrocessos ou avanços em relação ao ponto de partida [...]”. É importante compreender como a possibilidade da mobilidade social (ou a ausência dela) contribuiu para a formação dos distintos tipos no recorte espacial estudado, tendo em vista que “a mobilidade,

ao mesmo tempo que indica os canais de acesso para uns, aponta regidezes para outros” (PASTORE, 1979, p. 06).

### **3.2 A Rosa Mística hoje: os tipos espaciais.**

Atualmente, a Rosa Mística constitui uma comunidade localizada na Zona Norte da cidade de Campina Grande - PB (mapas 05 e 06). Possui uma área aproximada de 70,000m<sup>2</sup> e conta com cerca de 250 famílias. A maioria possui baixo poder aquisitivo e sobrevive de trabalhos informais e/ou auxílios do governo federal (alguns desses dados são aproximados e provêm de observações *in loco* e da utilização de programas como Google Earth, tendo em vista a escassez de dados oficiais sobre o local).



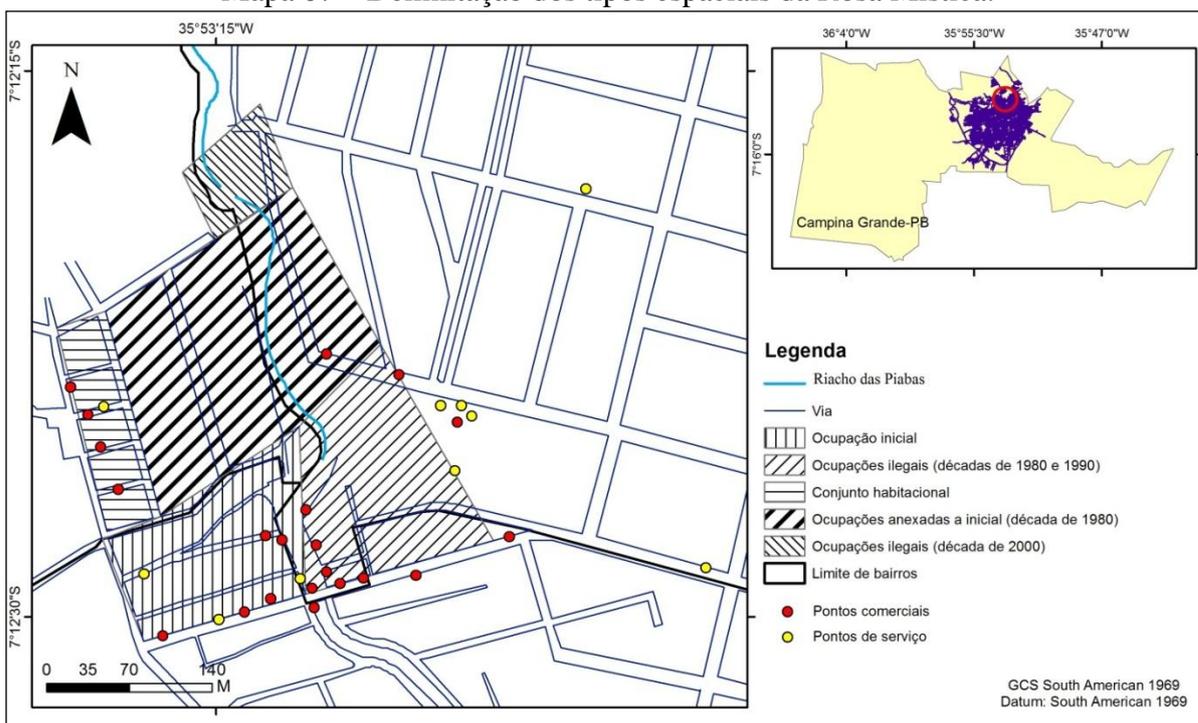


método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes”.

Nesse sentido, o presente objeto de estudo foi analisado entendendo que ele faz parte de uma totalidade maior. Entretanto, foi necessário “dividi-lo em partes” para melhor compreendê-lo. Assim, foi possível comprovar que a produção da Rosa Mística se deu por meio da formação de subespaços que a constituem, são os tipos espaciais. Contudo, essa pesquisa não pretende abarcar toda realidade desses tipos porque os mesmos são demasiadamente complexos enquanto espaços sociais. Este estudo não busca apresentar esses tipos como algo estanque, mas, ao contrário, busca uma aproximação com a realidade dinâmica desses espaços da Rosa Mística. Esses tipos formaram-se em períodos distintos e o fator “tempo” é fundamental à sua compreensão. Para Santos M. (2008, p. 67): “Períodos são pedaços de tempo submetidos à mesma lei histórica, com a manutenção das estruturas. Estas se definem como conjuntos de relações e de proporções prevalentes ao longo de um certo pedaço de tempo e nos permite definir nosso objeto de análise”.

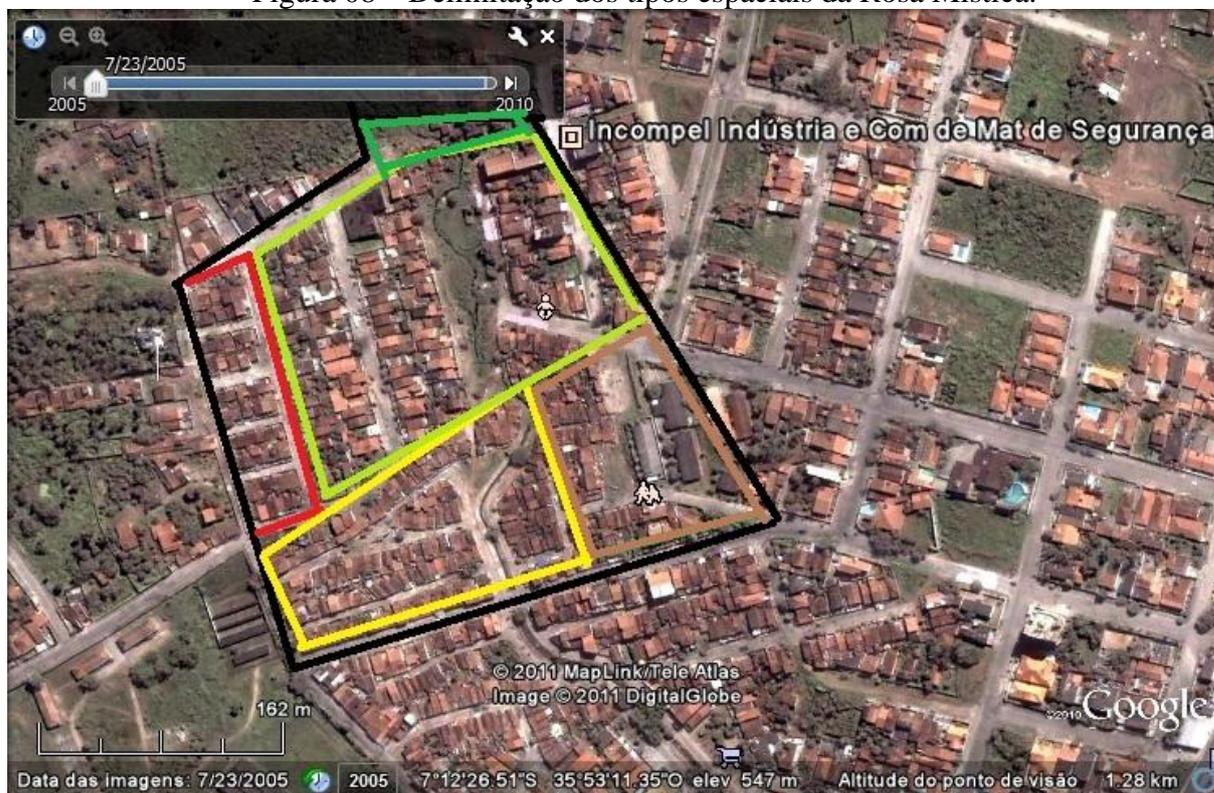
Durante a trajetória do espaço estudado esses “pedaços de tempo” constituíram fatos importantes, dentre os quais figura a formação desses tipos espaciais distintos. Assim, cada um desses tipos é fruto de um período da história da Rosa Mística, ainda que alguns tenham se formado concomitantemente. Nesse sentido, hoje a Rosa Mística possui no seu interior, basicamente, cinco tipos de espaços, a saber: 1) Ocupação inicial; 2) Ocupações anexadas à inicial na década de 1980; 3) Conjunto habitacional; 4) Ocupações ilegais das décadas de 1980 e 1990; e 5) As ocupações ilegais da década de 2000 (mapa 07; figura 08).

Mapa 07 – Delimitação dos tipos espaciais da Rosa Mística.



Fonte: Elaborado por Caline Mendes de Araújo e Geislam Lima. Dados de drenagem e arramento: Secretaria de Planejamento de Campina Grande – PB.

Figura 08 – Delimitação dos tipos espaciais da Rosa Mística.



Fonte: Google Earth (adaptado pela autora, 2014)

O mapa e a figura acima ilustram a atual configuração espacial da Rosa Mística, a partir dos tipos apresentados. As diversidades espaciais dos tipos se referem às formas de morar. As diferenças podem ser explicadas considerando os seguintes aspectos/variáveis: tempo de existência, status jurídico da terra, tipos de moradia, mobilidade social, que puderam ser verificadas a partir das entrevistas com os moradores. A seguir, uma breve discussão de cada um desses tipos apresentados acima:

**Tipo 1)** Diz respeito à área que foi inicialmente ocupada, através do processo de loteamento discutido no capítulo 1. Essa área da Rosa Mística ainda hoje se encontra, na sua grande parte, com a situação jurídica não regularizada. As negociações entre os compradores e os loteadores no passado não se deram de forma oficial e não foram regularizadas com o tempo, caracterizando-se, assim, um contexto totalmente baseado em táticas frente à ausência de ações e estratégias do poder público (Certeau, 1994). Nesse espaço, percebe-se que a mobilidade social possibilitou que os moradores melhorassem um pouco de vida. Quando perguntada sobre o que mudou naquele espaço desde a ocupação inicial, a moradora\_8 afirma:

Mudou muito, eu era tão pobre, criei esses dez filhos lavando roupa de ganho, trabalhando na feira, na roça, trabalhando de noite e de dia. Mudou muito porque hoje em dia, eles estão tudo sobre si, pra sobreviver eu sofri demais, sofri o pão que o diabo amassou, mas graças a Deus criei tudim, nenhum deu pra ruim, é tudo trabalhador, meus filhos que estão no Rio, graças a Deus, tão tudo empregado. Eu só comprava roupa pra eles de seis em seis meses, e eles ficavam tudo satisfeito, e hoje tem tudo do bom e do melhor...

Houve certa melhora nas condições de trabalho dos moradores daquele espaço, conforme demonstra a fala da moradora, e o acesso ao mercado profissional se tornou mais fácil com o tempo, o que possibilitou a melhoria na vida de alguns moradores. Essas melhorias podem ser representadas, por exemplo, pelas reformas realizadas nos imóveis. A respeito dessas reformas, a moradora\_17 comenta:

Na minha casa era eu, meu marido e seis filhos [...] e a minha casa ela só tinha uma sala, um quarto, uma cozinha dividida, quarto e cozinha pra seis filhos. Enquanto eles eram pequenos dava pra todos, quando foi crescendo [...] moça e rapaz aí num dava mais [...]. Aí meus filhos foram crescendo, comecei a trabalhar, aí futuramente arranjei um serviço no Estado e comecei a trabalhar, aí tive a chance de fazer um empréstimo [...], mas eu já tinha feito muita coisa antes desse empréstimo, eu já tinha comprado tijolo e guardado, isso foi um projeto de dois anos [...], comprei dois milheiros de tijolo, comprei ferro, lutei pra o meu filho trabalhar cedo, conseguiu um emprego, aí foi tempo que ele saiu, aí conversei com ele [...] porque realmente isso aqui, o futuro é deles, né? [...] ele pagou o pedreiro, eu fiz o empréstimo, fui comprando as coisas e consegui botar em pé. [...] Aí de vez de ser oito já tinha mais, já veio os três netos...

São inúmeros os motivos pelos quais as famílias necessitaram fazer tais modificações nas suas moradias, dentre os quais se destaca o crescimento do número de membros das famílias. E o principal fator que tornou possível essas reformas foi a possibilidade de acesso a emprego. Nesse contexto, “mesmo nas faixas de remuneração mais baixa, à medida que o tempo avança, as casas podem deixar de ser precárias para ganhar condição melhor de habitabilidade” (KOWARIK, 2000, p. 87).

O espaço externo às casas dessa área também sofreu alterações, a partir de estratégias do Estado, como exposto anteriormente, pois essa foi a área na qual o Estado investiu de maneira mais efetiva, a exemplo da canalização de parte do riacho que corta a comunidade, dos calçamentos, instalação de rede elétrica, entre outros (fotografia 11). Entretanto, esses investimentos foram concentrados na década de 1980 e, posteriormente, os espaços quase não passaram por reparos e reformas.

Fotografia 11 – Travessa Severino Verônica.



Fonte: Pesquisa de campo (Janeiro/2013).

A fotografia mostra como se encontra esse local nos dias atuais. As casas de alvenaria, as ruas calçadas, a canalização do riacho, a circulação de pessoas. Essa paisagem retrata as transformações pelas quais o espaço passou, tendo em vista que era uma área eminentemente precária e hoje se constitui um espaço consolidado e dotado de certa infraestrutura.

**Tipo 2)** Compreende as ocupações anexadas à inicial na década de 1980 (fotografia 12). Assim como o tipo 1, essas ocupações surgem a partir de loteamentos, com a diferença de que as condições financeiras dos moradores desse local apresentava-se bem melhores do que as dos primeiros moradores do local.

Fotografia 12 – Rua Pastor Raul de Souza Costa.



Fonte: Pesquisa de campo (Dezembro de 2013).

Hoje, o tipo 2, apesar de diverso em alguns quesitos, encontra-se também consolidado na sua maior parte, a partir das táticas dos moradores, táticas essas representadas, principalmente, pela melhoria dos espaços privados, de moradia. Essas transformações do espaço são, como já citado, resultado da maior mobilidade social que os indivíduos passaram a ter com o tempo. É importante ressaltar que a ação do Estado se concentrou em algumas ruas desse tipo espacial, embora persistem, ainda, problemas como a falta de calçamento.

**Tipo 3)** Diz respeito ao “Conjunto Habitacional” inaugurado na década de 1980. Através da construção dessas casas, o Estado relocou algumas famílias das áreas vulneráveis inicialmente ocupadas. Dentre os tipos estudados, esse é o único que possui a situação jurídica regularizada. À época da doação das moradias, o governo entregou a documentação aos proprietários.

No que se refere à ação do Estado, esse espaço não passou por muitas transformações, de acordo com o que expõe a moradora\_20: “Eles entregaram as casas e não fizeram mais nada” (M. S. L, Do Lar de 65 anos, mora no local há 20 anos. Entrevista realizada em: janeiro de 2013). No entanto, já em relação às “táticas” dos indivíduos, pode-se afirmar que grande parte do espaço foi muito modificada. Poucas são as casas que ainda hoje não passaram por reformas. A mobilidade social, através do acesso ao mercado de trabalho, sobretudo, possibilitou que muitas casas passassem por reformas. A fachada de muitas delas também foi modificada, conforme a fotografia 13.

Fotografia 13 – Fachadas atuais das moradias entregues pelo Estado na década de 1980.



Fonte: Pesquisa de campo (Janeiro/2013).

Com o acesso a emprego e renda, as pessoas passaram a investir nas residências que antes eram padronizadas e não levavam em conta as especificidades das famílias, como o número de pessoas, por exemplo. Hoje, muitas estão bem mais adequadas à situação de cada família. No que concerne à mobilidade social dos moradores desse espaço, pode-se observar a fala da moradora\_12:

Uma coisa que mudou muito bastante aqui foi a questão financeira de todo mundo. Naquele tempo tudo era mais difícil para você conseguir bens e tudo. Hoje com a questão de financiamento todo mundo tem condição de ter tudo em casa. Ninguém tinha uma televisão em casa, quando tinha, na época era preto e branco. Hoje todo mundo tem uma televisão colorida em casa, todo mundo pode possuir um DVD, todo mundo tem um telefone, grande parte tem um computador.

Com renda fixa, as famílias passaram a ter condições de reformar suas casas e comprar alguns bens, como eletrodomésticos. Para quem não possuía uma habitação (ou tinha uma moradia precária, sofrendo com alagamentos e outros problemas) essas mudanças significaram grandes conquistas. Muitas vidas mudaram e as gerações posteriores conseguiram ter uma vida menos difícil. A respeito dessa discussão, a moradora\_9 expõe:

A nossa vida melhorou 1000% porque morava lá em baixo (*ocupação inicial*) numa casa minúscula, dentro da lama, não tinha rede de esgoto, não tinha coleta de lixo, não tinha água encanada, não tinha sanitário, nem eu trabalhava e correndo o risco da enchente levar todo mundo. Hoje eu moro num lugar melhor, numa casa melhor, todo mundo trabalha, a gente vive numa vida melhor, é lógico (grifo nosso).

No entanto, mesmo com tais melhorias, existem algumas famílias que ainda passam por dificuldades nesse espaço e que não conseguiram reformar suas casas e melhorar sua

qualidade de vida. No que se refere à ação do Estado, que só agiu de forma efetiva antes da entrega das moradias, ainda há muito a ser feito na área como intervenções nas áreas de segurança, lazer e infraestrutura.

**Tipo 4)** Corresponde às ocupações irregulares mais antigas da Rosa Mística, datam do final da década de 1980. O tipo 4 teve início a partir da união de um grupo de pessoas que ocupou uma área pertencente ao poder público municipal e recebeu doações de terrenos e materiais de construção então prefeito, segundo informações da Comissão Parlamentar de Inquérito, citada no capítulo 2 desta pesquisa. A maior parte desse espaço permanece com o status jurídico irregular. Diante do exposto, Maricato (2003b, p. 158) afirma: “A falta de alternativas habitacionais, seja via mercado privado, seja via políticas públicas sociais é, evidentemente, o motor que faz o pano de fundo dessa dinâmica de ocupação ilegal e predatória de terra urbana”.

O mercado privado é bastante restrito, tanto devido aos altos custos para o acesso a um imóvel, quanto pela burocracia. Esses fatores dificultam em demasia o acesso dos mais pobres à casa própria. As políticas sociais de habitação tem se mostrado ineficientes ao longo dos anos, pois, além de não darem conta da demanda, beneficiam setores do ramo imobiliário que lucram com as construções dos imóveis.

O terreno ocupado pelas famílias pertence, ainda hoje, ao poder público e pouco passou por reformas na sua estrutura. Moradias precárias, ruas sem infraestrutura e coleta de lixo deficitária são problemas existentes no local. A moradora\_20 expõe alguns desses problemas: “Calçamento ninguém faz, aqui ninguém vem aqui, ninguém visita, só visita aqui em tempo de política, somente. É quando a gente vê eles. Aqui calçamento não existe, benefício nenhum, se forma um buraco na rua a gente é que se reúne, a gente vai lá e fecha”.

No entanto, há que se destacar que muito também foi transformado pelos moradores, através das táticas, principalmente no que se refere às suas moradias. Algumas famílias conseguiram melhorar um pouco de vida e reformaram suas casas (fotografia 14).

Fotografia 14 – Casas atualmente reformadas no tipo 4.



Foto: Pesquisa de campo (Janeiro/2013).

A figura acima mostra uma parte dessa ocupação cujas casas, no início, eram construídas de materiais recicláveis, de taipa, entre outros. Hoje essas habitações já configuram as transformações pelas quais passaram, tendo, inclusive, casos de famílias que construíram mais de um pavimento. Ao ser questionada sobre como foi possível fazer a reforma da sua casa, a moradora\_17 explica:

Passando fome, meu marido tava trabalhando [...] e ele falou assim: [...] vamos apertar a barriga da gente e a gente começou, todo dinheirinho que ele pegava ele botava aqui, aí eu me peguei com Cássio [...] ele me ajudou muito [...] ele me dava um cheque, eu trocava e ali eu comprava um saco de cimento, um vaso de segunda mão, entendeu? Comprava uma telha usada, comprava uma ripa já usada [...] então a gente construiu desse jeito, a gente passando necessidade, a gente quando almoçava não jantava, quando jantava, no outro dia não almoçava e a gente foi passando assim e graças a Deus deu tudo certo.

Os moradores fizeram muitos esforços para conseguirem tais melhorias. Entretanto, a figura do Estado, representado pelos políticos de então, se fez presente, através do já discutido clientelismo, fato que explica o porquê de ainda nos dias atuais o povo daquele local “reverenciar” o grupo responsável por tais ações. Mesmo se tratando de uma ocupação irregular, esse espaço foi alvo de algumas transformações importantes e em virtude do tempo de existência e dos esforços dos moradores, encontra-se de certa forma consolidado. Mas carece ainda de melhorias urbanas e regularização fundiária. Depois da sua ocupação inicial em 1988, essa área cresceu, principalmente na década de 1990, e pode-se constatar que quanto mais recente é a ocupação, maiores são os problemas enfrentados.

**Tipo 5)** Referente às ocupações irregulares que surgiram na década de 2000, esse é o tipo que vem se formando mais recentemente. Tendo em vista que os problemas habitacionais

têm crescido ano a ano e que as políticas públicas de habitação são ineficazes e insuficientes, essa área é a que mais representa a realidade gritante dos problemas relacionados à moradia no espaço urbano.

Essa precariedade se dá, entre outros aspectos, pela impossibilidade de acesso por parte dos pobres ao mercado imobiliário. Isso demonstra que esse mercado se caracteriza pelos altos custos referentes à habitação e por privilegiar aqueles que têm capital para sustentá-los. Cabe ressaltar, entretanto, que o mercado imobiliário informal tem crescido e o acesso a ele por parte de uma parcela da população também não tem sido fácil.

Parte dessa ocupação (tipo 5) situa-se às margens do riacho das Piabas (porção não canalizada no projeto de urbanização da década de 1980) e outra parte está localizada na Área de Preservação Permanente, localizada no bairro do Louzeiro. Ela é caracterizada pela irregularidade, pois está situada em áreas de domínio público, além de não contar com infraestrutura e serviços básicos, como rede de esgoto, água e energia (ou recorre-se aos famosos “gatos”), como coloca a moradora\_19, quando perguntada sobre esses serviços no local: “A gente que puxou, [...] eles vieram botaram, a gente tirou porque vinha muito caro e a gente não tinha condições de pagar”.

Esse fato é interessante para que se possa refletir acerca da moradia. A solução desse problema não diz respeito “apenas” às construções de unidades habitacionais, mas vai além. Discutir e resolver problemas de moradia implica pensar sobre as necessidades dos moradores como um todo, pois os indivíduos não podem morar onde não existam condições básicas de higiene, que resultam da ausência de infraestrutura de redes de água e esgoto, por exemplo.

Quanto à realidade das moradias em áreas de proteção ambiental e suas consequências, Maricato (2003b, p. 160) coloca: “[...] grande parte das áreas urbanas de proteção ambiental estão ameaçadas pela ocupação com uso habitacional pobre, por absoluta falta de alternativas. As consequências de tal processo atinge toda a cidade, em especial as camadas populares”.

A lei não atua nesses casos, pois em ambientes em que o grande capital não tem interesse de investir, os pobres podem viver, de forma ilegal e muitas vezes desumana, confirmando a omissão/ação arbitrária do Estado.

A falta de opções de moradias é refletida nas ocupações ilegais e, na maioria das vezes, o que “sobra” para os pobres são áreas inóspitas e degradadas. Destaca-se que, muitas vezes, o Estado se apresenta como incentivador de práticas de ocupações ilegais, demonstrando a tolerância quando se trata de questões que não interferem nos lucros privados dos setores imobiliários.

Constata-se que, além do problema jurídico, o referido espaço é bastante problemático com relação à infraestrutura, qualidade do meio ambiente (poluição do riacho, da Área de Preservação Permanente) e situação das moradias (fotografias 15 e 16).

Fotografia 15 – Casas localizadas na Área de Preservação Permanente.



Fonte: Pesquisa de campo (Janeiro/2013).

Fotografia 16 – Casas localizadas na Área de Preservação Permanente.



Fonte: Pesquisa de campo (Janeiro/2013).

As fotos acima mostram algumas das casas situadas nessa área. São construções improvisadas, grande parte de taipa, nas quais os moradores vivem sem nenhuma segurança em relação aos fatores naturais (chuvas, ventos) e às ações humanas (assaltos, por exemplo).

A moradora\_15 falou sobre a questão segurança quando questionada sobre o assunto: “Aqui é de barro, eu queria uma casa, assim, não grande, uma coisa mais reservada, [...] porque essa minha menina só vive doente, quando chove aqui pinga dentro de casa, entra água, eu mudava muita coisa, faria aqui totalmente de tijolo”.

A exposição da moradora demonstra a ausência de fatores básicos, como a salubridade da sua moradia, que tem influência direta na saúde da sua família, afetando, sobretudo, sua filha que, no momento de entrevista, tinha meses de idade. Nesse cenário, a moradora\_15 ainda questiona: “Como a gente vai passar uma reforma, alguma coisa dentro de casa, sem condições? Não tem também ninguém pra ajudar [...]”.

Para aquelas pessoas que não têm onde morar, que não têm como pagar alugueis, essas são as alternativas de moradia. Nesse caso, não contam com apoio do Estado que afirma que essas áreas são espaços nos quais não pode haver investimentos porque se tratam de áreas preservadas, ao tempo em que não disponibiliza um espaço adequado e mais humano de habitação para essas pessoas.

Essa área, desde o início da sua ocupação, segundo a moradora\_19, “tá a mesma coisa, num mudou nada [...]”. De acordo com ela, o local é esquecido pelos políticos, que só frequentam o espaço em tempo de eleição. A moradora afirma: “Aqui nada é fácil, aqui tudo é difícil. Aqui a situação de cada um é mais difícil do que a outra. [...] Aqui num tem benefício não, aqui não aparece ninguém pra fazer nada”.

Por se tratar de uma ocupação bastante recente, os problemas são grandes e visíveis. Sem emprego e sem acesso às políticas governamentais de habitação, os moradores se encontram em constante insegurança, seja em relação aos aspectos físicos, seja nos quesitos jurídico e social. Diante dessa discussão, Maricato (2003b, p. 158) expõe:

A população que aí se instala não compromete apenas os recursos que são fundamentais a todos os moradores da cidade, como é o caso dos mananciais de água. Mas ela se instala sem contar com qualquer serviço público ou obras de infra-estrutura urbana. Em muitos casos, os problemas de drenagem, risco de vida por desmoronamentos, obstáculos à instalação de rede de água e esgotos torna inviável ou extremamente cara a urbanização futura.

A autora mostra como os problemas não se resumem a uma escala, mas estão conectados. As dificuldades são locais, mas afetam a cidade como um todo. Um exemplo disso é a poluição de águas, por exemplo. Maricato ressalta a ausência absoluta do Estado, cujo resultado são problemas atuais e futuros. Por fim, a respeito desse tipo, afirma-se que os problemas são inúmeros e o esquecimento do poder público, com relação ao local, se reflete em moradias precárias, falta de esgotamento sanitário, inexistência de coleta de lixo, pouca ou nenhuma oferta de emprego e problemas com o oferecimento de serviços água e energia elétrica.

Finalmente, sobre os tipos analisados, percebe-se que, dos cinco, os que se encontram mais consolidado são os tipos 1 e 2, que passaram por mais transformações,

sobretudo por parte dos moradores, embora ainda tenham muitos problemas a serem solucionados, como a situação jurídica. O tipo 5, ao contrário, apesar de ser o mais recente, é também o que possui uma variedade maior de problemas.

A análise desses tipos é importante porque mostra como um espaço pode ser múltiplo e como tempo de existência, status jurídico da terra, tipos de moradia, mobilidade social, entre outros fatores, influenciam na configuração do espaço. A categoria geográfica de escala é imprescindível a esse entendimento. De acordo com Santos M. (2009, p. 151), “[...] a escala é um limite e um conteúdo, que estão sempre mudando, ao sabor das dinâmicas variáveis que decidem sobre o acontecer regional ou local”.

Assim, os acontecimentos desse ou daquele espaço poderão se dar de maneira mais ou menos intensa, e suas consequências, de acordo com cada dimensão espacial, serão distintas, uma vez que “cada lugar é uma combinação quantitativa e qualitativamente específica de vetores [...]” (SANTOS, 2009, p. 151). Dessa maneira, entender a Rosa Mística a partir de espaços de maiores dimensões, a exemplo da cidade e do Brasil, é fundamental. Mas também é essencial entender que, nessa escala, os fenômenos terão suas especificidades, serão diferenciados, porque, conforme enfatiza Castro (1995, p. 118), “quando o tamanho muda, as coisas mudam”.

É preciso pensar essa diversidade do espaço visando as especificidades de cada um dos “micro espaços” nele contido. Na visão de Carlos (2007, p. 22), “o principal elemento que salta aos olhos quando paramos para observar a cidade é a heterogeneidade entre os modos de vidas, formas de morar, uso dos terrenos das cidades por várias atividades econômicas”. Assim, o espaço da Rosa Mística é construído por esses tipos que representam essa heterogeneidade verificada no espaço urbano. Além desses tipos, a Rosa Mística é constituída também por espaços comerciais e de serviços públicos e privado que serão abordados no tópico seguinte.

### **3.3 Outros aspectos de consolidação: serviços e comércios da Rosa Mística.**

Com o tempo, a Rosa Mística passou a dispor de pontos comerciais e de serviços que hoje são bem mais numerosos e diversos do que se podia verificar em décadas anteriores, o que é um indício de que parte da comunidade vem crescendo e se consolidando. Mas também há que se destacar que falta muito para que as necessidades dos moradores sejam totalmente atendidas. Um fato interessante é que a maior parte desses serviços e pontos comerciais não se localiza no interior dos tipos analisados. Eles situam-se no entorno da comunidade ou um

pouco distante dela, conforme visto no mapa 07. No entanto, percebe-se que a maior parte está mais próxima dos tipos mais consolidados.

Dentre os serviços existentes no local, pode-se destacar as duas Unidades Básicas de Saúde da Família – UBSF Conceição I e II. A primeira localiza-se nas proximidades do espaço referente ao tipo 4 e atende parte dos moradores da Rosa Mística (fotografia 17). A outra unidade, um pouco mais distante da comunidade, está inserida na outra parte do bairro da Conceição (área na qual os moradores possuem melhores condições socioeconômicas, fotografia 18) e atende a outra demanda da Rosa Mística. Ambas recebem também moradores de outros bairros e localidades.

Fotografia 17 – Unidade Básica de Saúde da Família – Conceição I.



Fonte: Pesquisa de campo (Janeiro/2013).

Fotografia 18 – Unidade Básica de Saúde da Família – Conceição II.



Fonte: Pesquisa de campo (Dezembro/2013).

Essa divisão dos moradores da Rosa Mística por unidade de saúde pode ser vista como uma estratégia do Estado, pois uma vez que os moradores utilizam-se de postos de saúde diferentes, eles terão menor aproximação entre si e tenderão a uma menor coesão e busca por melhorias.

No entanto, a respeito da instalação dessas unidades, pode-se verificar alguns pontos positivos. Para a chegada da Unidade Básica I, por exemplo, o local foi escolhido, segundo E. A (enfermeira da UBSF), “devido à solicitação da própria comunidade local e pelas condições socioeconômicas das famílias”. Nesse caso, pode-se notar a importância dos moradores nessa conquista, uma vez que muitas pessoas foram beneficiadas não só com atendimentos clínicos, mas com a presença dos agentes comunitários de saúde, medicamentos e exames.

Embora ainda passe por algumas dificuldades, como a falta de alguns tipos de remédios e problemas para a marcação de consultas com especialistas (neurologista, por exemplo), a UBSF desenvolve um trabalho relevante na comunidade da Rosa Mística. Sobre a relação da Unidade com os moradores, a enfermeira supracitada afirma: “A relação que mantemos com a comunidade é de aproximação dos profissionais com esta comunidade, prestando assistência direcionada a cada caso específico, procurando trabalhar conjuntamente com os problemas encontrados”.

À opinião da enfermeira juntam-se as de alguns dos usuários do serviço, pois os mesmos enfatizam que, antes da chegada da UBSF, tinham que se deslocar para outros bairros, como o Centro, mas hoje contam com o apoio dos profissionais da Unidade próxima às suas casas. Esse fato demonstra como investimentos do poder público pode modificar e melhorar a vida de inúmeras pessoas. No entanto, cabe lembrar que algumas das entrevistas colhidas sobre essa unidade de saúde foram realizadas entre os anos de 2011 e 2012, quando do início da pesquisa do tema. Nos dias atuais (2013), com uma nova administração municipal, já se pode verificar algumas mudanças e reclamações a respeito do atendimento nesse estabelecimento público. Atualmente a unidade dispõe de apenas um médico e em um único dia da semana. Isso demonstra como a política está diretamente envolvida nos problemas sociais. Com a mudança da gestão ocorreram mudanças na qualidade de certos serviços oferecidos no local.

Outro serviço existente naquele espaço é o da polícia militar. A Rosa Mística e toda Zona Norte da cidade de Campina Grande conta com uma Unidade de Polícia Solidária (fotografia 19), mantida com ajuda dos moradores dos bairros que auxiliam na manutenção do equipamento, através da doação de materiais de limpeza, alimentação, entre outros, para que a polícia tenha subsídios para trabalhar.

Fotografia 19 – Unidade de polícia solidária da Conceição.



Fonte: Pesquisa de campo (Janeiro/2013).

Sabe-se que é do Estado a responsabilidade de manter esse serviço, contudo, esse aspecto (de ser mantido pela comunidade) é próprio desse projeto de policiamento comunitário, no qual os moradores são auxiliares da manutenção do serviço. O posto policial está localizado próximo ao tipo espacial 4. Esse serviço chegou ao local em 2004 e, segundo relatos, já colaborou para a diminuição da violência no local. No entanto, percebe-se que essa ainda é um das questões que preocupam os moradores, com destaque para o tráfico de drogas existente na localidade.

O fato de esses serviços localizarem-se, especificamente, próximos ao tipo 4, pode ser explicado porque, onde ocorreu a ocupação dos terrenos pelas famílias na década de 1980, existia uma área reservada para a inserção de equipamentos comunitários dos quais apenas alguns foram instalados mais tarde, em virtude da falta de incentivo do Estado e da falta de espaço para as construções.

Outros equipamentos coletivos que existem no local são a Sociedade Amigos do Bairro (SAB) e o Clube de Mães (fotografia 20), espaços que promovem atividades como a prática da capoeira, corte de cabelos e cursos de costura, entre outros. A participação dos moradores nesses ambientes é um ponto positivo, pois além de usufruírem das atividades citadas, eles representam espaços de atividades de socialização.

Fotografia 20 – Clube de mães Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: Pesquisa de campo (Janeiro/2013).

Com relação à educação, a comunidade não possui escolas em seu território, tendo que usufruir de três instituições de ensino público e uma creche localizada no bairro do Alto Branco. Os moradores tem também como “opção” utilizar as pequenas escolas particulares da parte do bairro da Conceição que não abrange a Rosa Mística. A falta de mais espaços de educação e de lazer dificulta a socialização das crianças e habitantes daquela comunidade. Segundo Guimarães *et al.* (2005, p. 268), “[...] a ausência ou fragilidade de projetos políticos [...] provocam a produção de um espaço urbano profundamente desigual e excludente nas cidades médias”.

A ausência desse serviço público na comunidade demonstra a pouca preocupação do governo, ao longo do tempo, com relação à educação em espaços pobres. É importante lembrar que a área, que foi ocupada na década de 1980, estava reservada para instalação de serviços que seriam importantes para a comunidade. Talvez se o governo tivesse dado melhores condições de moradia àquelas pessoas e realizado a instalação desses equipamentos, hoje a comunidade contaria com alguma escola.

Sobre as oportunidades de lazer, o único espaço que a comunidade dispõe como opção é uma praça, que na verdade localiza-se fora da sua área. Essa praça possui apenas uma quadra de esportes (fotografia 21) e serve aos moradores dos bairros da Conceição e do Alto Branco, além de pessoas de outros bairros. Tal espaço já passou por reformas, porém ainda não atende os objetivos de lazer de toda a comunidade, tendo em vista a demanda do local e de bairros vizinhos.

Fotografia 21 – Quadra de Esportes Hilton Motta.



Fonte: Pesquisa de campo (Janeiro/2013).

A comunidade conta ainda com um centro de atividades denominado “Newton Rique”, próximo à área referente ao tipo 4. O centro é destinado às atividades comerciais e de serviços privados, como salões de beleza, lanchonetes e bares (fotografia 22).

Fotografia 22 – Centro de Atividades Newton Rique.



Fonte: Pesquisa de campo (Janeiro/2013).

Embora esse espaço seja ocupado por particulares, o centro é mantido pela prefeitura do município. É um espaço bastante dinâmico, sobretudo nos finais de semana. O centro passou um tempo fechado, antes de haver policiamento no local, mas recentemente foi reaberto beneficiando os comerciantes do local. Segundo Corrêa (1993, p. 51),

Por toda a cidade ocorrem pequenos agrupamentos de lojas localizadas em esquinas: duas a cinco lojas, como padaria, açougue, quitanda, farmácia, armazém, botequim, que atendem às demandas muito frequente da população que habita nos quarteirões

imediatos ao agrupamento. Os comerciantes são moradores do bairro e conhecidos dos fregueses.

Além desse centro de atividades, pequenos pontos comerciais, na maioria, pertencentes a moradores do local, podem ser encontrados na comunidade da Rosa Mística, sobretudo nas ruas principais, próximas ao tipo 1 (fotografia 23). Esses comércios servem não só à comunidade, mas a todo o seu entorno, por isso é comum ver pessoas de outros bairros, por exemplo, fazendo compras em alguns desses pontos de comércio.

Fotografia 23 – Rua Francisco Afonso de Albuquerque.



Fonte: Pesquisa de campo (Dezembro/2013).

No que diz respeito aos transportes, a comunidade dispõe de apenas uma linha de ônibus urbano que circula apenas nas ruas paralelas aos tipos 1 e 4, bem como no interior do tipo 3. Isso se dá, também, em virtude do relevo acidentado do sítio e da presença do canal que dificulta o acesso dos ônibus ao local.

Outra opção para os moradores é o trabalho de moto-taxistas (fotografia 24) que cresceu bastante no local, em virtude da falta de emprego, e que serve de opção para os moradores da Rosa Mística e das proximidades, visto que muitas vezes o sistema de ônibus urbano se apresenta caro, falho e ineficaz. Em outras palavras, o serviço de moto táxi se “beneficia” das falhas dos ônibus coletivos, como atrasos, preços altos e a não circulação em determinados horários, entre outros, para oferecer às pessoas um serviço “rápido” e relativamente barato, mas nem sempre seguro, configurando-se também como táticas dos moradores que não tiveram acesso a empregos formais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A pesquisa desenvolvida contribuiu para o entendimento do processo de consolidação da comunidade da Rosa Mística, partindo de uma discussão a respeito do papel do Estado, dos moradores e de outros agentes na produção daquele espaço. A análise foi possível porque foi realizada uma abordagem do papel desses sujeitos em momentos chave do processo de produção da comunidade. Tais momentos dizem respeito aos acontecimentos mais importantes pelos quais o espaço passou, em relação às suas ocupações, intervenções do Estado e ao seu processo de consolidação. Dessa forma, foi possível elencar alguns desses momentos e suas implicações para a Rosa Mística, levando em conta o papel de cada um dos agentes.

O primeiro desses momentos, que remonta à década de 1940, diz respeito às ocupações iniciais do local, onde existiam algumas atividades relacionadas à agricultura. Houve ali um processo de loteamento e venda dos lotes aos moradores pioneiros, o que culminou em uma ocupação precária que não contou, por muito tempo, com o apoio dos poderes públicos. Essas áreas não foram oficializadas, do ponto de vista da posse da terra, constituindo-se em loteamentos clandestinos, que configuram hoje o tipo 1.

Posteriormente, já na década de 1980, outros loteamentos, que constituem hoje o tipo 2, têm lugar na Rosa Mística. Esse tipo difere do 1, tanto pelo processo de construção das moradias, que no passado se caracterizou pela autoconstrução, quanto pela qualidade do material utilizado nessas construções. Diferencia-se, também, das ocupações iniciais pelas melhores condições financeiras que os seus moradores dispunham, em virtude do acesso a empregos que poderia ser observado nessa época.

Verifica-se que, do início da primeira ocupação até a década de 1980, a Rosa Mística não contou com nenhuma intervenção efetiva do Estado, além da ausência, que constitui uma estratégia. Assim, o poder público passou a intervir no local apenas nos anos de 1980, quando foram construídas algumas moradias para aqueles indivíduos que se encontravam em áreas cujo perigo de alagamento era iminente. Os moradores receberam a documentação dos imóveis e essa área é a única que possui o status jurídico da terra regularizado, constituindo-se o tipo espacial 3. Na década de 1980, o Estado interveio também com algumas outras ações, como a canalização de parte do Riacho das Piabas, que corta a comunidade de norte a sul e a instalação de alguma infraestrutura. Ainda nessa década, a partir da intervenção da Igreja Católica, o Buraco da Jia passa a ser chamado também de Rosa Mística.

No final da década de 1980 outro acontecimento importante marca a história da Rosa Mística: a ocupação ilegal, por parte dos moradores do próprio local, de terrenos pertencentes ao Estado. Esses terrenos constituíam áreas destinadas à construção de equipamentos de uso coletivo. O Estado, representado pelo poder público local, diante da ocupação, não ofereceu condições de moradia digna em outros locais nem dotou o local ocupado com a infraestrutura necessária, alegando que os terrenos pertenciam ao Estado e que seriam reavidos, o que não ocorreu. Deu-se, portanto, o crescimento dessas ocupações na década de 1990 e, passados mais de 20 anos, algumas dessas moradias ainda continuam na mesma situação, em estado precário. Essa é uma área que não passou por regularização fundiária e constitui-se como ocupação ilegal e configura, nessa pesquisa, o tipo 4.

Já na década de 2000 surgem as ocupações ilegais mais recentes. Essas se deram em terrenos do poder público, de particulares e áreas de preservação ambiental. Além de ser a ocupação mais recente, é a que possui mais problemas do ponto de vista espacial e social, a exemplo da falta de emprego, do tráfico de drogas, entre outros. Esse espaço configura-se também como uma ocupação ilegal, denominada, nesta pesquisa, de tipo 5.

Nesse contexto, analisar o papel do Estado e dos moradores do local para a consolidação dessa comunidade, objetivo geral da presente pesquisa, não significou apenas uma verificação do que foi realizado por cada um desses agentes, mas implicou analisar como essas ações influenciaram na consolidação desigual das áreas da comunidade, dando origem aos tipos espaciais existentes. Esses tipos foram delimitados levando-se em conta a forma de ocupação de cada área, além de algumas outras variáveis. Em síntese, os tipos inseridos no contexto espacial da Rosa Mística são:

**1º) Ocupação Inicial.** Área que contou com a ação predominante dos moradores no processo de produção do espaço, datando do período que compreende os anos de 1940 a 1980. Nessa tipologia houve a predominância das táticas, em detrimento das estratégias, ou seja, grande parte da sua formação dependeu da ação dos moradores diante da omissão do Estado;

**2º) Ocupações anexadas à inicial na década de 1980.** Esse tipo também foi proveniente de loteamentos clandestinos (na sua maior parte). Desde o seu início e com o passar dos anos, as táticas dos moradores foram as que mais se destacaram no seu processo de produção, pois o Estado interveio de forma tardia, gradativa e pontual, apresentando algumas estratégias em épocas eleitorais, por exemplo;

**3º) Conjunto Habitacional.** Conjunto de casas produzidas pelo Estado na década de 1980. As estratégias do poder público foram as maiores responsáveis pela origem desse tipo. No entanto, posteriormente, foram as táticas dos moradores imprescindíveis ao melhoramento das

condições de vida dos mesmos, uma vez que, entregues as casas, o Estado se ausentou daquele espaço;

**4º) Ocupações ilegais mais antigas de terrenos públicos (décadas de 1980 e 1990).** Essas áreas contaram tanto com a ação dos moradores, através de táticas (no processo de ocupação, de autoconstrução, de intervenções em problemas cuja solução caberia ao Estado, como consertos de redes de esgotos, entre outros), quanto como com a participação do governo, através de estratégias, a exemplo das doações de terrenos e de materiais de construção, da conivência com a ocupação ilegal, entre outras ações que se caracterizam como clientelismos;

**5º) Ocupações irregulares mais recentes (década de 2000).** Nessas ocupações, a produção do espaço se deu, sobretudo, pelos moradores, sendo a ausência do Estado claramente perceptível. Nessa tipologia, as táticas dos moradores estiveram presentes, em ações como construção das casas, ligações clandestinas de água e energia, entre outros, uma vez que a única estratégia que pode ser verificada no local foi a ausência do poder público, que prioriza outros espaços da cidade, produzindo cada vez mais um espaço urbano desigual.

Outra discussão realizada na pesquisa está relacionada à mobilidade social e à consolidação dos tipos espaciais. Constatou-se que, quanto mais antiga for a área da comunidade, quanto maior for a intervenção do Estado nessas localidades e mais articulados forem os moradores, maior será a mobilidade social desses sujeitos e, conseqüentemente, mais consolidadas serão esses tipos espaciais. Uma rápida comparação entre os tipos nos permite observar a diferença entre a mobilidade social dos moradores da ocupação inicial e a dos que moram nas ocupações sucessivas e/ou mais recentes. Essas últimas, nesse contexto, são constituídas de muitos e maiores problemas concernentes ao espaço e ao social.

Diante disso, foi possível comprovar as hipóteses levantadas no início da pesquisa, constatando-se que a ação dos moradores da comunidade e as intervenções/ações do Estado contribuíram para que a Rosa Mística se consolidasse no cenário urbano de Campina Grande e permanecesse até os dias atuais, embora existam áreas menos consolidadas que outras, refletindo as desigualdades socioespaciais da cidade.

Constatou-se também que, durante o processo de consolidação da comunidade da Rosa Mística, não houve a intervenção de processos jurídicos litigiosos. No entanto, as conseqüências negativas apresentam-se na ausência de uma política de regularização fundiária. Esse espaço não passou por processos violentos de desapropriação por parte do Estado, apesar de, nas ocupações mais recentes, ter havido um conflito entre particulares, no entanto, o mesmo não adentrou às vias judiciais.

Outra hipótese que pôde ser confirmada foi que o processo de (re) produção daquele espaço teve, em alguns momentos, como representantes do Estado, figuras chave do cenário político da cidade de Campina Grande. Eles atuaram, na maior parte das vezes, a partir de troca de favores e clientelismos. Foi possível também comprovar que a consolidação da Rosa Mística deu origem a uma melhora no espaço de moradia e na vida de parte dos seus moradores. Essas conquistas se referem, sobretudo, aos aspectos infraestruturais do espaço interno das habitações, melhorados a partir da intervenção dos próprios moradores, através da reforma e ampliação das suas habitações, fatos constatados nas entrevistas com as mulheres da comunidade, que constituíram agentes diretamente relacionados ao processo de transformação dos espaços privados.

Por fim, pôde-se confirmar que, com a consolidação da Rosa Mística, seu “processo de urbanização” (leia-se execução dos projetos discutidos no capítulo 2) e a mudança de sua antiga nomenclatura, uma parte dos moradores passou a dispor de uma maior mobilidade social, fato que pode ser constatado quando se compara o contexto no qual os jovens da comunidade se inserem com a situação vivenciada pelos seus parentes em épocas passadas, no que se refere ao acesso à educação, emprego, entre outros.

Para não concluir, pode-se afirmar que, a partir de maneiras de intervenções distintas por parte dos moradores, do Estado, da Igreja, entre outros agentes, a Rosa Mística consolidou-se em meio ao espaço urbano de Campina Grande, interagindo com ele e particularizando-se frente a outros espaços dessa cidade. Essas particularidades envolvem, em primeira instância, as especificidades inerentes aos indivíduos constituintes daquele espaço e devem ser pensadas a partir deles e para eles. Pois, “[...] é na direção de um novo humanismo que devemos tender e pelo qual devemos nos esforçar, isto é, na direção de uma nova práxis e de um outro homem da sociedade urbana” (LEFEBVRE, 2008, p. 107). Esse novo humanismo só será possível na medida em que as experiências dos indivíduos forem tratadas com maior ênfase na reflexão, proposição de soluções e resolução dos problemas urbanos. Para que essa reflexão e busca de solução para os problemas das cidades sejam possíveis é necessário que a sociedade e a academia voltem seus olhares para espaços pobres das cidades, nos quais as dinâmicas são múltiplas e as experiências das pessoas bastante ricas. Assim, deixa-se, aqui, como proposta de estudos futuros a reflexão sobre outros espaços como a Rosa Mística, presentes não só em Campina Grande, mas também em outras cidades de porte intermediário.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício. Sobre a memória das cidades. In CARLOS, Ana Fani.Alessandri.; SOUZA, Marcelo Lopes de.; SPOSITO, Maria. Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

AB’SÁBER, Aziz Nacib. Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

APOLINÁRIO, Otávia Karla dos Santos. **Análise da dinâmica da paisagem na bacia hidrográfica do riacho da depuradora**: uma contribuição para o planejamento ambiental. Campina Grande, 2012. 64p. Monografia (Especialização em Geoambiência e Recursos Hídricos do Semiárido). Universidade Estadual da Paraíba.

ARAÚJO, Caline Mendes. **Do Buraco da Jia à Rosa Mística**: Análise do processo de urbanização e ressignificação de uma comunidade da cidade de Campina Grande - PB. Campina Grande, 2011. 87p. Trabalho acadêmico orientado. Curso de Licenciatura Plena em Geografia. CEDUC / UEPB / DHG.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BITOUN, Jan. Os Territórios do Diálogo: Palavras da Cidade e Desafios da Gestão Participativa no Recife (Brasil). **Revista de Geografia** (São Paulo), Recife, v. 2, 2000.

CABRAL JÚNIOR, Jório Bezerra. **Principais características dos regimes pluvial e térmico de Campina Grande, PB**. 2012. 61 p. Monografia de Graduação em Licenciatura Plena em Geografia, UEPB – CEDUC. Campina Grande, Paraíba.

CAMPINA GRANDE. **Projeto Urbanização da favela do Buraco da Jia**. Nov, 1985.

CAMPINA GRANDE. **Projeto de esgotos sanitários da favela do Buraco da Jia**. 1985.

CAMPINA GRANDE. **Lei Nº 1.54, de 06 de maio de 1987**. Cria e delimita bairros da cidade e dá outras providências. Campina Grande, 1987.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. **Comissão Parlamentar de Inquérito**: Doações e Invasões de Terrenos pertencentes ao patrimônio público municipais. Campina Grande, mai/jun, 1995.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ABIKO, Alex Kenya. **Introdução**. Coletânea HABITARE, 1994, vol. 5. Pág. 04-11.

CARDOSO, Adauto Lucio. Gestão da política habitacional em municípios metropolitanos: uma avaliação. In: CARDOSO, Adauto Lúcio; ABIKO, Alex Kenya. **Procedimentos de Gestão Habitacional para População de Baixa Renda**. Coletânea HABITARE, 1994, vol. 5. Pág. 76-115.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ABIKO, Alex Kenya. **Introdução**. Coletânea HABITARE, 1994, vol. 5. Pág. 04-11.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri et al (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTRO, Iná Elias de: O problema da escala, in: Castro, I.E., et alli (Org). **Geografia: Conceitos e temas**. Bertrand: Rio de Janeiro, 1995.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização e Espacial**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

\_\_\_\_\_. **O Espaço Urbano**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

\_\_\_\_\_. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri et al (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

COSTA, Antônio Albuquerque da. **Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao Meio Técnico-Científico-Informacional: a feira de Campina Grande na interface desse processo**. Recife, 2003. p. 245. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade Federal de Pernambuco.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea**. Diagnóstico do município Campina Grande-PB. Recife: CPRM/PRODEMM, 2005.

GUIMARÃES, Raul Borges. *et al*. Cidades Médias: Territórios da exclusão. **Revista CIDADES**, Presidente Prudente. Vol.2,n.4, 2005.

GURJÃO, Eliete de Queiroz et al. **O bairro de José Pinheiro: Ontem e Hoje** . João Pessoa: Departamento de Produção Gráfica da Secretaria de Educação e Cultura, 1999.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 1940.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 1950.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 1960.

IBGE - Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Banco de dados agregados (1970)**. < <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=202>>. Acesso em: 09 de maio de 2013.

Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística – IBGE. **Banco de dados agregados (1980)**. <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=202>>. Acesso em: 09 de maio de 2013.

Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística – IBGE. **Banco de dados agregados (1990)**. <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=202>>. Acesso em: 09 de maio de 2013.

Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística – IBGE. **Censo Demográfico – 2010**. <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/agsn/>>. Acesso em: 04 de junho de 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LOURENÇO, Joaquim Carlos; ALENCAR, Jackeline Lopes. Degradação ambiental e efetividade do poder de polícia ambiental em área de preservação permanente: o caso da floresta do Louzeiro em Campina Grande, Paraíba – Brasil. **Revista Desarrollo Local Sostenible**. Grupo Eumed.net y Red Académica Iberoamericana Local Global, vol. 05, n. 14, jun/2012.

MAIA, Doralice Sátyro. A periferização e a fragmentação da cidade: loteamentos fechados, conjuntos habitacionais populares e loteamentos irregulares na cidade de Campina Grande-PB, Brasil. **Scripta Nova**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331 (80). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-80.htm>>. [ISSN: 1138-9788].

MACLIVER, R. M; PAGE, Charles H. Comunidade e sociedade como níveis de organização da vida social. In: FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

\_\_\_\_\_. Conhecer para resolver a cidade ilegal. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). **Urbanização brasileira**: redescobertas. Belo Horizonte: C/Arte, 2003a.

\_\_\_\_\_. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**. n. 48, v. 17, mai/ago. 2003b, p. 151-167.

\_\_\_\_\_, **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MELLO, José Octávio de A. **Da resistência ao poder: o (P)MDB na Paraíba (1965/99)**. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

OLIVEIRA, Júlio César Mélo de. **Campina Grande**: a cidade se consolida no século XX. João Pessoa, 2007. 41p. Monografia (Graduação em Geografia). Universidade Federal da Paraíba.

PASTORE, José. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

PEREIRA, Anacleto Batista dos Santos. **Caracterização Geoambiental urbana da bacia hidrográfica do Riacho das Piabas em Campina Grande-PB**. Campina Grande, 2011. 45p. Monografia (Especialização em Geoambiência e Recursos Hídricos do Semiárido). Universidade Estadual da Paraíba.

PORTO, Francisco Evangelista. **O Mapa da Cidade: O papel das Políticas Públicas e suas relações com crescimento urbano da cidade de Campina Grande – PB**. Campina Grande, 2007. 94p. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Sociais).

RAMOS, Marília Maria Q. **Expansão Urbana e Alterações de Elementos Climáticos em Campina Grande – PB**. João Pessoa, 2002, p. 102. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). UFPB/UEPB – PRODEMA.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

ROLNIK, Raquel. A Construção de uma Política Fundiária e de Planejamento Urbano para o País Avanços e Desafios. **Políticas Sociais** (IPEA), v. 12, p. 199-210, 2006.

SÁ, Maria Braga de. **Algumas considerações sobre o papel de Campina Grande na rede urbana paraibana**. Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1986, p.187-199.

SANTOS, Boaventura de Souza. O Estado, o direito e a questão urbana. In: FALCÃO, Joaquim (org). **Invasões Urbanas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

SANTOS, Milton. **Espaço do cidadão**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1993.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. 4ª ed. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2009a.

\_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2009b.

SANTOS, Maria Aparecida Nunes dos. **Concepções de envelhecimento entre usuários e profissionais do Programa de Saúde da Família na comunidade da Rosa Mística: um estudo de caso**. 2006. 155f. Monografia (Trabalho Acadêmico Orientado-TAO)- Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2006.

SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos sociais urbanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SILVA, Iranise Alves. **A crise da moradia: políticas habitacionais para as classes de baixa renda de Campina Grande – PB**. Rio de Janeiro: Livraria AGIR editora, 1987.

SILVA JÚNIOR, Francisco Geraldo da. Campina Grande: desenvolvimento histórico no século XX. In: OLIVEIRA, Roberto Veras de (Org). **Campina Grande em debate: a condição urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas**. Campina Grande: EDUEPB; EDUFCEG, 2009.

SOUZA, Maria Angela de Almeida. Pensando a Política Nacional de Habitação para a Diversidade das Famílias e dos Municípios Brasileiros. In: BITOUN, Jan; MIRANDA, Livia Izabel Bezerra de Miranda (Org.). **Desenvolvimento e Cidades no Brasil: Contribuições para o Debate sobre as Políticas Territoriais**. Rio de Janeiro: Fase/Observatório da Metrópoles, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. **ABC do Desenvolvimento urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Veneziano Guedes de. et al. Impactos Antrópicos e Integridade Ecológica no Sítio Louzeiro, Campina Grande (PB). **Revista de Biologia e Farmácia**, Campina Grande. – Vol. 05, n. 01, 2011.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Para pensar as pequenas e médias cidades no Brasil**. Belém: FASE/UFPA/COMOVA, 2009. 57 p. il.

TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. **Estrutura urbana de cidadãs médias amazônicas**: análise considerando as escalas interurbana e intraurbana. 2011. 576f. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo. Global Ed, 1986.

WIRTH, Louis. Delineamento problemas da comunidade. In: FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.